



Instituto de Ciências Sociais

Sara Isabel Gomes de Sousa Cardoso

"Violação em contexto conjugal. Vozes e perspetivas de vítimas"

Junho de 2016



Instituto de Ciências Sociais

Sara Isabel Gomes de Sousa Cardoso

"Violação em contexto conjugal. Vozes e perspetivas de vítimas"

Tese de Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade

Trabalho Realizado sob a orientação da

Professora Doutora Manuela Ivone Cunha

Junho de 2016

### Anexo 3

#### Declaração

Nome \_\_\_\_\_

Endereço electrónico: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ /

Número do Bilhete de Identidade: \_\_\_\_\_

Título                      dissertação                      ☐/tese                      ☐

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Orientador(es): \_\_\_\_\_

Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

Designação do Mestrado ou do Ramo de Conhecimento do Doutoramento:

\_\_\_\_\_

Nos exemplares das teses de doutoramento ou de mestrado ou de outros trabalhos entregues para prestação de provas públicas nas universidades ou outros estabelecimentos de ensino, e dos quais é obrigatoriamente enviado um exemplar para depósito legal na Biblioteca Nacional e, pelo menos outro para a biblioteca da universidade respectiva, deve constar uma das seguintes declarações: 2. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE/TRABALHO (indicar, caso tal seja necessário, nº máximo de páginas, ilustrações, gráficos, etc.), APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



## **Agradecimentos**

Aos meus pais que em cada momento de dificuldade se mostraram presentes, que sempre me encorajaram, porque sem eles esta Dissertação não seria concluída com sucesso. Por sempre me ensinarem algo novo e útil para o meu desenvolvimento. Agradeço à minha mãe pelo seu grande exemplo enquanto mãe, esposa e mulher. Por todos os “sermões” dados para que não desistisse, por todos os sorrisos e palavras gratificantes. Agradeço ao meu pai que apesar da distância sempre esteve por perto com uma palavra amiga e que apesar do grande sacrifício que faz sempre me incentivou a continuar. Obrigada por tudo.

Ao meu irmão que apesar de ser tão jovem me inspira a cada dia para querer mais e para ensinar-lhe um pouco do que sei. Por todas as palavras de coragem e por todas as críticas que são igualmente importantes. Obrigada Maninho.

Ao meu namorado por todos os momentos de apoio, por todas as palavras de coragem e por todos os momentos que perdeu para me ouvir contar algo novo sobre este projeto. Obrigada por todo o incentivo para ingressar neste Mestrado sem nunca desistir de mim.

A toda a minha família que esteve presente neste percurso académico sempre com mensagens positivas e encorajadoras.

Gostaria também de agradecer a duas pessoas, que podem não pensar da mesma forma que eu, mas que foram muito importantes também para o desenvolvimento desta dissertação, o Nelo e a Isabel. Carinhosamente sempre escutaram e deram opinião construtiva para o desenvolvimento deste percurso.

À minha orientadora Professora Doutora Manuela Ivone Cunha por todos os momentos de paciência e dedicação. Obrigada por todas as correções que não foram tão poucas quanto isso. Obrigada pela grande orientação que me deu e incentivo para continuar a lutar perante todas as dificuldades.

A todos os professores do Mestrado que contribuíram em muito para a transmissão de conhecimentos e que permitiram que chegasse a esta etapa do Mestrado.

Um grande agradecimento também a toda a equipa da Associação Projeto Criar que me acolheu sem exigências e que me revelou a verdadeira realidade das vítimas. Em especial à Dr.<sup>a</sup> Leonor, à Dr.<sup>a</sup> Fábria, à Ana e à Dr.<sup>a</sup> Isabel.

## **Resumo**

A temática da violência sexual em contexto conjugal é complexa e tem influência em diversos contextos da vida de uma mulher. Ao longo da história o homem teve o direito inquestionado de usufruir de atos sexuais com mulheres, enquanto as mulheres não tinham direitos recíprocos, devendo exercê-los apenas com os seus maridos, sob risco de serem tidas como mulheres sem honra e prejudicarem a honra da sua família (Redondo,2002).

O estudo da violação em contexto conjugal é relativamente escasso em contexto nacional, pelo menos não surge como tema central em investigações existentes. Devido a isto, este estudo terá como objetivo principal perceber como é que as vítimas vivenciam e caracterizam esta violência, e identificar as suas perspetivas e noções quanto a esta questão. Desta forma pretende-se contribuir para informar futuras formas de intervenção no problema.

A metodologia adotada será a qualitativa, tendo por base o uso da entrevista aprofundada e, semi diretiva. O estudo caracteriza-se por ser de caráter exploratório, apoiando-se numa amostra de conveniência constituída por cinco indivíduos do género feminino que pertencem à mesma área de residência (Grande Porto).

As entrevistas administradas à amostra abarcarão desde questões pessoais e sociodemográficas a questões relativas à violação em contexto conjugal. Assim poder-se-á perceber os sentimentos e visões das vítimas quanto à temática e caracterização que faz da sua relação matrimonial nesse contexto.

Palavras-chave: Violação em contexto conjugal, Vítima, Violência Doméstica, Violação.

## **Abstract**

The issue of sexual violence in marital context is complex and has influence in many areas of life of a woman. Over the history man has had the unquestioned right to enjoy sexual acts with women, while women had no reciprocal rights and should exercise them only with their husbands, at risk of being seen as women without honor and damage the honor of his family (Redondo, 2002).

The study of marital rape is relatively uncommon in the national context, at least not emerged as a central theme in existing research. Because of this, this study will have as main objective understand how victims experience and characterize this violence, and identify their perspectives and ideas on this issue. In this way it is intended to help to inform future forms of intervention in the problem.

The methodology adopted is qualitative, based on the use of detailed interview and semi policy. The study is characterized by being exploratory, leaning on a convenience sample of five females individuals belonging to the same area of residence (Grande Porto).

The interviews administered to the sample shall cover from personal and sociodemographic questions to questions regarding breaches in marital context. So it will be able to understand the feelings and views of the victims about the theme and even understand the characterization that they make about their own marriage relationship in this context.

Keywords: Marital rape, Victim, Domestic Violence, Rape.

## Índice

1. Introdução.....	6
2. Violência doméstica.....	10
2.1. Como definir?.....	10
2.2. Violência doméstica- Teorias explicativas.....	13
2.3. Estatísticas relativas à violência doméstica.....	17
2.4. Porque se escolhe o silêncio?.....	19
3. Violência no namoro.....	19
3.1. Contextualização.....	19
3.2. Olhar para a vítima- Quem pode sê-lo?.....	22
3.3. Ofensores o que os caracteriza?.....	25
3.4. Formas de abuso.....	26
3.5. Estudos Internacionais e Nacionais .....	27
3.6. Como pode surgir a violência na intimidade?.....	30
3.7. Fatores de risco para que ocorra violência sexual na intimidade?.....	31
3.8. Violência no namoro e violência no matrimónio. Que relação?.....	33
4. Nota Conclusiva.....	35
5. Violação.....	35
5.1. Conceptualização.....	35
5.2. Definição de violação na legislação portuguesa.....	36
5.3. Violação: Perspetivas Teóricas.....	36
5.4. Dados Estatísticos referentes ao crime de violação.....	41
6. Definição de Violação em Contexto Conjugal.....	44
6.1. Contextualização histórica.....	45



6.2. A violação em contexto conjugal e o seu enquadramento social.....	48
6.3. A vítima vista pelos seus próprios olhos.....	51
6.4. A combinação de violência na violação em contexto conjugal.....	54
7. Efeitos da violação em contexto conjugal.....	58
7.1. Porque ocorre a violação em contexto conjugal?.....	59
7.2. Quando a esposa quebra o silêncio?.....	61
7.3. Estudos acerca da violação em contexto conjugal.....	67
7.4. A violação em contexto conjugal em Portugal.....	69
8. Componente Empírica.....	71
8.1. Metodologia.....	71
8.2. Vozes das Vítimas.....	73
9. Conclusão.....	94
10. Referências Bibliográficas .....	97
11. Anexos.....	101

## **1. Introdução**

O tema abordado ao longo deste estudo é a violação no âmbito conjugal. Este tema tem sido pouco explorado em contexto nacional, o que não permite um conhecimento aprofundado da temática. São sobretudo estudadas áreas como a violência doméstica, onde formas de violência física e psicológica encontram-se bastante visíveis. Quanto à temática sexual, estudos (como o de Caridade e Machado; (2008), que desenvolvem a temática da violência no namoro, são os que mais abordam esta questão. Assim, devido à pouca intervenção neste campo o reconhecimento desta violência encontrar-se-á um pouco limitado e isto permite que as próprias vítimas não o reconheçam e como tal não se identifiquem como vítimas. Ao não se identificarem como vítimas também não procuram ajuda, pelo menos especificamente, para solucionar o problema que as afeta. É reconhecido na literatura que muitas das vítimas recorrem a centros de ajuda onde relatam a violência física sofrida e só posteriormente a serem interrogadas quanto a esta forma de violência sexual é que percebem que são vítimas desta.

Deve referir-se que foram elaborados inúmeros estudos onde já se conseguem identificar os diferentes tipos de violadores no casamento (Finkelhor & Yllö, 1985), algumas motivações para a violação descritas pelas próprias vítimas (Bergen,1996), as estratégias de evitamento das vítimas (Bergen,1996), os efeitos que causam nas vítimas (Campbell,1989; Finkelhor e Yllö, 1985; Hanneke e Shields, 1985; cit. In Bergen,1996; Resnick et al.,1991; cit. In Bergen,1996; Russell,1990; cit. In Bergen,1996; Adams,1993; cit. In Bergen,1996; Campbell e Alford,1989; cit. In Bergen,1996; Frieze,1983) e até mesmo a criação de centros de ajuda (Gornick et al., 1985; Bergen,1996;Loseke,1992). Se de facto existir conhecimento sobre o que é uma violação, dos sentimentos das vítimas e a divulgação de que isso pode de facto ocorrer mesmo no âmbito matrimonial, então poder-se-á prevenir e combater de forma mais eficaz o aparecimento de novos casos de violação e a (re) vitimização da vítima.

É por isso pertinente o estudo da violação em contexto conjugal, tendo como objetivo central esta temática. Assim a intervenção na violação em contexto conjugal poderá ser aplicada de forma eficaz no que concerne às vítimas, bem como se conseguirá perceber como as vítimas vivenciam e caracterizam esta violência, para que se possam identificar as suas ideologias no que diz respeito a este tema.

A violência doméstica será um dos temas abordados, embora não seja esta a temática central. Primeiramente, como já referido, a violação em contexto conjugal não é muito abordada em contexto nacional, assim como também não tem um enquadramento legal próprio. A violação em contexto conjugal poderá surgir referenciada na lei através do crime de violência doméstica, onde no número 1 e na alínea a) do artigo 152º do Código Penal Português figura nesta formulação: “Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge”. A prática de ofensas sexuais contra cônjuges ou ex-cônjuges é portanto punida. Este é um dos principais motivos que permite e que torna relevante a referência ao crime de violência doméstica neste estudo, já que a violação em contexto conjugal não terá uma referência legal própria ou específica.

Um segundo motivo que torna relevante a abordagem da violência doméstica, deve-se ao facto das vítimas de violação conjugal a quem será administrada a entrevista neste estudo serem vítimas de violência doméstica. As vítimas deste estudo recorreram à Associação Projeto Criar, que serviu de plataforma de acesso às entrevistadas, por serem vítimas de violência doméstica e necessitarem do apoio da mesma para esta questão. Ao ter contacto com os processos das vítimas e através da análise feita às entrevistas administradas pela própria Associação, surgiu a perceção de que algumas vítimas referiam sofrer violência sexual em contexto conjugal. Por estes dois motivos foi abordada a temática da violência doméstica e também pela perceção obtida através da literatura científica, onde se refere que por vezes as vítimas recorrem a associações para obter apoio para casos de violência doméstica. Posteriormente a serem atendidas e lhes ser colocada a questão da violência sexual é que muitas delas se identificam como vítimas de violação em contexto conjugal.

Assim, inicialmente recorrer-se-á à definição e contextualização da violência doméstica tendo por base definições já existentes relativamente à temática, tendo também o cuidado de abordar o enquadramento da violência doméstica na lei. As diferentes perspetivas e abordagens teóricas são referenciadas por já existir um conjunto significativo de estudos sobre a violência doméstica. Os danos sofridos e o ciclo da violência são mencionados, e dada a divulgação de conhecimentos e a intervenção neste âmbito é já possível que as vítimas que se encontram nesta situação possam identificar-se como vítimas e procurar prevenir os danos que podem futuramente sofrer. Recorrer-se-á ao estudo estatístico em contexto internacional e nacional para analisar a incidência da violência doméstica em diferentes países e contextos. Por fim surge a questão do não abandono da relação

violenta. Esta será uma questão que é usual colocar-se a propósito das vítimas de violência doméstica: “ Se é vítima, porque não pede ajuda?” Tentar-se-á nesta secção responder a esta e outras questões.

A abordagem da violência no namoro surge posteriormente ao estudo da violência doméstica, pois a violência no namoro aparece numa camada jovem mas com algumas características que se podem assemelhar à violência doméstica. É então feita uma contextualização da violência no namoro para que se possam conhecer os seus contornos. O estudo das vítimas, dos ofensores e dos danos causados nas vítimas surge para que o processo de reconhecimento de vítimas e ofensores seja facilitado e as suas consequências possam ser identificadas. Os dados estatísticos serão um elemento de contextualização comum a todas as temáticas abordadas ao longo do estudo, para que seja reconhecido o impacto e representatividade da temática. Os fatores que podem potenciar a violência no namoro são bastante relevantes para que se possa impedir a existência de novas vítimas. É feita a referência a uma possível relação entre a violência no namoro e a violência conjugal. Se esta relação for verificável pode intervir-se precocemente nas camadas mais jovens da sociedade, evitando assim a vitimização de mulheres no futuro e na relação matrimonial.

A violação começará por ser contextualizada e enquadrada na lei portuguesa. A visão da vítima quanto à violação, a sua reação à violação e a relação com o ofensor são essenciais para que se perceba a abrangência do problema e a visão que a vítima tem, tal como os sentimentos e reações que desenvolve perante o ato da violação. Os danos, ou seja, as consequências para a vítima são muito relevantes para o estudo da questão, desta forma poderá intervir-se na minimização de danos de futuras vítimas. Não poderá deixar-se de referir a sociedade e os fatores culturais que terão muita influência nos sentimentos da vítima e também na representatividade do crime na lei.

Na violação em contexto conjugal referir-se-á a definição existente de violação em contexto conjugal e alguns elementos de contextualização histórica, para que se possa enquadrar historicamente esta forma de violação e a sua abordagem. A forma como a vítima se vê e a forma como a própria sociedade olha para a questão, podem limitar a denúncia da violação e influenciam a vida das vítimas. A sociedade é quem pode permitir a credibilidade e a visibilidade desta forma de violação, que traz consequências e danos para as vítimas, sendo estes muito profundos e dificilmente ultrapassáveis. O que leva à

ocorrência da violação em contexto conjugal, quando há a denúncia por parte das vítimas e porque se mantêm no matrimónio, são questões que surgem neste âmbito. Considerar todas estas questões permite entender o impacto causado nas vítimas e o que as leva a silenciar o problema, podendo através disto perceber-se porque é que em algumas sociedades esta forma de violação se encontra oculta. Finalmente contextualiza-se esta forma de violação em Portugal, onde a mesma é ainda pouco abordada e pouco divulgada.

Numa segunda parte deste estudo a componente empírica será explorada tendo por base o uso da entrevista semi diretiva, aplicada a uma amostra de conveniência composta por cinco elementos do género feminino. Esta componente tem como objetivo a constatação, em situação de entrevista, da existência desta realidade em contexto nacional e a confrontação com os pressupostos teóricos desenvolvidos ao longo da revisão bibliográfica.

## **2. Violência doméstica**

### **2.1. Como definir?**

A violência doméstica atinge diversas faixas etárias e classes sociais, podendo afetar pessoas dos dois sexos (APAV,2010; cit. In Pereira). No entanto, a violência afeta mais o género feminino do que o masculino, visto que a diferença e a desigualdade de poderes entre os géneros é bastante marcada. Os estereótipos culturais e socialmente aceites e enraizados geram a violência, que assenta na questão dos poderes desequilibrados entre homens e mulheres, sendo que estes desequilíbrios permitem o desenvolvimento de vários tipos de violência: a sexual, a física e a psicológica. Deve referir-se que geralmente as mulheres são as principais vítimas (Walker, 2000; Matos, 2002; Neves e Nogueira, 2004; Matos, 2006; Neves, 2008; Diário da República, 2011; cit. In Pereira).

A definição desenvolvida pela APAV refere a violência doméstica em dois sentidos: o sentido estrito e o lato. O sentido estrito liga-se à definição existente na Lei que se inscreve no artigo 152º do Código Penal Português. Como poderá ser verificado no parágrafo seguinte.

*Para que haja violência doméstica não é necessário que esta seja praticada entre pessoas que mantiveram ou mantêm uma relação matrimonial.*

*É por este motivo que surge o artigo 152º do Código Penal Português que refere:*

*1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:*

*a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;*

*b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;*

*c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou*

*d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite; é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.*

*2 - No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena*

*de prisão de dois a cinco anos.*

*3 - Se dos factos previstos no n.º 1 resultar:*

*a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;*

*b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.*

*4 - Nos casos previstos nos números anteriores, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.*

*5 - A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.*

*6 - Quem for condenado por crime previsto neste artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de um a dez anos.*

Em sentido lato surgem outros crimes que se encontram associados ao crime de violência doméstica tais como: violação de domicílio ou perturbação da vida privada, devassa da vida privada, violação de correspondência ou de telecomunicações, violência sexual, subtração de menores, violação da obrigação de alimentos, homicídio, dano, furto, roubo.

Segundo a APAV, violência doméstica pode definir-se como sendo “qualquer acção ou omissão de natureza criminal, entre pessoas que residam no mesmo espaço doméstico ou, não residindo, sejam ex-cônjuges, ex-companheiro/a, ex-namorado/a, progenitor de descendente comum, ascendente ou descendente, e que inflija sofrimentos: físicos, sexuais, psicológicos, económicos”.

Segundo Amâncio e Lopes (1999) “a violência conjugal atravessa todas as classes sociais, embora assuma configurações diferentes consoante o estatuto da família, mas está sempre ligada ao desrespeito do outro, enquanto indivíduo, dotado de razão e vontade e sujeito de direitos” (Amâncio e Lopes, 1999; cit. In Azeiteiro, 2006).

Segundo a Convenção de Istambul “a violência contra as mulheres é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens que levaram à dominação e discriminação das mulheres pelos homens, privando assim as mulheres do

*seu pleno progresso*”, sendo que acrescenta “*a natureza estrutural da violência contra as mulheres é baseada no género*”, e “*a violência contra as mulheres é um dos mecanismos sociais cruciais através dos quais as mulheres são mantidas numa posição de subordinação em relação aos homens*”. Neste plano é referido também que as mulheres estão em constante exposição a formas de violência, não só a violência doméstica mas também o assédio sexual, a violação, abuso sexual, mutilação genital e até tráfico sexual (V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014/2017, p. 7018).

A violência praticada no âmbito doméstico não era reconhecida como sendo uma violência, o que permitiu que durante muito tempo as mulheres não pudessem usufruir de direitos básicos como os da liberdade, igualdade, segurança e proteção, prolongando assim os atos agressivos perpetrados sobre as mulheres ao longo desses tempos (Neves & Nogueira, 2004; cit. In Pereira).

A violência no âmbito da conjugalidade ocorre de forma intensa ou repetida, tem como objetivo causar sofrimento físico, emocional, sexual ou até económico, através de meios diretos ou indiretos para com cônjuges ou ex-cônjuges (Conselho da Europa, 1999; cit. In Azeiteiro, 2006).

Na realidade é testado o poder de quem inflige estes atos, seja através do uso de força ou de outras formas, com o objetivo não só de magoar mas de impôr uma vontade e marcar uma posição na vida da outra pessoa (Alarcão; cit. In Azeiteiro, 2006).

Este ideal de mostrar poder perante o outro, revela as desigualdades existentes entre o ofensor e a vítima, sendo que esta situação se reflete não de forma tão direta; nas diversas situações do nosso quotidiano. Os dados abaixo indicados revelam a real assimetria existente na sociedade em relação aos géneros.

Em 2010, o Fórum Económico Mundial revelou que Portugal no âmbito da Igualdade de Género viu o seu índice diminuir, e os setores que demonstram melhor esta descida são os da saúde e a nível salarial (Hausman, Tyson & Zahidi, 2012).

Dados fornecidos pela Comissão de Igualdade no Trabalho e no Emprego revelaram que as mulheres portuguesas têm uma taxa de atividade superior à média europeia, mas estes dados contrastam com o facto de as mulheres para além da sua função laboral desempenharem tarefas domésticas (CITE, 2012). Dados desta Comissão demonstram



também que no âmbito laboral homens e mulheres mantêm uma assimetria bastante visível no que diz respeito a cargos de direção e de chefia (CITE, 2013).

A violência deve-se em grande parte à assimetria existente em relação aos poderes entre os sexos (Amâncio, 1994; Dias e Guerreiro, 2010; Neves, 2008; cit. In Neves, Cunha, Grangeia & Correia, 2015), sendo que as desigualdades existentes entre eles devem-se a diversos fatores (Bourdieu, 1999; Ferreira, 1998; cit. In Neves, Cunha, Grangeia e Correia, 2015).

Segundo o Conselho da Europa (2013), a violência de género pode definir-se da seguinte forma: *“todos os atos que resultem, ou possam resultar, em danos ou sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos para as mulheres, incluindo a ameaça de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada”* (Conselho de Europa, 2013: 4-5; cit. In Neves, Cunha, Grangeia e Correia, 2015). Assim, a violência de género é uma forma de violação dos direitos humanos, podendo constituir também um problema de saúde pública (Lisboa *et al.*, 2006; cit. In Neves, Cunha, Grangeia e Correia, 2015).

## **2.2. Violência doméstica- Teorias explicativas**

### **2.2.1. Perspetiva intra-individual**

Esta perspetiva centra-se na personalidade do agressor e da vítima, estudando os fatores que podem facilitar o início desta violência.

Fatores como irritabilidade, depressão, ansiedade, personalidade hostil e agressiva, bem como o consumo de álcool e drogas podem ser um estímulo ou a base para o desenvolver da violência doméstica. Quando o agressor consome álcool e drogas a violência é mais grave e ocorre de forma mais frequente do que se não existirem estes consumos. De facto é verificável uma convivência entre álcool e violência doméstica, mas o consumo de álcool geralmente é um hábito associado a homens que já têm condutas violentas, não havendo uma ligação direta entre o consumo de álcool e a violência doméstica (Manual Alcipe, 1998).

Deve ter-se em consideração que a violência e os comportamentos violentos são aprendidos em sociedade e como tal não se encontram associados ao consumo de substâncias, assim sendo se ao existir um comportamento violento lhe adicionarmos o consumo de substâncias psicoativas este comportamento irá agravar-se. Também deve ser explicado que se um individuo tem um comportamento violento e consome drogas e

álcool, ao ser-lhe aplicado um tratamento para tratar estas dependências o fator violência não irá desaparecer (Manual Alcipe, 1998).

Nesta perspectiva o agressor não é responsabilizado pelo seu comportamento, a ideiação que o agressor faz da sua vítima é que o leva a agir demonstrando a sua frustração. Assim o comportamento da vítima permite ao agressor explicar a sua conduta. Segundo esta perspectiva a violência conjugal é um tema do foro privado (Manual Alcipe, 1998).

### **2.2.2. Perspetivas Diádicas-familiares**

As perspetivas diádicas têm na sua base teorias como a teoria da frustração-agressão, a teoria da interação simbólica, a teoria da troca e a teoria das atribuições. Contudo a teoria mais realçada é a teoria da intergeracionalidade da violência que tem como fundamento a ideia de que se uma criança se encontra exposta a situações violentas em que a mesma é vítima, a violência pode ser uma constante na sua vida (Manual Alcipe, 1998). Assim, quando uma criança se encontra exposta a violência, pode tornar-se um agressor no futuro. Pode ainda ocorrer que a experiência torne a criança em vítima ao longo do seu futuro. Se a criança conviver com uma situação de violência doméstica entre os seus progenitores, pode enquanto adulta tornar-se mais facilmente vítima da mesma violência, já que desenvolveu a crença de que a violência existe porque as pessoas se amam. Embora haja uma maior probabilidade de homens se tornarem violentos por assistirem a comportamentos violentos na infância, estes podem ser combatidos se conviverem com homens que não tenham este tipo de comportamento. Como a opinião não é unânime quanto a esta perspetiva devem ter-se em consideração outras teorias que em conjunto com esta perspetiva podem oferecer uma melhor explicação (Manual Alcipe, 1998).

### **2.2.3. Perspetivas socioculturais**

Nestas perspetivas a violência é entendida como um produto da sociedade patriarcal. Assim, um homem exerce violência sobre a mulher tendo como fundamentação o poder e autoridade que os homens mantêm sobre as mulheres, sendo que o uso de força é uma forma de manutenção desse mesmo poder (Manual Alcipe, 1998).

Segundo as teorias feministas embora a família atual não se encontre com um cariz tão patriarcal continua a desenvolver desigualdades entre os sexos, o que permite que questões relacionadas com a violência doméstica não sejam levadas a tribunal de forma mais ativa (Manual Alcipe, 1998).

#### **2.2.4. Violência doméstica: quais as suas formas?**

Existem vários tipos de violência que se tornam visivelmente mais graves e frequentes no decorrer de relações violentas e podem desenvolver-se em simultâneo com diversas formas de violência. Quanto mais as relações violentas se mantiverem ao longo do tempo, mais perturbadores são os efeitos da mesma (Azeiteiro, 2006).

Segundo a APAV, a violência doméstica pode abranger diferentes tipos de abuso como: a violência emocional, a social, a física, a sexual e a financeira.

A violência emocional engloba as atitudes do companheiro (a) que geram sensações de medo ou de inutilidade. Podendo inserir-se aqui ameaça aos filhos, o maltrato a animais de estimação e a criação de situações de humilhação perante amigos e familiares.

A violência social pode caracterizar-se pelos comportamentos de controlo social exercidos sobre a vítima, como controlo de chamadas, o impedir a vítima de visitar familiares e até trancar a vítima em casa.

A violência física inclui agressões físicas do agressor perante a vítima como: esmurrar, pontapear, queimar, podendo chegar a impedir o companheiro(a) de obter medicamentos. Os abusos físicos podem ser definidos como ameaça ou uso de força física com o intuito de injuriar ou provocar dor noutra pessoa (Sugarman & Hotaling, 1989; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003).

No âmbito da violência sexual o agressor obriga a vítima a ter práticas sexuais que a mesma não deseja, desenvolvendo práticas tais como pressionar, forçar e tentar manter relações sexuais desprotegidas por exemplo.

A violência financeira é uma forma de violência onde tentativas de controlo financeiro são comuns, sendo que o agressor tenta controlar financeiramente a vítima sem que a mesma o permita, por exemplo controlar o ordenado da vítima.

A perseguição tem por base comportamentos que intimidem ou atemorizem o companheiro(a), como por exemplo, seguir a vítima até ao local de trabalho.

#### **2.2.5. Ciclo da violência**

Durante os atos de violência há geralmente um ciclo que se repete no tempo, que se pode definir em três partes: Fase de acumulação de tensão, Fase de episódio agudo e Fase de lua-de-mel ou de reconciliação (Walker, 1979; cit. In Azeiteiro, 2006).

Durante a fase de acumulação de tensão há momentos de hostilidade e agressividade. A vítima acredita que os episódios de violência podem ter um fim e tentam desculpabilizar os agressores pelo sucedido pensando que foi um momento a não repetir.

Na fase do episódio agudo existe um grau de violência considerado grave que pode ter início numa discussão ou num pormenor, devido a isto a vítima nesta fase encontra-se disposta a denunciar a situação.

Na fase de lua-de-mel o agressor mostra-se arrependido e pede desculpa, prometendo que a violência não irá ocorrer novamente. O próprio agressor acredita que não terá de exercer mais violência sobre a vítima e que o que lhe causou tensão não irá repetir-se (Doeber & Lab, 1995; cit. In Azeiteiro, 2006).

É devido a esta situação em que o agressor se dispõe a pedir desculpa, que a vítima volta a acreditar na relação e decide desculpabilizar o agressor pelo sucedido. Mas o ciclo volta a decorrer do início. Durante a repetição do ciclo a fase de violência pode ser tão grave que pode acabar por culminar na morte de uma das partes. Com a repetição do ciclo e com a lembrança do que foi a fase de lua-de-mel, a vítima confunde-se e acaba por culpabilizar-se e a tomada de decisão de abandonar a relação fica cada vez mais distante. O ciclo repete-se mas as fases não têm a mesma durabilidade, embora a agressividade se torne cada vez mais visível e frequente (Azeiteiro, 2006).

Os agressores também passam por um ciclo, em que de certo modo defendem-se do ocorrido, que se pode descrever em quatro fases: a culpa e negação como justificação da sua atitude, o controlo das pessoas que os rodeiam, o consumo de substâncias como o álcool e as drogas para alívio de tensão e *acting out*. *Acting out é passível de ser definido como ações de caráter impulsivo, comportamento este que não é habitual no dia-a-dia, que podem gerar-se de forma auto ou hétero agressiva* (Garzon e Berlinck, 2012). Até certa altura estas “desculpas” aliviam o seu estado de ansiedade e de tensão, mas com o passar do tempo só geram com mais intensidade os sentimentos que tentam colmatar. Este ciclo não é influenciado por ninguém, só mesmo pelo agressor (Philpot, Brooks, Lusterman & Nutt, 1997; cit. In Azeiteiro, 2006).

### **2.2.6. Efeitos da violência doméstica**

De entre muitas formas de agressão existentes na violência conjugal, a que tem efeitos com maior durabilidade será a violência psicológica (Gelles, 1997; DeKeseredy &

Schwartz,2001; cit. In Azeiteiro, 2006), sendo que segundo diversos estudos esta aparece imediatamente antes do início das agressões físicas. A violência psicológica abarca elevados custos sociais e individuais, devido às consequências negativas sentidas pela vítima no âmbito físico e psicológico e, conseqüentemente, o comprometimento pessoal das vítimas (Walker, 2000; Matos, 2002; Matos, 2006; Kazdin, 2011; cit. In Pereira). As mulheres vítimas de violência na intimidade recebem tratamentos médicos com mais frequência, apresentam uma maior taxa de absentismo, revelam sintomas depressivos, bem como ideação suicida, stress pós traumático, baixa autoestima e até consumo de substâncias (Rush, 2000; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003). Em curto prazo as vítimas desenvolvem sintomas tais como medo, raiva, isolamento e mal-estar emocional. Num período de tempo longo as vítimas podem desenvolver depressão, consumo de substâncias e sintomas dissociativos (Paiva e Figueiredo, 2005; cit. In Pereira). As vítimas que sofrem agressões físicas estão naturalmente mais expostas à probabilidade de sofrer violência e abusos sexuais (DeKeseredy,2000; cit. In Azeiteiro,2006).

### **2.3. Estatísticas relativas à violência doméstica**

#### **2.3.1. Realidade internacional**

O Bureau of Justice National Crime Survey revela que em cada 15 segundos uma mulher é maltratada na sua casa, sendo que mulheres que sofrem maus-tratos representam 20% do total de urgências em hospitais. Em relação a estes dados, 50% das mulheres aqui referidas já sofreu maus-tratos pelo menos uma vez na vida e 1/3 sofre maus-tratos constantemente (Matos,2002; cit. In Azeiteiro, 2006).

Nos Estados Unidos da América devido a atos agressivos praticados sobre mulheres, 4 milhões de mulheres são vítimas destes atos por ano (Rush,2000; cit. In Paiva e Figueiredo,2003). A faixa etária dos 19 aos 29 anos é a mais afetada no que diz respeito a vítimas de violência, assim sendo devia ser nesta faixa etária que a intervenção deveria existir de forma mais intensiva (Bachman & Saltzman, 1995; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003). As estatísticas oficiais de 1996 demonstram que o sexo feminino é o mais afetado, sendo relatados casos de violência física e sexual por parte de 1,5 milhões de mulheres, a face a apenas 834.700 de homens que reportam as mesmas situações (Tjaden & Thoennes, 2000; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003). Os autores referiram a prevalência de abusos físicos; já em relações que ocorrem previamente ao matrimónio essa prevalência varia entre os 20 e os 59%. Estes autores, num estudo realizado com estudantes universitários,

conseguiram ainda perceber que 33% dos homens já praticaram atos de violência física para com mulheres e 36% das mulheres foram vítimas destes abusos (Sugarman & Hotaling, 1989; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003).

Num estudo realizado com grande parte da população americana com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos que não teriam ainda contraído matrimónio, 30% referiu ter sofrido abusos físicos no período dos 12 meses que antecederam à investigação (Stets & Henderson, 1991; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003).

### **2.3.2. Realidade Nacional**

Em Portugal deu-se um avanço grande ao tornar a violência doméstica como crime público, ainda assim não se revelaram grandes as mudanças a este nível tendo em consideração que, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna de 2014, em 2013 se registaram 27318 ocorrências de violência doméstica e nestas ocorrências 81% das vítimas foram mulheres. No 1º semestre do ano de 2014 ocorreu o homicídio de 24 mulheres praticado por companheiros ou ex-companheiros (Observatório Mulheres Assassinadas, 2014; cit. In Neves, Cunha, Grangeia e Correia, 2015).

Uma em cada 3 mulheres é vítima de violência perpetrada por companheiro desde que completa 15 anos. Estes são dados obtidos pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA, 2014) (Neves, Cunha, Grangeia e Correia, 2015).

No ano de 2014 foram registados 27,317 casos de violência doméstica registados pela PSP e GNR (Ministério da Administração Interna, 2015), sendo que 84% das vítimas seriam do sexo feminino e 87% dos ofensores seriam do sexo masculino. Nestes casos 57% dos ofensores seriam namorados ou maridos e em 28,1% seriam ex-namorados ou ex-maridos (Ministério da Administração Interna, 2015).

O Relatório Anual de Segurança Interna de 2014 revelou que 77% dos casos foram denunciados pelas próprias vítimas e em 38% dos casos os filhos assistiram à violência. Destas denúncias, 81% das queixas seriam relativas a violência psicológica, 70% a violência física, 13% a violência social, 9% económica e 2% sexual (RASI, 2014). Estes dados não revelam a total realidade deste crime já que muitas vezes as vítimas não denunciam os casos por não acreditarem na eficácia do sistema de justiça e por vezes sofrem uma nova forma de vitimização por parte dos profissionais de justiça (Neves, Cunha, Grangeia e Correia, 2015).

Entre os anos de 2013 e 2014 a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou 14509 processos de apoio a vítimas de violência doméstica. As vítimas em 85% dos casos eram do sexo feminino, sendo que 37% têm idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos. No ano de 2013, 2714 dos casos as vítimas eram casadas (37,3%), sendo que este número diminuiu para 2559 no ano de 2014. No ano de 2014, em 33,8% dos casos de violência doméstica o agressor seria o cônjuge da vítima e em 14,5% dos casos seria o companheiro. Em 86,5% das vezes o crime é perpetrado por indivíduos do sexo masculino e 12% serão do sexo feminino. Entre o ano de 2013 e 2014 a APAV registou 35.097 casos de violência doméstica, sendo que em 2014 18,4% (3273) dos casos diz respeito a ameaça/ coação, 25,3% (4497) dos casos diz respeito a maus tratos físicos, 37,3% (6625) dos casos representam maus tratos psíquicos, 10,8% (1919) relatam injúrias/ difamação, 1,5% (260) dos casos diz respeito a violência sexual.

#### **2.4. Porque se escolhe o silêncio?**

Existem fatores de proteção e fatores de risco que permitem uma maior facilidade ou dificuldade, respetivamente, em abandonar uma relação violenta. O não reconhecimento da violência, tolerar a violência, negar ou minimizar os danos, ter esperança na mudança do comportamento do companheiro e o isolamento social são fatores de risco para o abandono da relação. Por outro lado, reconhecer a responsabilidade como sendo do agressor, ter conhecimento dos riscos da violência e a procura de ajuda facilitam o abandono da relação violenta (Pereira).

O não abandono da relação faz com que a violência da relação escale e possa resultar na morte das vítimas. Um estudo revelou que quase metade das mulheres que morreram no ano de 1992 tinham uma relação com (12%) ou conheciam os agressores (35%). Estes dados foram obtidos através do Federal Bureau of Investigation do ano de 1993 (Doerner; Lab, 1995; cit. In Azeiteiro, 2006).

### **3. Violência no namoro**

#### **3.1. Contextualização**

É na fase da adolescência que se estabelecem relações com pessoas que não pertencem ao círculo familiar, nas quais os jovens pretendem obter autonomia e formar a sua própria personalidade (Guerreiro et. al, 2015).

As relações de namoro integram em si conceitos como os de compromisso, de intimidade a nível físico e de interação futura, sendo que estes conceitos permitem que se criem e desenvolvam relações íntimas entre os jovens (Oliveira e Sani, 2005; cit. In Guerreiro et al., 2015).

As relações de namoro têm vindo a sofrer evoluções e mudanças já que num período pré revolução sexual, o namoro não era muito prolongado no tempo e era supervisionado pelos pais, esperando-se que culminasse no matrimónio. Num período pós revolução sexual assistem-se a relações de namoro sem um período de duração delimitado no tempo, com ou sem coabitação (Pascoal, 2010; cit. In Guerreiro et al., 2015).

É dentro destes conceitos acima referidos que surge a violência no âmbito das relações de namoro onde as agressões físicas, sexuais e psicológicas podem ocorrer (Guerreiro et al., 2015).

A violência numa relação inclui formas de controlo e domínio de uma pessoa perante a outra, podendo os mesmos ser aplicados a nível físico, psicológico, sexual sendo também capazes de causar qualquer espécie de dano (Wolfe et al., 1996; cit. In Wekerle; Wolfe, 1999).

Os estudos que se têm focado nesta temática têm concluído que esta é uma violência assimétrica entre sexos, em que geralmente a vítima é do sexo feminino e o agressor é do sexo masculino (Schwartz & DeKeseredy, 1997; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2013).

Apesar do conhecimento existente em relação a esta temática, a ausência de denúncias quanto a este tipo de violência é um obstáculo para o conhecimento aprofundado da mesma, já que as vítimas não vêm estes atos como uma forma de violência sexual, especialmente porque são perpetrados no seio de relações com namorados (Humphrey & White, 2000; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2013). A dificuldade em identificar esta experiência como sendo de vitimação faz com que, por exemplo, nos Estados Unidos da América apenas 3% das violações denunciadas cheguem a tribunal com processo judicial (Truman, Tokar & Fisher, 1996; Peixoto, Matos, Machado, 2013) e em Portugal só 1/5 das violações são relatadas às autoridades (Costa e Alves, 1999; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2013).

Esta é de facto uma forma de violência que afeta em maior número o sexo feminino já que 18% das raparigas confirmam ter sido vítimas de agressão sexual, enquanto apenas



0,3% dos homens referem o mesmo (Molidor, Tolman, Kober, 2000; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2013). Acrescente-se ainda que esta violência sexual desenvolve-se no âmbito de relações em contexto íntimo, como é o caso das relações de namoro (Koss, Dinero, Seibel, & Cox, 1988; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2013). Nos Estados Unidos da América entre 80 e 90% das violações relatadas são perpetradas por conhecidos, comparativamente com 10 a 20% de casos em que um estranho é o ofensor (Koss, et al., 1988; Yeater & O'Donohue, 1999; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2013).

Um estudo pioneiro revelou que 95% das violações ocorridas só têm um agressor, 84% das vítimas sabem quem é o ofensor e em 57% dos casos o violador é o namorado da vítima (Koss, Gidycz, Wisniewski; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2013). Existem outros estudos que revelam que uma em cada cinco mulheres sofreu alguma ofensa sexual ao longo da sua relação de namoro (Jackson & Davis, 2000; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2013).

No que concerne aos tipos de violência no namoro existem autores que a dividem em três tipos: física, psicológica e sexual (Fernandes, 2013; Araújo, 2013; O'Keefe, 2005; cit. In Guerreiro et. al, 2015).

Assim a violência tem no seu significado diferentes tipos de comportamento violentos:

O contacto sexual que pode ser obtido através da coerção verbal, com ameaça de uso de força física;

A coerção sexual que abrange práticas de relações sexuais sem a vontade da vítima recorrendo a métodos como a coerção oral ou a ameaças para alcançar estas práticas;

A tentativa de violação, que abrange práticas de relações sexuais sem a vontade da vítima usando álcool e drogas, ameaças e força física para obter relações sexuais;

A violação sexual, que abrange práticas de relações sexuais sem a vontade da vítima usando álcool e drogas, ameaças e força física para obter relações sexuais, podendo esta forma de violência incluir sexo oral, anal e penetração digital (Koss e Oros; 1982; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2013).

Tendo em consideração os tipos de comportamentos violentos acima referidos deve proceder-se a uma contextualização de abuso sexual em relações de namoro, que pode definir-se especificamente da seguinte forma: *“a perpetração ou ameaça de um ato de violência de natureza sexual, pelo menos por um membro do casal de namorados sobre*

*o outro, no contexto de uma relação íntima. Esta violência contempla qualquer forma de agressão sexual, variando do simples contacto sexual indesejado à situação extrema de violação sexual, com a intenção de obter controlo, poder e autoridade sobre a vítima”* (Center Disease Control, 2000, citado por Castro, Cruz, & Martins, 2005; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2013).

Inicialmente esta matéria não obteve grande atenção por parte dos investigadores, já que inicialmente o seu maior foco seria a violência sexual no âmbito matrimonial. Um dos primeiros estudos desenvolvidos acerca desta temática foi iniciado por Makepeace no ano de 1981. Deve desde já referir-se que o mesmo autor descobriu que um em cada cinco estudantes universitários já teria passado por esta situação de violência (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). Pode ainda referir-se que os estudos existentes neste âmbito têm por amostra alunos do ensino universitário (Caridade & Machado; cit. In Sani, 2011), já que existem autores que definem como grupo de risco os estudantes universitários por estes se encontrarem mais facilmente expostos a agressões e violações no âmbito sexual em comparação com a população em geral (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

Este é um grupo onde esta forma de violência tem elevados riscos de ocorrência, tanto no âmbito da vitimação como no âmbito da perpetração, comparativamente com a generalidade da população (DeKesereday & Schwartz, 1998; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2013). Acrescente-se ainda que este género de violência ocorre em relações amorosas, sendo geralmente o companheiro que desempenha o papel de agressor (Gross, Winslett, Roberts, & Grohn, 2006; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2013).

### **3.2. Olhar para a vítima- quem pode sê-lo?**

A maioria dos estudos apresenta como vítima o sexo feminino no que concerne à violências sexual na intimidade juvenil (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

A exposição feminina à violência e à agressão sexual geraram modelos explicativos para estas questões. Surgem assim o modelo de precipitação pela vítima, o modelo de controlo social e o modelo de responsabilidade situacional. No primeiro modelo refere-se que certos comportamentos, como a forma de vestir da vítima, podem gerar a vitimação sexual feminina. O segundo modelo revela que as mulheres crescem e ao longo da sua vida a sua socialização gira em torno de crenças e modelos que permitem a perpetração da agressão sexual, aumentando assim o risco de serem vítimas de agressão. O terceiro modelo tem por base as dimensões ambientais e situacionais em que ocorre o episódio de agressão

sexual, como por exemplo as estratégias de resposta das vítimas (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

A imaturidade emocional, a inexperiência relacional e a iniciação na sexualidade são fatores que levam a que a adolescência seja uma fase desenvolvimental com grande vulnerabilidade no que diz respeito a violações e agressões sexuais (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

Existem ainda estudos que revelam que raparigas que sofreram tentativas de violação ou mesmo violação na adolescência, têm duas vezes mais probabilidade de voltar a ser vítimas de agressão sexual (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). Posteriormente um estudo veio a revelar dados que confirmam esta teoria, referindo que 47,9% das raparigas que tenham experienciado um episódio de violência sexual de gravidade moderada e 62,3% com historial de violência sexual severa na infância ou na adolescência demonstram posteriormente em fase adulta historial de vitimação (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). As alterações em âmbito psicológico decorrentes da vitimação anterior podem permitir que posteriormente a vítima volte a sofrer agressão sexual (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

As consequências sofridas devido a experiência de vitimação sexual precoce geram comportamentos frequentes e precoces no contexto da sexualidade, o que leva a um aumento da probabilidade de virem a sofrer novamente agressões sexuais (Machado; cit. In Sani, 2011). Assim pode ainda salientar-se que as raparigas que tenham comportamentos sexuais ativos têm maior probabilidade de serem agredidas sexualmente, sendo geralmente vítimas de rapazes com comportamentos agressivos, por serem tidas como de fácil conquista (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

As raparigas que experienciam anteriormente agressões sexuais desenvolvem certas características de foro psicológico, como por exemplo baixa autoestima, que não lhes permitem tão facilmente resistir a novas formas de violência sexual (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). Devido a isto a vítima ao experienciar alguma forma de violência sexual, como é o caso de coerção sexual, terá mais dificuldade em abandonar o relacionamento abusivo (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). Assim pode referir-se que quem tem uma forma mais assertiva de ser, tem também uma menor probabilidade de sofrer agressões sexuais. Pode referir-se que fatores como baixa autoestima e passividade potenciam a permanência numa relação abusiva sendo um fácil alvo para

relações sexuais indesejadas (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). Estas ideias não são consensuais entre investigadores e não estabelecem uma total relação entre a atitude da vítima e a violência sexual.

Existem ainda outros estudos que fazem referência à relação entre: o número de parceiros sexuais e a probabilidade de coerção sexual (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011) e vitimação sexual e frequência de relações sexuais consentidas (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). Pode ainda acrescentar-se que existe quem defenda que mulheres com uma atitude sexual mais conservadora estão menos expostas à violência sexual, visto que têm uma atitude de maior desconfiança nas relações afetivas e não apresentam um grande envolvimento a nível sexual (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

Existem teorias reconhecidas, como é o caso da teoria da violação precipitada pela vítima (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011), que permitem que se crie a ideia de que a vítima é culpada pelo que lhe aconteceu, desde logo até pela sua forma de vestir (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

Estudos que tentam encontrar uma relação entre o vestuário e a sua influência na violência no âmbito da intimidade, revelam que o uso de vestuário tido como provocador, ou seja, o uso de roupas justas indica ao sexo masculino a ideação de consentimento sexual (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). O que este estudo revela não é a simples existência de uma relação entre a roupa e a falta de controlo sexual masculina, mas sim a interpretação masculina do aspeto da vítima.

Se a relação estabelecida entre agressor e vítima for uma relação estável, as agressões praticadas tendem a ser mais desvalorizadas e não são vistas com grande gravidade. Assim esta forma de violência tende a não ser vista como uma violação (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

São tidos também como fatores de risco o baixo nível socioeconómico das mulheres podendo ser tido como um potenciador de agressão sexual perpetrada por estranhos (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

As vítimas que têm uma baixa autoestima e que não têm grande número de amizades aceitam mais facilmente os comportamentos agressivos por parte dos seus companheiros. Estes dados foram obtidos através de um estudo longitudinal (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). Assim pode concluir-se que a vulnerabilidade sentida a nível psicológico

começa a ser tida como um fator potenciador da exposição feminina à agressão sexual (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

### **3.2.1. Consequências para as vítimas**

#### **3.2.1.1. Danos físicos**

A nível físico as vítimas podem desenvolver lesões e cortes que podem levar à incapacidade permanente, podendo culminar em morte. Podem desenvolver equimoses, traumatismos, fraturas, distúrbios e contusões (Leitão, 2013; cit. In Guerreiro et. al, 2015).

#### **3.2.1.2. Danos psicológicos**

As vítimas podem desenvolver medo, ansiedade, baixa autoestima e pânico geral na intimidade (Barroso, 2008; cit. In Guerreiro et. al, 2015). Podem desenvolver doenças mentais, dores de cabeça, angústia emocional e até depressões. O choro fácil, o cansaço e as ideias suicidas fazem também parte das consequências (Guerreiro et. al, 2015).

### **3.3. Ofensores: o que os caracteriza?**

O estudo das características das vítimas dão importantes dados acerca da vulnerabilidade à agressão sexual, mas o conhecimento das características dos ofensores permitem analisar os fatores que podem prever os comportamentos agressivos em âmbito sexual (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

Os fatores que mais potenciam o desenvolvimento de comportamentos agressivos a nível sexual são as experiências de socialização desenvolvidas ao longo da vida, as crenças e atitudes em torno da sexualidade, a personalidade e o consumo de álcool (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

A visão mais tradicional existente acerca dos papéis de género no que concerne à violência contra a mulher, tendo por base ideais agressivos no que diz respeito à sexualidade, são ideais aprovados e assumidos geralmente por rapazes com comportamentos sexuais agressivos (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

Existem estudos que demonstram que a hostilidade pode ser tida como um fator preditivo da agressão sexual, sendo que quanto maior for a hostilidade maior é a criação de estereótipos e mitos sexuais que permitem mais facilmente justificar a agressão sexual (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

A falta de conhecimento quanto a comportamentos abusivos ilícitos pode ser um fator potenciador de agressão sexual, ou seja, quanto maior o conhecimento destes comportamentos menor é a possibilidade de ocorrerem comportamentos sexuais ofensivos (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

### **3.4. Formas de abuso**

No âmbito da violência no namoro existem dois tipos de abuso com grande relevância que podem ser perpetrados tais como o abuso sexual e o abuso psicológico. Assim passar-se-á a defini-los e caracterizá-los.

#### **3.4.1. Abuso sexual**

O abuso sexual pode definir-se como *“uma interação sexual conseguida contra a vontade do outro, através do uso da ameaça, força física, persuasão, uso de álcool/drogas, ou recurso a uma posição de autoridade”* (Koss, 1988, p.10; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003). Tendo em consideração esta definição 6 a 28% das mulheres revela já ter sido violada em contexto de intimidade por um namorado ou pessoa conhecida (DeKerseredy & Schwartz, 1998; Kilpatrick, Best, Saunders, & Vernon, 1988; Koss, Gidycz, & Wisniewski, 1987; Muehlenhard & Linton, 1987; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003). Se nesta definição se incluir tentativa de violação este número sobe para 39% (Koss, 1988; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003).

Numa amostra significativa de estudantes universitários, mais de 50% dos indivíduos inquiridos revelou já ter sido vítima de uma experiência sexual indesejada com o seu companheiro, sendo que em 12% dos casos aconteceu dentro de uma relação casual e em 43% dos casos ocorreu em relações previamente mantidas (Abbey, Ross, McDuffie, & McAuslan, 1996; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003).

Um estudo realizado com 3086 estudantes universitários de 14 países revelou que 24,7% dos estudantes já usou a coerção sexual para obter relações sexuais com o seu companheiro, tendo 3% feito uso de ameaças e 3,2% uso de força (Straus et al., 2002; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003).

#### **3.4.2. Abuso psicológico**

O abuso psicológico pode ser definido como *“um padrão de comunicação, quer verbal ou não verbal, com a intenção de causar sofrimento psicológico na outra pessoa, ou que*

*é percebido como tendo essa intenção”* (Straus & Sweet,1992; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003).

No decorrer de um estudo que inclui 5232 casais norte-americanos foi visível a existência de abusos psicológicos no seio do casal sendo estes existentes quer no caso feminino (25%), quer no caso masculino (26%). Isto demonstra que os abusos psicológicos podem ser preditores de violência física (Straus & Sweet, 1992; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003).

Através de um estudo que abrangeu a população americana foi possível descobrir-se que 65% dos homens perpetra comportamentos de abuso físico ou psicológico na sua companheira (Stets,1990;cit. In Paiva e Figueiredo, 2003).

Uma amostra composta por 1152 mulheres com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos revela que 53,6% das mesmas já experienciou alguma forma de abuso perpetrada pelo seu companheiro, destes casos 13,6% revelam que na ausência de outros abusos o abuso psicológico é visível (Coker, Smith, Bethea, King, & McKeown,2000; cit. In Paiva e Figueiredo,2003).

### **3.5. Estudos Internacionais e Nacionais**

#### **3.5.1. A Realidade Internacional**

Os estudos desenvolvidos no âmbito da violência no namoro, apesar do conhecimento existente quanto a esta forma de violência, não foram muito desenvolvidos. Sendo que mesmo quando esta forma de violência é estudada, a relevância é dada aos aspetos da violência física, sendo que os aspetos psicológicos não detêm tanta atenção e por isso os seus aspetos e impactos encontram-se limitados na sua amplitude (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). Contudo os estudos que fazem referência à violência sexual obtiveram grande enfoque nos anos 80 e 90 e revelaram dados importantes. Um desses estudos revelou que a violação não é por si só um crime raro e que este crime não é necessariamente praticado por estranhos (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

A violação neste caso é geralmente praticada por pessoas que são conhecidas da vítima e na grande parte das situações é praticada por companheiro amoroso (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

Existem ainda estudos que comprovam que a violência sexual entre adolescentes não é uma prática assim tão rara (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011) mesmo no que se refere à violação (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

Uma investigação dirigida por Muhlenhard & Linton, revelou que no contexto das relações de namoro 77,6% dos participantes do sexo feminino e 57,3% dos participantes do sexo masculino já estiveram envolvidos em alguma forma de agressão sexual, sendo que 15% das mulheres e 7% dos homens já teriam sido vítimas de violação no contexto de relações íntimas (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

Embora os homens possam ser vítimas de abuso sexual e as mulheres possam perpetrar atos de violência sexual, as mulheres têm maior probabilidade de serem vítimas e os homens de serem agressores (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

Um dos estudos demonstrou que 50% dos estudantes universitários já teriam sido alvo de coerção sexual. Ainda que existam faixas etárias mais baixas que já terão sido alvo deste mesmo género de violência (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

Num estudo realizado com grande parte da população americana com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos que não teriam ainda contraído matrimónio, 30% destes referiu ter sofrido abusos físicos no período dos 12 meses que antecederam à investigação (Stets & Henderson, 1991; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003).

Estudos realizados com estudantes pré-universitários demonstram que 15,7% das mulheres já sofreu abusos físicos por parte do seu companheiro, contra 7,8% de homens na mesma situação (Bergman, 1992; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003). Um outro estudo com o mesmo público-alvo revelou que 52% das mulheres se encontra numa relação abusiva (Carver, 2000; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003).

Numa amostra de 247 estudantes universitários americanos de ambos os sexos 27% revelou já ter praticado atos de agressão física perante o seu companheiro (Dye e Eckhardt, 2000; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003). Um outro estudo desenvolvido no Canadá com uma amostra de 202 estudantes pré-universitários do sexo masculino indica que 42% dos estudantes referiram já ter praticado algum ato de violência sobre a sua companheira (Barnes, Greenwood e Sommer, 1991; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003).

Um estudo realizado em âmbito internacional com uma amostra de 3086 estudantes universitários provenientes de 14 países permitiu concluir que 28,2% já teriam praticado algum ato de violência física sobre o seu companheiro. Este estudo permitiu ainda concluir que 15 a 50% das vezes, o abuso físico é visível na fase adulta como na fase que



a antecede (Straus, Aldrighi, Borochowitz, Brownridge, Chan, Figueiredo, et al., 2002; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003).

### **3.5.2. A Realidade Nacional**

A realidade nacional não revela um grande enfoque na violência sexual nas relações de namoro. Estes estudos são escassos já que se torna complicado estudar esta temática devido ao pudor existente por parte dos jovens em abordar as suas experiências sexuais (Caridade e Machado, cit. In Sani, 2011).

Um estudo conduzido em Portugal revelou que 25,4% dos jovens divulgaram ter sido alvo de algum tipo de ato abusivo no último ano e 30,6% revelaram já ter praticado estes mesmos atos em relação ao seu parceiro (Caridade, 2000; cit. In Sani, 2011).

Num estudo onde se pretende analisar a prevalência deste fenómeno num âmbito nacional e ainda descrever as atitudes dos jovens no que diz respeito à violência sexual, conseguiu perceber-se que numa amostra de 362 participantes a maioria dos participantes (96,1%) revelou não ter exercido nenhum tipo de violência sexual e 3,9% revelou ter praticado esses atos entre os 14 anos e o momento atual, sendo que 2,2% admitiu ter praticado esses atos no último ano (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

Um estudo realizado com 318 estudantes universitários portugueses revelou que 53% já teria praticado algum tipo de abuso psicológico no seu relacionamento, sendo que 19% injuriou ou humilhou severamente o seu companheiro (Paiva e Figueiredo; cit. In Paiva e Figueiredo, 2003).

Ao analisar os diversos estudos desenvolvidos em âmbito nacional quanto a esta temática pode perceber-se que em semelhança aos estudos desenvolvidos em âmbito internacional as formas mais graves de abuso (forçar o parceiro à prática de relações sexuais) não são muito relatadas (2%), enquanto beijos forçados ou até toques indesejados são mais facilmente relatados e obtêm um maior índice de ocorrência (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). O mesmo autor revelou que 33,3% dos participantes revelou ter praticado toques indesejados sobre o parceiro e 28,5% revelaram ter sido beijados contra a sua vontade (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

No que diz respeito à coerção sexual, estudos realizados em âmbito universitário (Costa e Sani; cit. In Paiva e Figueiredo, 2004) revelaram que entre 19,8% das mulheres e 18,9%

dos homens já foram vítimas destes atos e 24,4% das mulheres e 25,6% dos homens foram perpetradores deste género de violência (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

Um estudo realizado pela União de Mulheres Alternativa e Resposta, onde 2.500 jovens foram inquiridos revela que 32,5% dos rapazes pensa ser legítimo a prática violência sexual e 14,5% das raparigas não pensam que o forçar um beijo ou uma relação sexual seja uma forma de violência. Estes jovens inquiridos são de vários pontos do País tais como: Braga, Grande Porto e Coimbra. Destes 2.500 jovens 16% pensa ser normal o forçar a prática de relações sexuais. Um quarto destes jovens inquiridos vê a violência no namoro como sendo “normal”, sendo que nesta violência se encontravam inseridas várias formas de violência como a física, a sexual e ou a psicológica (Jornal Expresso, 2016).

Acrescente-se ainda que um outro estudo desenvolvido pela União de Mulheres Alternativa e Resposta integrado no Projeto Artways Políticas Educativas e de Formação contra a Violência e Delinquência Juvenil, onde foram inquiridos jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos revelou que 7% dos jovens já teria sido vítima de alguma forma de violência em relações de namoro. A maioria da violência exercida seria no âmbito psicológico (Jornal Expresso, 2016).

### **3.6. Como pode surgir a violência sexual na intimidade?**

Inicialmente a abordagem destes estudos tinha por base explicativa fatores psicopatológicos por parte dos agressores, no entanto com o desenvolver do tempo um enfoque maior foi dado ao papel da família, por ser um contexto privilegiado no desenvolvimento e transmissão da violência (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). Assim sendo se a agressão pode ser tida como expressão de certos valores culturais e a família é um meio favorável para a transmissão destes valores, é possível referir-se que estes comportamentos sejam aprendidos na infância, fase em que a influência familiar é maior (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

A investigação sobre a agressão sexual também foi impulsionada pelas teorias feministas, que demonstraram que a agressão surge através de comportamentos sexistas que são gerados na sociedade, onde os estereótipos sexuais são salientes, como é o caso da passividade feminista e a falta de controlo de impulsos nos homens (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). Assim sendo e tendo estes dados em consideração, a violência sexual espelha um forte desequilíbrio de poderes entre sexos e o uso de ameaça tem como objetivo manter a ordem social segundo estas perspetivas.

Tendo em conta estes e outros estudos, pode observar-se a existência de fatores de risco que podem ser categorizados em três aspetos: características das vítimas, características dos ofensores e características situacionais (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

### **3.7. Fatores de risco para que ocorra violência sexual na intimidade**

O consumo de álcool aparece-nos como fator preditor de ofensa sexual em várias investigações (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). Assim pôde comprovar-se que metade dos casos em que existe agressão sexual o álcool está presente, sendo consumido pelo ofensor, pela vítima ou por ambos (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

O álcool encontra-se relacionado com agressões sexuais de carácter severo podendo potenciar a violação (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

Um modelo integrativo desenvolvido por Berkowitz inclui fatores relacionados com a socialização, personalidade, fatores situacionais e mitos socioculturais ligados a vítimas e ofensores tidos como fatores de risco para o desenvolvimento da violência sexual contra as mulheres. Assim este modelo defende que atitudes e crenças que aceitam atos violentos no âmbito sexual geram a possibilidade destes serem praticados, sendo que estes na presença abusiva de álcool, traços da personalidade como a agressividade, situações de abuso na infância (Carr & VanDeusen, 2004; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2003) e o processo de socialização tendo por base o ideal dos papéis de género tradicionais potenciam fortemente a prática de atos sexuais agressivos (Berkowitz, 1992; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2003).

Existem estudos com componente empírica que revelam a existência de uma relação entre a aceitação de mitos socioculturais com atitudes de carácter sexista e a prática de comportamentos agressivos em âmbito sexual. Ou seja, quanto maior a ideação sociocultural de masculinidade, maior será a probabilidade de perpetrar atos sexuais agressivos contra mulheres com maior ênfase nas relações de intimidade. Pode ainda acrescentar-se que o comportamento agressivo na sexualidade tenha uma relação com a anuência face a mitos acerca da violação sexual (Lonsway & Fitzgerald, 1994; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2003).

Estudos realizados com estudantes universitários revelam que a exposição a culturas agressivas e com tendências para a hipermasculinização estimula o domínio masculino sobre as mulheres, sendo estas tidas como objetos (Martins e Machado, 2010; cit. In

Peixoto, Matos, Machado, 2003). Assim a prática de comportamentos sexuais agressivos pode ter uma conexão com a pertença ao grupo de pares, sendo que este sentimento de pertença pode ser determinante na prática destes comportamentos (Malamuth, Sockloskie, Koss, & Tanaka, 1991; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2003).

Existem estudos que demonstram que a hostilidade masculina é um fator preditivo para a perpetração sexual, ou seja, quanto mais altos são os graus de hostilidade masculina maior a tendência para aceitar estereótipos sexuais que permitem a prática de violência interpessoal (Hunter et al., 2004; Mosher & Anderson, 1986, citados por Truman et al., 1996; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2003). Devido a isto surgiu a necessidade de perceber a existência de uma relação entre o papel de gênero masculino e as atitudes que sustentam a violência sexual no âmbito das relações de namoro. Assim foram analisados ideais relativos à masculinidade, percebendo-se que atos praticados contra as mulheres aparecem como sendo um preditor sólido no que concerne a atitudes e crenças que legitimam a violação sexual em relações de intimidade (Truman, Tokar e Fisher, 1996; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2003).

Como fatores de risco para a concretização de agressões sexuais no âmbito de relações de intimidade temos a frequência de relações amorosas e o número de parceiros sexuais, as desigualdades de poder existentes entre homens e mulheres, a aceitação dos papéis de gênero tradicionais, os sítios onde ocorrem os encontros, o uso de álcool e /ou drogas (Koss & Dinero, 1989; Muehlenhard & Linton, 1987; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2003).

Quanto maior for o número de companheiros que se tem, maior é a probabilidade de ser vítima ou ofensor numa experiência de violência sexual, já que existe uma maior possibilidade para isso ocorrer (Koss & Dinero, 1989; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2003).

A diferença de idades entre parceiros e as atitudes que possam partir de iniciativa masculina, como por exemplo ser o homem a pagar despesas, podem promover experiências de vitimação sexual (Muehlenhard & Linton, 1987; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2003).

Quanto maior for o isolamento do local do encontro, maior a possibilidade de agressão sexual (Miller & Marshall, 1987; Mynatt & Allgeier, 1990, cit. In Söchting, Fairbrother, & Koch, 2004; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2003). Um estudo revela que em 81%

dos casos os ataques sexuais ocorreram em carros e locais privados, já que por vezes os homens analisam este comportamento como um sinal da mulher para o início de práticas sexuais. Os locais desabitados potenciam também a prática de atos sexuais agressivos já que assim os comportamentos têm uma menor possibilidade de serem impedidos (Muehlenhard & Linton, 1987; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2003).

Os equívocos gerados entre homens e mulheres (interpretações erróneas de comportamentos femininos) aumentam a possibilidade de comportamentos sexuais não desejados entre parceiros (Muehlenhard & Linton, 1987; cit. In Peixoto, Matos, Machado, 2003).

### **3.8. Violência no namoro e violência no matrimónio. Que relação?**

É de extrema importância que se estude a violência exercida em relações de jovens, devido à sua grande incidência e devido às consequências físicas e mentais que podem surgir na vítima. Mas é importante que se comece a estudar este fenómeno desde logo nos jovens já que é nesta fase que as relações amorosas têm início e onde se inicia a aprendizagem da interação numa relação que pode prolongar-se até à fase adulta. Devido a isto as condutas violentas desenvolvidas pelos jovens nas suas relações podem prenunciar comportamentos violentos desenvolvidos em fase adulta (Coker, Smith, McKeown & King, 2000; Werkerle & Wolfe, 1999; cit. In González-Ortega Echeburúa; Paz de Corral, 2008).

Os adolescentes não dão a devida importância à violência que é exercida no seu namoro, porque acham que a violência em relações é exclusiva de quem já contraiu matrimónio, mas muitos deles já vivenciam situações de violência que não têm relação alguma com um real envolvimento amoroso. A violência no seio das relações não surge de um momento para o outro, é algo que se vai desenvolvendo ao longo do tempo, não é algo exclusivo do casamento. Assim, em relações de namoro onde a violência é uma prática comum, esta tende a piorar ao longo do tempo, podendo ainda ser mais grave quando o casal já tiver contraído matrimónio (Barilari, 2007; Echeburúa & Corral, 1998; cit. In González-Ortega Echeburúa; Paz de Corral, 2008).

O facto de as namoradas encararem a violência como sendo um fenómeno momentâneo, faz com que as mesmas não classifiquem a sua relação como sendo violenta. É facto que os adolescentes não veem as suas relações de namoro como sendo violentas e isso faz também com que não vejam o seu namorado como agressivo e permaneçam nessa relação

abusiva já que não a conseguem ver como tal (Barilari, 2007; cit. In González-Ortega Echeburúa; Paz de Corral, 2008).

O problema tende a piorar quando o ofensor agride a vítima através de ofensas psicológicas, pois ao não haver agressões físicas é mais difícil para os adolescentes caracterizarem a sua relação como sendo violenta. Desta forma a violência pode escalar (Hernando, 2007; Barilari, 2007; cit. In González-Ortega Echeburúa; Paz de Corral, 2008).

É difícil perceber o que leva os jovens a manterem-se numa relação agressiva, já que não têm estabelecidas entre si relações sólidas de âmbito institucional, não estão numa relação de matrimónio onde por vezes a vítima não abandona a relação por dependência económica ou por ter filhos dependentes (Echeburúa, Amor y Corral, 2002; cit. In González-Ortega Echeburúa; Paz de Corral, 2008).

Não existem muitos estudos que estabeleçam uma relação entre violência no namoro e violência no matrimónio, mas devido às semelhanças entre os dois tipos de relação seria pertinente estudar esta possibilidade.

Num estudo longitudinal conseguiu concluir-se que homens que tivessem uma postura agressiva ao longo da sua relação de namoro teriam três vezes mais probabilidade de desenvolver condutas agressivas no matrimónio (O'Leary et al., 1989; cit. In Shorey, Cornelius, Bell, 2008).

Existem autores que conseguem identificar características semelhantes entre namoro e casamento, tais como o facto de passarem muito tempo juntos, participarem em atividades diversas juntos, a troca de informações pessoais, os elevados níveis de envolvimento e a ideia de ter o direito de influenciar o outro (Carlson, 1987; cit. In Shorey, Cornelius, Bell, 2008).

Concluiu-se também através de um estudo com uma amostra representativa que o consumo de álcool e a comunicação deficitária são também indicadores de violência quer nas relações de namoro quer nas relações conjugais (Follingstad et al., 1999; cit. In Shorey, Cornelius, Bell, 2008). Também o ciúme é um fator preditor de violência em ambos os tipos de relacionamento (Coleman, 1980; Follingstad et al., 1991; O'Leary, Smith-Slep & O'Leary, 2007; Roscoe & Callaban, 1985; cit. In Shorey, Cornelius, Bell, 2008).

#### **4. Nota conclusiva**

A pesquisa e o interesse em torno da temática da violência nas relações de namoro tem vindo a aumentar, já que as consequências da mesma são prejudiciais para a relação de namoro e para relações no futuro (Shorey, Cornelius, Bell, 2008). Conseguiu entender-se que de certa forma existem dados que relacionam a violência no namoro com a violência no matrimónio, no entanto não existem muitos estudos que o comprovem ou demonstrem. Por este motivo seria interessante que se aprofundassem conhecimentos nesta área, já que desta forma poderiam criar-se formas de prevenção ou pelo menos evitar-se a escalada de violência nas relações. É necessário que se invista nesta área da violência no namoro, mais especificamente em ações de sensibilização já que existem jovens que revelam ter dificuldade em identificar certas atitudes como sendo violentas. Se não identificam certas atitudes como sendo violentas e agressivas, é provável que se mantenham em relações abusivas e que este padrão se reproduza e perpetue no matrimónio.

#### **5. Violação**

##### **5.1. Conceptualização**

Independentemente das formas físicas em que se traduz, para Brownmiller (1975) a violação seria *“nada mais, nada menos do que um processo consciencioso de intimidação no qual todos os homens mantêm todas as mulheres num estado de medo”*.

“A violação é a necessidade frustrada de mostrar domínio... o violador não procura tanto a satisfação sexual, mas sim a submissão da sua vítima, a sua humilhação e a sua degradação. Só quando estas são extremas é que o violador pode experienciar um nível social eufórico. Trata-se pois de uma sexualização do estatuto social. Não é de forma alguma uma forma primitiva de mostrar domínio. O que importa na violação é que quem está numa posição superior domina sempre e quem está numa posição inferior sujeita-se a esse domínio. Na violação toda a atividade vai numa contra-direção” (Shukla,1994; cit. In Redondo, 2002).

A violação é, pois, uma forma de violência em que o aspeto central não é o desejo sexual mas sim o desejo de manter o controlo e o poder (Alexander,1990; cit. In Maria 2001).

A existência da probabilidade de ser violada gera na mulher uma baixa autoestima, a falta de confiança nos outros e permite que a mesma se conforme com a situação e com o seu papel social (Bohner et al., 1993; cit. In Maria, 2001).

## **5.2. Definição de violação na legislação portuguesa**

O crime de violação enquadra-se legalmente no Código Penal Português no Capítulo V, Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, na secção dos crimes contra a liberdade sexual.

*1 - Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa:*

- a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou*
- b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos;*

*é punido com pena de prisão de três a dez anos.*

*2 - Quem, por meio não compreendido no número anterior e abusando de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando-se de temor que causou, constranger outra pessoa:*

- a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou*
- b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos;*

*É punido com pena de prisão até três anos.*

O enquadramento supra referido aborda a questão da violação sexual num âmbito geral. O tema que irá ser desenvolvido ao longo deste trabalho será a violação, num âmbito específico, em contexto conjugal. Tendo por referência o crime de violação tal como referido na lei, procuraremos delinear alguns conteúdos e contornos específicos que poderá assumir nesse contexto.

## **5.3. Violação: Perspetivas Teóricas**

As abordagens feministas tendem a encarar a agressão sexual como fazendo parte de uma socialização masculina hegemónica (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011), referindo ainda que existem formas de condicionamento sociocultural que podem potenciar o risco de desenvolvimento de comportamentos sexualmente agressivos (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011). Assim, estas teorias sustentam que a violação é já um dado de dominação masculina, representando uma desigualdade social entre os géneros, não tendo em vista o prazer obtido na sexualidade mas a representação do controlo e do domínio sobre o sexo feminino (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).



Existe também a teoria da aprendizagem social que vê a agressão como um produto de influência cultural, sendo que estas influências permitem a restrição quanto aos papéis de género onde a coercividade no âmbito sexual é legítima. Revela que a coercividade sexual está relacionada com a facilidade de absorver atitudes e motivações por parte dos indivíduos. Assim, sob este ponto de vista, a agressão sexual é como que um comportamento aprendido em resultado de rotinas e interações desenvolvidas no ambiente em que se vive. A agressão sexual e o sexo masculino são fatores que podem encontrar-se relacionados, sendo isto visível, por exemplo, em casos em que o indivíduo do sexo masculino cresce e se desenvolve em ambientes violentos onde é saliente a violência entre os seus progenitores (Caridade e Machado; cit. In Sani, 2011).

### **5.3.1. Vítima e ofensor: qual a relação?**

Inquéritos administrados pela National Women Survey revelaram que a maioria das mulheres foi violada por homens que conheciam, sendo que apenas 22% das vítimas revelou não conhecer o violador. Em 23,2% dos casos as vítimas foram violadas por estranhos contra 76% das vítimas que foram violadas por alguém que lhes era próximo (exemplo maridos, namorados) (Burgess & Marchetti, 2009).

Frequentemente os ofensores não são conhecidos nem completamente desconhecidos das vítimas, isso não significa que existisse uma prévia relação entre eles, mas o ofensor já controlava a vítima e já sabia que a mesma era vulnerável antes de a violar (Burgess & Marchetti, 2009).

No caso da realidade nacional como já referido anteriormente, quanto ao crime de violação existe em 50% dos casos uma relação familiar ou de conhecimento entre vítima e ofensor (RASI, 2015).

### **5.3.2. Vítima de violação: qual a reação?**

As vítimas de violação podem desenvolver uma síndrome relativa ao trauma da violação. Durante a ofensa as vítimas têm medo de ser mortas, magoadas ou violadas. O medo e a ansiedade são fatores emocionais que perduram no tempo, anos após ter ocorrido a violação. Há uma fase crítica na vida da vítima que pode fazer com que a mesma se torne desorganizada ou tenha uma vida disruptiva. Mas podem também ser desenvolvidos fatores emocionais tais como o medo, a raiva, a auto culpabilização, a vergonha e a

ansiedade. Fisicamente pode abranger sintomas como: dores de cabeça, distúrbios de sono, dores de estômago, náuseas, dor vaginal e desconforto (Amar & Burgess, 2009).

As mulheres podem ser expressivas ou controladas após a violação. Quando são expressivas têm reações como choro e a confusão. Podem ser controladas revelando choque e calma. A sua reorganização demora um longo período de tempo e desenvolvem-se sintomas tais como: o medo, fobias, acréscimo de mobilidade e introspeção (Amar & Burgess, 2009).

Logo após a violação as dores físicas como as vaginais e gastrointestinais são relatadas, podendo também ocorrer distúrbios alimentares e de sono. A mutilação e o suicídio são comportamentos recorrentes. Desenvolver medo do sexo e de homens também é comum. A reabilitação de vítimas deste crime é muito mais prolongada no tempo do que a de vítimas de outros crimes (Amar & Burgess, 2009).

### **5.3.3. Danos Físicos**

Danos físicos, incluindo vaginais, não são uma consequência inevitável da violação e não permitem estabelecer prova de consentimento (Cartwright, 1987; Slaughter & Brown, 1992; cit. In Burgess & Marchetti, 2009). A falta de ferimentos vaginais pode ter diversas explicações: falta de contacto vaginal com o violador, denúncia tardia da situação, inexperiência do examinador, o violador ser conhecido da vítima, um ofensor ser pouco agressivo e a vítima poder ser pouco resistente, bem como a existência de falsas denúncias (Girardin et al., 1997; cit. In Burgess & Marchetti, 2009).

No caso da violação o corpo da vítima é a cena principal do crime (Kilpatrick, 2000; cit. In Burgess & Marchetti, 2009). A investigação divide-se em duas partes: a entrevista com a vítima e o exame forense à mesma. Com estes consegue saber-se se ocorreu relação sexual, se o ato sexual produziu danos que coincidam com o relato de sexo forçado e se é possível identificar-se o ofensor através da recolha de ADN. Reconhecendo-se o suspeito só a alegação de consentimento pode permitir a defesa legal do ofensor. A maior parte dos exames forenses não permite uma visualização abrangente dos danos da vagina ou do ânus. O colposcópio é usado por enfermeiras e ginecologistas e permite ver uma grande área, bem como a observação de danos que não são visíveis sem ele. Geralmente quando este instrumento não é usado detetam-se 19 a 28% de danos genitais, sendo que com este instrumento detetam-se mais de 87% dos casos (Slaughter & Brown, 1992; cit. In Burgess & Marchetti, 2009). A grande vantagem deste aparelho é a opção de ver as

imagens dos danos causados, o que permite gravar e mostrar os danos em tribunal (Kilpatrick,2000 cit. In Burgess & Marchetti,2009).

#### **5.3.4. Atitudes sociais em torno da violação**

Os chamados “mitos” da violação podem definir-se como *“atitudes ou crenças, geralmente, falsas, que são toleradas de forma persistente, por uma grande percentagem da população e que servem para negar ou justificar a agressão sexual masculina contra as mulheres”* (Lonsway & Fitzgerald,1994,p. 134; cit. In Sani, 2011).

Exemplos de tais ideias são: “ só acontece às más raparigas”, “todas as mulheres podem defender-se de um violador”. Estes mitos aparecem entre pessoas comuns e entre profissionais que estão em contacto com vítimas de violação, segundo estudos feitos por Barber et al. (Barber et al., 1974; cit. In Burt, 1980).

Investigadores demonstraram que os mitos em torno da violação aparecem em vários setores da sociedade, seja, no público em geral, na polícia e nos próprios violadores (Burt, 1978, Feild,1978; cit. In Burt, 1980).

Os mitos acerca da violação alteram o próprio conceito da violação, sendo que segundo Borgida e White estes mitos podem influenciar decisões judiciais em julgamentos com júri (Borgida & White,1979; cit. In Burt,1980).

Os mitos da violação também fazem com que as vítimas se culpabilizem pelo que aconteceu e diminuem o sentido de ser-se vítima de violação (Calhoun, Selby & Warring, 1976; cit. In Burt,1980).

Os estereótipos em relação à violação, aos papéis na sexualidade e a forma de se ver as mulheres, variam conforme a assimilação e aceitação das pessoas face a estes mitos (Feild, 1978; Klemmack & Klemmack, 1976; cit. In Burt, 1980). Investigadores feministas revelam que a aceitação e integração destes mitos fazem com que se criem justificações para a prática de violações e agressões sexuais (Brownmiller,1975; cit. In Burt, 1980).

O ideal de que os homens devem ser fortes e mostrar agressividade e que as mulheres devem cumprir o seu dever de mãe, de esposa e manter uma atitude passiva fazem parte do modelo patriarcal que ainda atualmente é tido em consideração (Silva,1995;cit. In Maria, 2001). Embora na atualidade se acredite na igualdade entre géneros, ainda é bastante visível a desigualdade nos papéis sociais desempenhados nos vários campos:

familiar, político, social (Maria, 2001). Até à revolução de 1974, por exemplo, as mulheres em Portugal encontravam-se sob a autoridade do seu marido (Silva, 1995; cit. In Maria, 2001).

Culpar as vítimas é algo que ocorre com frequência e que obtém maior força quando o crime é perpetrado por conhecidos da vítima, já que a sociedade acredita que existirá uma motivação para o crime. Assim sendo, se a vítima já conhece o ofensor deveria saber o que iria ocorrer. E por isso nestes casos geralmente a vítima é que é vista quase como ofensora (Allison & Wrightsman, 1993; cit. In Maria, 2001).

Existem autores (Lambert & Raichle, 2000) que tentam explicar esta questão. Fazem-no através de três modelos explicativos: a hipótese do mundo justo, a hipótese da responsabilidade pessoal e a hipótese da legitimação. Na hipótese do mundo justo crê-se na premissa de que cada um tem aquilo que merece (Lerner, 1965, Lerner & Miller, 1978; cit. In Lambert & Raichle, 2000; cit. In Maria, 2001).

A hipótese da responsabilidade pessoal revela que as pessoas com mentalidade mais conservadora tendem a punir mais facilmente pessoas que não cumprem as regras (Lambert & Raichle, 2000; cit. In Maria, 2001).

Quanto à hipótese da legitimação, refere que numa sociedade mais conservadora os homens acabam por ter poder sobre a mulher, o que no caso da violação pode contribuir para introduzir a ideia que o homem tem alguma legitimidade para violar uma mulher (Lambert & Raichle, 2000; cit. In Maria, 2001).

Existe ainda o ideal de que as mulheres têm papéis sociais definidos e assim sendo se os comportamentos desenvolvidos pelas mulheres forem contra este ideal, podem ter uma consequência visível na forma como as pessoas vão analisar a sua situação de vitimização. (Pollard, 1992; cit. In Maria, 2001). Por exemplo, se uma mulher der boleia a um estranho e for violada, o ideal acima referido pode estar em causa e o ato fica justificado com a ideia de que a vítima se desviou dos seus papéis sociais (Maria, 2001).

Estas questões fazem também com que as mulheres não denunciem a violação, porque para além da traumatizante experiência por que passam ainda têm de enfrentar todas estas questões morais (Maria, 2001), o que consequentemente também leva a que as estatísticas oficiais apresentem números reduzidos no que concerne a esta temática (Buchwald; E., Fletcher; P. & Roth, M., 1993; cit. In Maria, 2001).

### **5.3.5. A influência cultural e a violação**

A cultura influencia a forma como nos vemos e como nos comportamos, moldando a forma como somos avaliados, bem como as nossas atitudes perante as situações. No caso da violação a cultura também é importante, no sentido em que ela faz com que a organização e os comportamentos sexuais sejam traçados de uma forma específica, tendo homens e mulheres responsabilidades específicas. A cultura e a sexualidade encontram-se intimamente ligadas. Vejamos, numa sociedade de base patriarcal onde os direitos das mulheres não são respeitados, se ocorrer uma violação esta poderá nem ser considerada crime ou não lhe ser atribuída grande terá grande relevância. Em sociedades matrifocais se ocorrer uma violação o homem pode ser humilhado e perder a sua honra (Bohn and Holz,1996; cit. In Amar & Burgess, 2009).

A cultura do povo, os papéis de género e as posições que as mulheres ocupam na sociedade têm influência na questão da violação. Nos Estados Unidos da América a predominância dos homens é muito visível nas artes, na literatura, na televisão e isso tem influência nas crenças e atitudes da sociedade, o que terá também influência nas decisões de tribunal. O valor da mulher encontra-se culturalmente muito conectado à sua sexualidade e a violação diminui o valor da mesma. E por isso muitas vezes a violação quando ocorre com alguém que é virgem tem mais impacto do que se ocorrer com alguém que não o é (Amar & Burgess, 2009).

A culpabilização da vítima e a forma como é vista a violação, encontra-se assim relacionada com valores e normas culturais (Neville; Heppner,1999 cit. In Amar & Burgess, 2009).

## **5.4. Dados Estatísticos referentes ao crime de violação**

### **5.4.1. Realidade Internacional**

Segundo os dados oficiais do Instituto Nacional da Justiça dos Estados Unidos da América, no seu Relatório Especial sobre a extensão, natureza e consequências nas vítimas de violação: com os dados obtidos na Pesquisa Nacional de Violência contra Mulheres (National Violence Against Women Survey) de 2006, conseguiu verificar-se que 17.6% dos casos de mulheres que responderam ao inquérito e 3% dos homens na mesma situação confirmaram já terem sido violados alguma vez na sua vida. Neste inquérito a violação era definida como um ato que incluía penetração completa ou

tentativa de penetração vaginal, oral ou anal. Nos Estados Unidos da América a probabilidade de violação é de uma em cada 6 mulheres e de um em cada 33 homens (National Violence Against Women Survey,2006; cit. In Burgess & Marchetti, 2009).

Já que existe a probabilidade de uma pessoa poder ser violada mais do que uma vez ao longo da sua vida, estima-se que 17.7 milhões de mulheres e 2,8 milhões de homens já foram violados alguma vez nas suas vidas. No ano precedente à administração deste inquérito, 300 milhares de mulheres e mais de 92 mil homens foram violados (National Violence Against Women Survey, 2006; cit. In Burgess & Marchetti, 2009).

As denúncias efetuadas junto de forças de segurança permitiram obter dados que revelam a presença de 94,365 violações, o que representa 32,2 crimes de violação por cada 100 mil habitantes (Federal Bureau of Investigation,2004;cit. In Burgess & Marchetti, 2009). Deve referir-se que estes dados foram obtidos através de denúncias, sendo que não revelam na sua totalidade a realidade do país.

Este crime também inclui cifras negras, ou seja, existem dados que acabam por não ser revelados e visíveis nas estatísticas oficiais e que condicionam os dados relativos ao crime de violação. Estas cifras negras traduzem um grande problema no que concerne à avaliação da real existência de uma violação. Esses dados encontram-se ligados a fatores tais como: a perceção da vítima quanto ao ocorrido e a interpretação feita pela polícia. Muitas vezes a vítima não se apercebe de que foi violada de facto, ignora a ilegalidade do ato, e não sente que deva denunciar o ocorrido às autoridades (Burgess & Marchetti, 2009). Antes deste ato ser julgado num tribunal, o Ministério Público deve decidir se as provas e os dados existentes são suficientes para que haja uma acusação. E só no caso em que estes dados e provas sejam fidedignos é que será possível proceder ao registo deste crime (Burgess & Marchetti, 2009).

Segundo a National Violence Against Women Survey só uma em cada cinco mulheres denuncia casos de violação (National Violence Against Women Survey,2006). Isto acontece por medo de retribuição, por culpa, pela humilhação que podem sofrer, por não confiarem na justiça e por problemas cognitivos causados pela violação (Burgess;Fehder;Hartman,1995;cit. In Burgess & Marchetti, 2009).

Um estudo realizado com ofensores sexuais sem condenação revelou que 126 homens afirmaram ter praticado 907 violações que envolveram 882 mulheres, ou seja, em média

cada um destes homens violou 7 vítimas diferentes (Abel et al., 1987 cit. In Burgess & Marchetti, 2009).

Este crime ocorre com centenas de milhares de pessoas a cada ano, independentemente do seu sexo. Ocorre que este crime não é facilmente detetável devido às reduzidas denúncias e a problemas na comprovação do consentimento ou não consentimento da vítima. Se a reputação da vítima for inquestionável e se o uso de força ocorrer, então o ato é considerado violação. Se a mulher conheceu o homem num bar ou na internet e for violada este ato pode não ser considerado como violação. A violação é o único crime em que a vítima pode ser tida como culpada. Continua a existir a ideia de que quando uma mulher diz não, quer dizer sim e que a mesma gosta de ser subjugada sexualmente pelo homem. Se a denúncia for feita no imediato ou existirem evidências de que não houve consentimento no ato, isso pode favorecer a vítima em tribunal (Burgess & Marchetti, 2009)

Muitas das vítimas não relatam a violação por medo de revitimização e este medo aumenta conforme a relação que a vítima tenha com o agressor. O receio de estereótipos por serem vítimas de violação, a falta de credibilidade no sistema de justiça, a falta de coragem para contar a sua história e o medo das consequências psicológicas após denúncia, como por exemplo, ansiedade após recontar o crime permitem que este crime nem sempre seja denunciado (Resnick et al., 1996; Acierno, Resnick, Kilpatrick, 1997; cit. In Burgess & Marchetti, 2009).

#### **5.4.2. Realidade Nacional**

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI), no que diz respeito aos crimes sexuais, mais especificamente quanto ao crime de violação, este é perpetrado na sua maioria por indivíduos do sexo masculino, sendo que as vítimas geralmente são do sexo feminino. A maior incidência de ofensores tendo em consideração a idade encontra-se na faixa das idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos. Em relação às vítimas a faixa de idades mais afetada encontra-se entre os 21 e os 30 anos de idade. Em mais de 50% dos casos existe uma relação familiar ou de conhecimento entre vítima e ofensor (IASI, 2015).

Segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), foram registadas 79 denúncias no âmbito do crime de violação no ano de 2012 (APAV, 2016).

## **6. Definição de Violação em Contexto Conjugal**

A investigação em Portugal no âmbito da violência doméstica é muito recente. Os estudos acerca da violência sexual na conjugalidade têm ainda menor expressão, embora diversos autores estrangeiros já abordem a temática (Matos et. al, 2006).

Devido a isto, recorrer-se-á a literatura internacional para aprofundar a temática.

Segundo a autora Mahoney (1999, 2000; cit. In Matos et.al, 2006), a violação na relação conjugal pode definir-se como os atos sexuais envolvendo coito anal, vaginal, oral; ou inserção de objetos, quando ocorrem sem a permissão da mulher, podendo envolver o recurso a atos de agressão física sobre a vítima ou ameaças em relação a familiares ou outras pessoas, causando sensação de medo. A autora permite-nos perceber que a vítima predominantemente a mulher e que a violação ocorre sem a sua permissão, ainda que exista a ideia de que este ato só ocorre porque a vítima não resiste ao ofensor. Pode ver-se aqui que isto ocorre devido ao medo sentido pela vítima em relação ao que lhe pode ocorrer ou a pessoas que a mesma conhece (Matos et. al, 2006).

Até há bem pouco tempo seria impensável abordar a temática da violação sexual no matrimónio. Tome-se como exemplo o caso dos Estados Unidos da América onde a sanção para maridos nestas questões nem sequer existia (Bergen,1996). Isto deve-se muito à ideia de que uma mulher é propriedade de um homem, podendo passar por sê-lo do seu pai e posteriormente do seu marido, o que contribuiria para legitimar a violação neste contexto (Russell,1990).

Pode constatar-se esta ideia já a partir do século VII, em que Rómulo de Roma decretou uma lei que *“obrigava as mulheres casadas, não tendo meio de escapar, a conformarem-se inteiramente ao temperamento dos seus maridos e os maridos a terem as suas esposas como bens necessários e inseparáveis”* (Sonkin,1987; cit. In Russell, 1990). Através desta observação consegue facilmente entender-se que a mulher após o matrimónio tornava-se posse e propriedade do seu marido.

Esta questão tornou-se ainda mais visível ao longo da história, quando começaram a surgir as leis da violação. Inicialmente a questão da violação inseria-se na secção dos crimes contra a propriedade, já que visava a proteção não da vítima mas sim do seu “proprietário” (Pagellow,1984;cit. In Bergen,1996). É necessário que se perceba que a mulher por esta altura era praticamente vista como uma “mercadoria”. Se uma esposa



fosse violada o lesado seria o seu marido e não a vítima. O marido até podia ser compensado pela violação da sua esposa caso esta violação fosse praticada por outro homem. No entanto os maridos não poderiam ser condenados pela violação das suas próprias esposas (Dobash & Dobash,1979).

É na verdade complexo o processo em que se define violação. Normalmente nesta definição existem elementos comuns como a penetração vaginal, relação sexual, uso de força ou ameaça do mesmo e não consentimento da vítima. Existem Estados, nos Estados Unidos da América que só consideram a hipótese de violação em casos em que tenha existido ejaculação. Na lei do estado da Pensilvânia o artigo que faz referência ao crime de violação começava por dizer “ A pessoa comete um crime de 1º grau quando se envolve em relações sexuais com outra pessoa que não o seu cônjuge” (Frieze,1983). Esta questão descarta logo a hipótese de existir violação no matrimónio.

Existem porém autores e autoridades policiais que consideram que desde que haja um ato íntimo no âmbito sexual forçado perpetrado por uma pessoa sobre a outra já pode ser considerada violação. A violação envolve geralmente sexo oral e anal e muitos investigadores começaram a considerar estes atos como parte integrante da definição de violação (Frieze,1983).

### **6.1. Contextualização histórica**

Para que se consiga entender esta questão da violação sexual em contexto conjugal é necessária alguma contextualização histórica. Deve referir-se que ao longo da história ocidental, a violação no casamento foi sempre tida como impossível. Como um contrassenso, ou difícil de conceber. Mas se se considerar a violação como um ato cometido por uma pessoa contra a vontade da outra, será claro que a possibilidade da violação ocorrer num casamento existe (Barshis,1983).

É de referir que em 1736, quando Sir Matthew Hale publicou um texto na História dos Fundamentos da Coroa criou a isenção da violação no caso do matrimónio, ao considerar, a mulher como sendo propriedade sexual do seu marido (Brownmiller,1975).

Referiu que quando o homem se casou com a sua esposa houve um contrato matrimonial, em que a esposa se deu ao seu marido e este contrato não pode ser quebrado pela mulher. Assim não haveria violação por parte do marido sobre alguém que lhe pertence legalmente (Russell,1990; cit. In Bennice & Resick, 2003).

Afirmou ainda que através do casamento; as relações sexuais estão irrevogavelmente implicadas (Russell,1990; cit. In Bergen,1996). Por este motivo as esposas estavam sexualmente confinadas aos seus maridos e não lhes poderiam dizer não neste âmbito. Acrescente-se que mesmo que uma mulher pudesse recusar-se a praticar relações sexuais com o seu marido, a lei comum de Inglaterra não lhe permitia acusar o seu marido de violação, devido ao princípio da união matrimonial. Devido a esta questão, esta doutrina ficou implícita na lei comum e os maridos ficaram isentos de ser acusados de violação sobre as suas mulheres. Nos Estados Unidos da América, esta questão da isenção de culpa dos maridos ficou assente e aceite em 1857 (Barshis,1983; cit. In Bennice & Resick, 2003).

Esta isenção teve ainda mais apoio e suporte a partir da metade do século 18, quando Blackstone criou a teoria das unidades, ou seja, a partir do casamento marido e mulher tornam-se um só (Green, 1988; Small & Tetreault, 1990; cit. In Bennice & Resick, 2003).

A partir desta ideologia a mulher deixou de ter uma identidade própria e passou a ser vista como propriedade do seu marido (Green, 1988; Small & Tetreault, 1990; cit. In Bennice & Resick, 2003).

No Comentário das Leis de Inglaterra de 1765 ficou escrito segundo Blackstone: *“Marido e mulher são legalmente uma pessoa. A legal existência da esposa ficou suspensa durante o casamento, fica incorporada na pessoa do seu marido... se uma mulher sofrer uma injúria, não pode realizar nenhuma ação sem a concordância do seu marido”*

Segundo Abraham (1999) através do ato sexual a mulher é silenciada, sofre uma dominação masculina e pode trespassar o seu corpo (Abraham,1999; cit. In Matos et.al, 2006).

Numa parte recente da história de Portugal, a violência sobre as mulheres restringia-se ao espaço privado e familiar e era legitimada e a proteção da sua esfera sexual era quase inexistente até há pouco tempo atrás.

As ordenações fazem parte da primeira codificação da legislação portuguesa das quais fazem parte as Ordenações Afonsinas (XV), Manuelinas (XVI-XVII) e Filipinas (XVII-XIX). Nestas ordenações a exigência feita à vítima seria a presença de gritos e do choro forte e audível para que a sua acusação fosse válida, este comportamento da vítima deveria estar presente desde a ocorrência até á denúncia (Ventura, 2015). Mas estas

ideologias não se verificam apenas nas Ordenações, o Código Penal Português de 1982 permite uma atenuação da violação em caso de provocação da vítima e em função da sua relação com o agressor. Assim o que se deduz desta ideologia é que as mulheres não são verdadeiramente violadas e podem contribuir para a sua violação ainda que involuntariamente (Duarte, 2013; cit. In Ventura, 2015). Com a promulgação do Código Penal de 1982, o consentimento da vítima deixou de ser mencionado em casos de violação e a vontade das mulheres casadas passou a ser tida em consideração. Assim até ao ano de 1982 as mulheres ao contraírem matrimónio renunciavam à sua autodeterminação e liberdade sexual através do contrato conjugal. Até esta altura também as mulheres que fossem virgens e fossem violadas recebiam um dote sob a forma de indemnização, ou seja, o casamento era a indemnização para a vítima. Pode verificar-se esta questão através da análise de uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça onde se faz referência a uma violação praticada por mais do que um ofensor onde a vítima vê-se ressarcida dos danos através da contração de matrimónio com um dos seus violadores. Este ato foi justificado da seguinte forma: *“o casamento de um dos réus «com a ofendida é um ato de efeitos gerais, cujas consequências atingem não só os dois agentes do crime, como também a sociedade, que se considera satisfeita, e a ofendida, que recebeu a devida reparação»* (Faveiro e Araújo, 1969: 678; cit. In Ventura, 2015). O ano de 1982 trouxe às mulheres casadas a possibilidade de serem consideradas vítimas de violação por parte dos seus maridos. O código penal só em 1995 passou a inserir os crimes sexuais na secção de crimes contra a liberdade e só por esta altura é que a mulher deixou de ser vista como provocadora da violação (Beleza, 2004).

Assim, como sob esta perspetiva o casamento é uma forma de compensação para a vítima, recai sobre ela o ideal de que irá mentir nas denúncias feitas para que dessa forma consiga obter o casamento. Nestas relações matrimoniais, que surgem para culminar com o processo criminal, a violência exercida sobre a vítima era visível após a contração do matrimónio. Esta violência infligida nas vítimas resultava em situações de suicídio por parte das mesmas. Por vezes também ocorriam homicídios conjugais. (Ventura, 2015).

Inicialmente a violação era um crime onde o património da família da vida seria o lesado, sendo o género feminino e a sua virgindade um fator essencial para gerir as gerações vindouras. Através do controlo desta questão da sexualidade o poder e o estatuto das famílias estariam assegurados. Como a violação teria como consequência a impossibilidade de contração de casamento por parte da vítima, o casamento entre

agressor e vítima anulava o procedimento criminal, ocorrendo isto até ao ano de 1982. O género masculino compunha até à Revolução de 1974 o poder judicial, assim o corpo e sexualidade feminina eram geridos por estes homens, bem como as sentenças judiciais. Por este motivo as conveniências da família com modelo de base patriarcal eram cumpridas (Ventura, 2015).

## **6.2. A violação em contexto conjugal e o seu enquadramento social**

### **6.2.1. A visão social e a violação em contexto conjugal**

Enquanto o homem sempre teve poder na sociedade e nas relações pessoais, as mulheres ficaram restringidas a ser mães e a obedecerem aos homens. Isto deveu-se em grande parte à dependência económica a que estão expostas e este motivo faz com que as mulheres sintam que devam corresponder às vontades sexuais dos homens (Dantas-Berger; Giffin, 2005).

Nas sociedades de poder patriarcal o ideal de alargar a família nuclear regeu sempre as relações no âmbito das relações sexuais (Dantas-Berger; Giffin, 2005).

Ao longo dos anos as mulheres ganharam um lugar na sociedade, tendo a oportunidade de desempenhar um trabalho com uma remuneração. Isto permitiu a sua participação reconhecida no orçamento familiar e também a possibilidade de gerir a sua vida sexual fora do âmbito matrimonial e com uma opção reprodutiva ou não, tendo para isso a aceitação social (Dantas-Berger; Giffin, 2005).

Estudos realizados na França permitem entender que quando a violência sexual passa a ser criminalizada existem atos que antes não eram tidos em consideração e que passam ganhar visibilidade. Isto permite que as mulheres lutem por ter um lugar na sociedade e deixem de ser um sujeito passivo nas relações sexuais (Vigarello, 1998; cit. In Dantas-Berger, Giffin, 2005).

Bozon (1995), ao estudar homens e mulheres no que concerne à conceção da sexualidade, sendo esta conceção um indicador das relações sociais de sexo, mostra que embora as mulheres tenham um papel mais ativo na sociedade e mesmo nas suas relações sexuais, existem diferenças visíveis na forma como homens e mulheres veem as relações sociais no âmbito da sexualidade (Bozon, 1995 cit. In Dantas-Berger; Giffin, 2005).

Embora as mulheres mantenham práticas sexuais dentro e fora do casamento, preferem mantê-las numa relação afetiva separando-se dos seus companheiros quando não se encontram satisfeitas nesse nível (Dantas-Berger; Giffin,2005).

Mesmo a nível internacional a investigação e conhecimento do crime de violação no matrimónio é recente. A nível internacional diversos países não tinham na sua legislação o crime de violação sexual e por isso este não era punido (Bergen,1996). A violência doméstica começou a partir de 1800 a ser tida como um ato ilegal (Pleck,1979; cit. In Barshis, 1983), mas a isenção de culpa de um marido numa violação estava apenas a começar a ser tratada (Barshis, 1983). Só em 1857 nos Estados Unidos da América surgiu o primeiro caso de reconhecimento desta questão (Slovenko,1979; cit. In Barshis, 1983). O tribunal referia que uma mulher não poderia retirar o seu consentimento em manter relações sexuais com o seu marido, até porque já o tinha firmado formalmente anteriormente, por isso o seu marido não podia ser acusado de violação. Estas noções mantiveram-se durante anos (Barshis, 1983). Como a violação no casamento não era reconhecida como crime, não foram realizados estudos ou estatísticas que demonstrassem a sua natureza ou a frequência em que ocorrem (Barshis, 1983).

Com a ausência de estatísticas os estudos tiveram de ter por base as mulheres violadas em contexto conjugal e o que se conhecia sobre as violações em geral. Ocorre que ambos estes crimes são os menos reportados às autoridades, em ambos o homem exerce poder sobre a mulher, em ambos as vítimas são tidas como merecedoras e provocadoras do crime e raramente os ofensores são punidos pelo sistema de justiça criminal (Gelles,1977; cit. In Barshis, 1983). A falta de estatísticas torna impossível a determinação da ocorrência destes casos. Mas este é um problema grave e sério (Martin,1976; cit. In Barshis, 1983).

Como já se referiu, tendia-se a entender como um direito do homem, ter a mulher como sua propriedade. A mulher era sempre propriedade dos homens, inicialmente dos seus pais e mais tarde do seu marido (Russel,1990; cit. In Bergen, 1996). O crime de violação encontrava-se inserido nos crimes contra a propriedade, já que a mulher era tida como propriedade do homem. Assim, se fosse violada por um estranho, era a violação da propriedade do seu marido que estava em causa (Pagelow,1984; cit. In Bergen, 1996).

O que era tido como crime de violação não englobava o mesmo ato no contexto do matrimónio, sendo que ser casado conferia, portanto, uma certa imunidade ao marido. Só

a partir de 1977 é que, por exemplo, o estado do Oregon retirou esta “imunidade” aos maridos, considerando que tal ato se poderia enquadrar no crime de violação (Russell,1982; cit. In Campbell, 1989).

Um grande problema em admitir que há violação no casamento deve-se a ocorrer logo a comparação com o crime de violação *tout court*, geralmente perpetrado por estranhos. Uma das principais características da violação é a frequência em que ocorre numa vítima, porque geralmente só acontece uma vez. Sabe-se que no casamento este ato pode proporcionar-se; com muito maior frequência do que uma violação perpetrada por um estranho. Só esta questão já é um entrave para enquadrá-la como crime. Além disso, em algumas jurisdições tal ato só pode ser considerado violação se o casamento for legal, o que exclui a sua repressão nas uniões de facto (Campbell, 1989).

É consensual que a violação em contexto conjugal ocorre dentro de relações onde existe prática de violência doméstica, mas também ocorre sob outras formas de violência (Campbell,1989). A prática de violação no âmbito do matrimónio também pode ser praticada por ex-maridos e ex-companheiros. Desta forma estes garantem o seu poder sobre as mulheres (Brownmiller’s,1975; cit. In Campbell, 1989).

#### **6.2.2. A lei americana e a violação conjugal**

A partir de 5 de Julho de 1993 em 50 Estados dos Estados Unidos da América a violação sexual no decorrer do matrimónio tornou-se crime e encontra-se na secção de ofensas sexuais. No entanto é necessário que se reforce a ideia de que em 30 destes Estados a isenção é permitida aos maridos em casos em que ele não necessite de usar a força para o desenvolvimento da violação, por exemplo quando as esposas estão inconscientes ou legalmente impedidas de consentimento (Bergen, 1996; Russell, 1990; NCMDR, 2005; cit. In Bergen; Barnhill,2006). A lei americana referia que uma violação é um ato sexual tido entre um homem e uma mulher, sem que esta seja a sua esposa, que ocorre sem o consentimento da mesma (Collings,1962; cit. In Barshis, 1983). Isto deve-se à ideia de que ao existir matrimónio o consentimento da esposa está garantido. Esta isenção visível em alguns Estados demonstra que este tipo de violação não é tão relevante como os outros tipos de violação e que ainda se vive com uma visão patriarcal da sociedade (DeKeseredy, Rogness, & Schwartz, 2004; cit. In Bergen; Barnhill,2006). Demonstra também que, ao existir esta isenção a ideia de que o sexo é um elemento garantido no matrimónio é

comprovável e continua a pensar-se que a esposa é propriedade do seu marido Russell,1990; cit. In Bergen; Barnhill,2006).

Segundo Gelles, os conceitos dos tribunais têm por base ideologias e não os factos reais, assim o tribunal pode não aceitar a existência da violação sexual no casamento, o que não significa que ela não exista (Gelles,1977; cit. In Barshis, 1983).

### **6.3. A vítima vista pelos seus próprios olhos**

Para perceber como as mulheres definem violação no matrimónio devemos ter em consideração três questões: inicialmente a própria mulher deve identificar que foi vítima deste crime, olhando para a situação que lhe aconteceu como sendo anormal e inaceitável; em segundo lugar devem vê-la como abusiva e por fim devem sentir que precisam de procurar ajuda, mas para isso devem reconhecer esta situação e encará-la como um crime em particular (Kelly,1988; cit. In Bergen,1996).

Num estudo desenvolvido por Bergen (1996), a maioria das mulheres da sua amostra revelou não conseguir identificar o que lhes aconteceu como sendo crime (Bergen,1996). Primeiramente, para que as vítimas se reconheçam como tal têm de tratar o crime pelo nome. É importante também a denominação que se dá ao conceito desta violação. Há autores que consideram que estes atos deveriam ser designados como “violação de esposa” e não de “violação no casamento”, pois o sentido mais lato permitiria uma generalização quanto ao género (Russell,1982; cit. In Campbell, 1989). A justiça é neutra, e deve sê-lo, sendo que neste caso apesar da opinião do autor, é necessário revelar-se que a violação em âmbito conjugal pode ter como vítimas indivíduos de ambos os sexos. É por isso necessário que se considerem como vítimas tanto o marido como a esposa, no caso matrimonial. Seria um ato discriminatório olhar para o fenómeno apenas com uma visão feminista. Assim convém elucidar para o facto da violência conjugal poder ser praticada, e ou, sofrida por ambos os cônjuges.

Kelly (1990) defende “para se definir algo, a palavra tem de existir para que se possa nomear o ato e uma vez conhecido o nome tem de ser aplicado à nossa própria experiência” (Kelly,1990; cit. In Bergen,1996). Muitas das mulheres não se veem como vítimas do crime de violação conjugal porque não há uma definição para isso, ao contrário da violência doméstica que tem uma definição própria (Bergen,1996).

Muitas vezes as mulheres ao notarem que são alvo de comportamentos que consideram anormais no seu relacionamento, procuram ler sobre o assunto ou então tentam enquadrar o que lhes aconteceu numa situação que já conhecem. Por vezes só quando entram em contacto com centros de apoio a vítimas é que conseguem perceber o que se passa com elas e com a sua relação (Bergen,1996).

Assim pode desde já referir-se que há uma grande importância na vítima se reconhecer como tal, desde logo porque só dessa forma consegue encontrar apoio especializado para o seu problema (Bergen,1996).

Algumas vítimas, ao perceberem que o são, têm a possibilidade de acabar com a autculpabilização pelo sucedido. Outras vítimas têm a possibilidade de olhar para o fenómeno de forma mais ampla. De qualquer forma sentem-se com mais poder após descobrirem e se caracterizarem como vítimas e assim não sofrem um período de isolamento (Bergen,1996). É muito importante definirem-se como vítimas já que assim sentem que controlam melhor a sua vida e conseguem finalmente pôr um ponto final na sua relação abusiva (Kelly,1988; cit. In Bergen,1996).

### **6.3.1. Características sociais das esposas violadas em contexto conjugal**

A violência sexual tem dois lados: tem grande impacto na vítima e na sociedade, e tem mais impacto conforme o nível de intimidade das pessoas, especialmente se ocorrer no matrimónio (Barshis, 1983).

Vítimas de abusos são tidas como submissas e emocionalmente reservadas. Isto é um grande impulso para que estas vítimas sejam atacadas (Star,1978; cit. In Barshis, 1983). Segundo Millet, a mulher seria inofensiva devido à sua socialização (Barshis, 1983). Estas características parecem ser muito mais importantes e comuns entre vítimas de abuso, do que fatores como a idade e o nível de educação (Barshis, 1983).

Russell (1990), num estudo que realizou, revelou que 2/3 das mulheres casadas violadas foram vítimas de violação por parte dos seus maridos, tendo idades inferiores a 25 anos, embora a violação possa ocorrer noutras faixas etárias. A classe social é um fator com menor peso, embora Russell revele que mulheres de classe média alta são levemente sub-representadas nas amostras de mulheres vítimas de violação conjugal. Finkelhor & Yllo demonstram que mulheres de classes sociais baixas relatam com maior frequência este género de violência (Russell,1990; Finkelhor&Yllo,1985; cit. In Bergen; Barnhill,2006).



Quanto à raça/etnicidade, Russell descobriu que mulheres afro-americanas são mais propensas a violações pelos parceiros do que mulheres asiáticas e latinas (Russell,1990; cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

Os recursos económicos também são um fator decisivo na altura de decidir abandonar os maridos. As mulheres que são independentes economicamente têm maior capacidade para abandonar a relação (Russell,1990; cit. In Bergen; Barnhill,2006). As mulheres que encaram o seu papel de esposa de forma mais tradicional culpam-se facilmente pelo sucedido e por isso mesmo têm uma maior dificuldade em abandonar o casamento (Russell,1990; cit. In Bergen; Barnhill,2006).

Também mulheres de classe social mais baixa que ainda vivem com os seus companheiros são mais frequentemente vítimas de violação em contexto conjugal. As mulheres que não terminaram o ensino secundário relatam quatro vezes mais casos de violação por parte dos maridos do que as mulheres que terminaram esse nível de ensino (Finkelhor & Yllo, 1985).

Isto não significa que as mulheres de classes sociais mais baixas sejam um alvo mais fácil para este tipo de vitimação. Uma em cada catorze mulheres que são formadas e que têm o ensino superior também são vítimas de violação no casamento (Finkelhor & Yllo, 1985).

Este estudo não demonstrou que mulheres negras sejam mais violadas pelos seus maridos do que mulheres brancas. Quanto à religião mulheres de religião protestante e outras que não revelaram a sua religião relatam mais casos de violação no matrimónio do que católicas e judias. Mulheres com menos de trinta anos de idade e acima dos cinquenta anos revelam ser vítimas de violação no casamento mais do que mulheres em outras faixas etárias. Mulheres que sofreram violações enquanto crianças tem três vezes mais probabilidade de ser violadas pelos seus maridos. Não existem ainda dados que expliquem esta questão da violação sofrida na infância se repetir na vida adulta, embora estes autores pensem que estas vítimas, na hora de se afastarem da sua família abusadora, não sejam muito seletivas em relação aos seus companheiros, o que permite ao ofensor perceber que é uma pessoa mais frágil e cometa mais facilmente os abusos (Finkelhor & Yllo, 1985).

Estes autores conseguiram dados sobre as vítimas e sobre os agressores, através de entrevistas feitas em agências de planeamento familiar. Algumas destas pessoas

chegavam através de abrigos de mulheres que sofrem violência doméstica, outras vieram por ter lido num anúncio e algumas vinham voluntariamente por ter ouvido os autores falarem acerca deste tema (Finkelhor & Yllo, 1985).

### **6.3.2. Violação marital nos diferentes estados civis**

Primeiramente deve referir-se que a violação em contexto conjugal é uma forma de violência grave e séria, podendo definir-se como relação sexual não desejada ou que reúna penetração nas suas diversas formas (vaginal, oral, anal), obtidas com uso ou tentativa de força, ou então em casos em que a esposa não se encontra habilitada a consentir o ato sexual (Bergen, 1996; Pagelow, 1992, Russel, 1990; cit. In Bergen; Barnhill, 2006). Existe a tendência para se acreditar que a violação marital só ocorre no casamento legal, mas existem diversos autores que estudam esta violência tanto em casais legalmente casados, em casais divorciados, ou que vivam em união de facto, devendo compreender-se que as dinâmicas sexuais são similares às de casais legalmente casados (Mahoney & Williams, 1998; cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

### **6.4. A combinação de violência na violação em contexto conjugal**

A violação em contexto conjugal é muito mais do que só e apenas uma desavença entre um casal, existem homens que usam armas, fazem graves ameaças e praticam violência física em relação às suas esposas. Os homens que praticam violência física sobre as suas esposas na sua forma mais simples são menos perigosos do que aqueles homens que combinam violência física e violação. Os segundos podem até praticar homicídio conjugal (Finkelhor & Yllo, 1985; cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

Estudos realizados em clínicas demonstram que 20% a 70% das mulheres já sofreu violência sexual por parte dos seus maridos pelo menos uma vez nas suas vidas. Isto fez com que se questionasse a violência sexual no matrimónio como uma extensão da violência doméstica (Johnson & Sigler, 1997; cit. In Bergen; Barnhill, 2006). Esta questão revela que as mulheres que sofrem violência sexual também podem sofrer violência doméstica. Existem relações em que as mulheres sofrem violência de carácter física e sexual, sendo estas agressões chamadas de “*Battering rapes*” (violações com violência física) (Finkelhor & Yllo, 1985; cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

As mulheres que são violadas e agredidas fisicamente podem sofrer violência física no decorrer da atividade sexual ou então pode a violação ocorrer depois de um episódio de

violência doméstica, após a qual o homem obriga a sua esposa a manter relações sexuais com ele (Bergen,1996; Finkelhor & Yllo, 1985; cit. In Bergen; Barnhill,2006).

Uma outra forma de violação é a sádica ou obsessiva, em que a tortura e a perversidade estão muito presentes e a violência física é muito exacerbada. Nestes casos a visualização de pornografia e a tentativa de obrigar as esposas a praticarem o que vêm é muito frequente (Bergen, 1996; DeKeseredy & Joseph, in press; Finkelhor & Yllo, 1985; cit. In Bergen; Barnhill,2006).

#### **6.4.1. Violação de esposas e violência doméstica**

Há quem defenda que a violação em contexto conjugal não deva ser englobada na violência doméstica porque desta forma aquele problema acaba por não ter a importância devida (Bergen; Barnhill,2006). Devem distinguir-se estas duas situações porque muitas vezes as mulheres são agredidas e violadas, mas a questão da violação é perturbadora e devia ser analisada de forma mais específica por especialistas quando ouvem as vítimas (Finkelhor & Yllo, 1985; cit. In Bergen; Barnhill,2006).

É também demasiado arriscado concretizar a ideia de que as mulheres que são violadas sofrem violência doméstica, pois existem mulheres que são violadas e não têm outras experiências de violência (Bergen; Barnhill,2006).

Finkelhor & Yllo (1985) descobriram num estudo que 40% das mulheres viveram aquilo que caracterizam como violação apenas forçada (Force-only rape) onde os seus maridos usavam apenas a força necessária para levar as suas mulheres a ter relações sexuais com eles e o uso de força pode não ser a característica principal destas violações. Desta forma, se apenas se considerasse a violação conjugal como mais uma forma de violência doméstica estas mulheres não seriam ouvidas e as suas histórias não seriam analisadas com a devida atenção e importância (Finkelhor & Yllo, 1985; cit. In Bergen; Barnhill,2006).

Torna-se complexo analisar esta questão da violação em contexto conjugal e muitas das vítimas só a revelam quando sofrem de violência doméstica. Acabando por relatar também a primeira, ou então em estudos que abordem a temática da violação (Frieze, 1983).

Em muitos casos surge a questão da violação em contexto conjugal quando as vítimas se queixam de violência doméstica e, existem casos em que a violação em contexto conjugal

surge no desenvolver de outras agressões físicas. Existem também mulheres que são violadas em frente aos seus próprios filhos (Frieze, 1983).

#### **6.4.2. Fatores potenciadores de violação conjugal**

A coerção social e interpessoal podem ser fatores que proporcionam a existência de violação conjugal. Quanto à coerção social podem incluir-se fatores sociais como: a pressão que as mulheres sofrem por parte da sociedade em que o casamento é tido como uma instituição e a coerção interpessoal está relacionada com fatores onde a violência não é posta em prática, como sejam a dependência económica e a existência de filhos, que faz com que as mulheres se sujeitem à prática de relações sexuais mesmo sem a sua vontade (Finkelhor & Yllo, 1985; cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

Um estudo realizado por DeKeseredy & Joseph (in press) revelou que mulheres divorciadas ou separadas que sofrem violação pelos seus ex-companheiros podem encaixar as suas experiências em quatro categorias: contacto sexual, coerção sexual (práticas sexuais não desejadas por existir pressão verbal), tentativa de violação e violação (Bergen; Barnhill, 2006).

#### **6.4.3. Fatores de risco**

A maior parte dos investigadores refere que em casamentos em que há violação em contexto conjugal há também um abuso de poder do marido sobre a sua esposa, onde o controlo é constante. Estes homens que violam as suas esposas são tidos como extremamente ciumentos e dominantes, acreditando que podem usar e abusar das suas propriedades tendo relações sexuais sempre que têm vontade (Bergen; Barnhill, 2006).

Quando homens que têm nas suas relações sociais homens que veem a violência contra as mulheres como um meio legítimo para a obtenção dos seus desejos, estes são mais propensos a violar as suas esposas (DeKeseredy & Joseph, in press; Schwartz & DeKeseredy, 1997; cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

Um outro fator de risco é a existência de violência doméstica na relação porque como já foi referido pode ser um fator potenciador de violações (Frieze, 1983; cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

A gravidez é também um fator potenciador de violação sexual e de violência física (Bergen, 1996; Browne, 1993; Campbell, 1989; cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

Casos de doença e de alta hospitalar podem também ser preditores de violação em contexto conjugal devido à especial vulnerabilidade que as mulheres se encontram a experienciar no momento (Campbell & Alford, 1989; Mahoney & Williams, 1998; cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

Quando as mulheres pensam em abandonar as suas relações, esse também é um momento propício à violação em contexto conjugal, já que o controlo e poder dos seus maridos sobre as suas propriedades é posto em questão. Em casos de divórcio também há um grande risco de a mulher voltar a sofrer violações conjugais porque o facto de não viverem juntos não acaba com o sentido de poder que os seus ex-maridos têm sobre elas (DeKeseredy et al., 2005; Dobash & Dobash, 1992; Kurz, 1997; cit. In Bergen; Barnhill, 2006). Também os meios de comunicação podem ser tidos como um fator de risco para a conceção social da violação, já que por vezes transmitem filmes e novelas que mostram a violação com um lado romântico e isso traz a ideia de que um homem não viola realmente a mulher, ela quer isso para ela e sentimentaliza a questão. Podendo assim passar a ideia de que uma mulher permite a violação e isso cada vez mais faz com que a violação de mulheres seja desvalorizada. (Smith, 1976; cit. In Barshis, 1983). Os meios de comunicação quando transmitem estes filmes e novelas não o fazem de forma intencional, ou seja, o seu objetivo não é gerar a ideia que as mulheres sentimentalizam a violação. Mas a interpretação feita por quem assiste aos mesmos pode ser errónea, podendo despoletar nos agressores este ideal em relação às mulheres.

Segundo um livro de Lenore Walker (1979), algumas vezes a violência começa pelos ciúmes excessivos dos maridos. Existem ainda autores que estudam casos em que ciúmes e sexo violento são práticas comuns nas relações (Lenore Walker, 1979; cit. In Frieze, 1983). Assim, também os ciúmes podem ser um fator de risco para a violação de esposas.

O álcool pode também surgir como um fator de risco já que muitas vezes o consumo de álcool surge como fator proporcionador de violência. Por vezes existe violência sem que haja álcool e isto faz com que se questione a existência de uma relação causal entre ambos os fatores (Martin, 1976; Fleming, 1979; cit. In Barshis, 1983).

#### **6.4.3.1. Fatores de risco familiares**

É importante que se elimine a violência dentro da família, desde logo porque afeta a vítima e a união familiar e muitas vezes existem crianças envolvidas que assistem à violência e que podem aprender estes comportamentos e repeti-los mais tarde. Martin

(1976) refere que testemunhar a violência física da mãe pode trazer à criança medo, choque, e culpa (Martin,1976; cit. In Barshis, 1983). Segundo um estudo feito em Inglaterra, 37% das mulheres que sofrem violência acabam por transmitir os seus problemas aos seus filhos, sendo que 54% admite que os seus maridos acabam também por se tornar violentos com os seus filhos (Martin,1976;cit. In Barshis, 1983).

## **7. Efeitos da violação em contexto conjugal**

Contrariamente ao que se pensava acerca deste tipo de violência no matrimónio, ela pode representar muita dor e sofrimento para a vítima e ter consequências que se estendem no tempo. Os efeitos físicos que decorrem deste ato de violência podem incluir lesões na vagina e no ânus, cortes, dor, vômitos, hematomas, distensões musculares (Adams, 1993; Bergen, 1996; cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

As esposas que são violadas podem ainda ter ossos partidos, sangramentos nasais, hematomas oculares e ferimentos com arma branca que podem ser infligidos durante o ato sexual (Bergen; Barnhill, 2006).

Segundo Campbell & Alford (1989), metade das mulheres que sobreviveram a violações conjugais foram pontapeadas, queimadas e sofreram agressões físicas durante os atos sexuais (Campbell e Alford, 1989; cit. In Bergen; Barnhill,2006). São também frequentes as queixas ginecológicas como estiramento vaginal, abortos, infeções de bexiga, infertilidade, lacrimejamento anal, dores pélvicas, e doenças sexualmente transmissíveis (Campbell & Alford, 1989; Campbell & Soeken, 1999; Eby, Campbell & Sullivan, 1995; cit. In Bergen; Barnhill,2006).

Uma pesquisa também revelou que a existência de doenças sexuais e a violação em contexto conjugal se encontram intimamente ligadas, sendo que há uma relação entre o aumento das doenças sexuais e a violação conjugal (Maman, Campbell, Sweat & Gielen,2000; cit. In Bergen; Barnhill, 2006). Isto deve-se em parte à recusa por parte dos maridos em usar preservativos e à cedência desta vontade por parte das esposas (Bennice & Resick, 2003; Eby et al., 1995; cit. In Bergen; Barnhill, 2006). A ausência de existência de métodos contraceptivos pode também gerar gravidez indesejada (Bergen; Barnhill, 2006).

Aproximadamente 17% das mulheres que sofreu violação em contexto conjugal desenvolveu uma gravidez não desejada e 20% das mulheres violadas pelos seus maridos

acabam por abortar ou verem os seus filhos recém-nascidos mortos (Campbell & Alford, 1989;cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

As mulheres que são violadas pelos seus maridos sofrem danos psicológicos graves e que se prolongam no tempo, já que este ato de violência foi praticado por alguém que elas amavam e em quem confiavam. Este tipo de violência é recorrente, podendo existir muitas violações ao longo da relação matrimonial (Kilpatrick et al., 1988; Frieze,1983;cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

Efeitos a curto prazo podem envolver a ansiedade, choque, depressão, ideias suicidas, medo, perturbação de sono e stress pós traumático, sintomas estes semelhantes aos de outras vítimas de violência sexual (Bergen, 1996; Kilpatrick et al., 1988; Russell, 1990;Stermac et al., 2001;cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

A depressão e a ansiedade experienciadas por mulheres que foram violadas pelos seus maridos são mais frequentes do que por mulheres que foram violadas por estranhos ou aquelas que apenas sofreram violência física (Plichta & Falik,2001;cit. In Bergen; Barnhill,2006).

Quanto aos efeitos a longo prazo, podem incluir imagem corporal distorcida, distúrbios alimentares, problemas de sono, depressão, angústia sexual, problemas em estabelecer relações de confiança e aumento de sentimentos negativos sobre si mesmas (Bergen, 1996; Frieze, 1983; Ullman & Siegel, 1993;cit. In Bergen; Barnhill,2006).

Os efeitos psicológicos podem perdurar no tempo e as vítimas podem ter lembranças repentinas do ocorrido, sofrer de disfunção sexual e dor emocional durante muitos anos mesmo após a violação (Bennice & Resick, 2003; Bergen,1996; Finkelhor & Yllo, 1985;cit. In Bergen; Barnhill,2006).

Embora ainda não exista muita pesquisa acerca desta temática, deveria estudar-se os efeitos que a violação em contexto conjugal tem nas crianças. Num estudo feito sobre esta questão 5% das mulheres revelaram que os seus filhos foram compelidos a participar na violência sexual (Campbell and Alford,1989;cit. In Bergen; Barnhill,2006) e 18% revelaram ainda que os seus filhos assistiram pelo menos uma vez a estes atos de violência conjugal (Mahoney & Williams, 1998;cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

### **7.1. Porque ocorre a violação em contexto conjugal?**

A forma como a vítima vê a relação que tem com o seu marido está muito relacionada com a continuação ou o término das violações no casamento. Em primeiro lugar deve perceber-se a quem é atribuída a responsabilidade de a violação ter ocorrido, se à esposa, se ao marido ou se ao próprio relacionamento que ambos mantêm. É lógico que as mulheres que não se apercebem que são violadas pelos seus maridos não tendem a achar que necessitam de proteção, mas geralmente pedem ajuda terapêutica. Por vezes também as próprias vítimas atribuem como explicação fatores que são vistos como sendo temporários, que acreditam que acabarão por se dissipar no tempo, outras vezes enumeram fatores que têm tendência a manter-se ao longo do tempo. Os que são temporários por vezes podem significar que as violações serão mantidas por pouco tempo, enquanto os outros podem indicar que as violações vão ser mantidas (Frieze,1983). Estes fatores são descritos na tabela abaixo (Frieze,1983).

Explicações hipotéticas para a causa das violações no matrimónio			
	Fatores estáveis	Fatores incertos	Fatores instáveis
“A esposa é culpada”	<p>“Ela foi violada no passado”</p> <p>“Ela é sexualmente indiferente”</p> <p>“Ela não o ama mais”</p> <p>“Ela não gosta de homens”</p>	<p>“Ela não é suficientemente afetiva”</p>	<p>“Ela recusa-se a ter relações sexuais com ele”</p> <p>“Ela foi violada por outra pessoa que não o seu marido”</p> <p>“Ela foi infiel”</p>
“Responsabilidade conjunta”	<p>“Os seus impulsos sexuais são diferentes”</p> <p>“Eles não são compatíveis”</p> <p>“Ele não a respeita”</p>	<p>“Eles têm um problema comunicacional”</p>	



“Marido é culpado”	“Ele tem problemas emocionais”  “Ele gosta de usar a força”  “Ele é alcoólico”  “Ele é um maníaco sexual”  “Ele sente que este é o seu direito matrimonial”	“Ele é insensível”  “Ele necessita de provar a sua masculinidade”	“Ele está emocionalmente chateado”  “Ele estava bêbado”
--------------------	---	---	---

(Frieze, 1983)

Portanto uma das possíveis explicações para a ocorrência de violações em contexto matrimonial é a esposa ter relações sexuais com o seu marido mas sem a sua total vontade. Outra possível explicação surge quando o marido acredita que deve ter relações sexuais com a sua esposa sempre que tenha vontade, para isso ele acaba por violar a sua esposa mas tem esta questão como justificativa. Uma outra questão surge quando a esposa é infiel ao seu marido e a violação e ou a violência doméstica surgem como uma retribuição pela infidelidade da esposa (Frieze, 1983).

Segundo Russell (1990), se a mulher for violada por um estranho, pode acabar por ser violada pelo seu marido, pois este pode entender que ela lhe foi infiel e que por isso é perceptível que seja violada também pelo seu marido (Frieze, 1983).

## **7.2. Quando a esposa quebra o silêncio?**

Segundo Bart, quando estudou a incidência e natureza da violação em contexto conjugal conseguiu entender que as vítimas que recorriam a centros de ajuda frequentemente referiam que os ataques ocorriam quando os seus maridos se encontravam embriagados. Frequentemente estes ataques de violação são precedidos de atos de violência, o que demonstra que a necessidade de mostrar poder é maior do que até a vontade de praticar sexo. Assim as mulheres que procuram ajuda estão com raiva dos seus maridos, têm medo da possibilidade de sofrer novos ataques e quando procuram ajuda querem, mais do que conselhos, um apoio para pedir o divórcio. Ainda assim existem casos de relações

violentas em que as vítimas não relatam a violência sexual (Barshis, 1983). Segundo Groth e Gelles existem mulheres que não veem a violência sexual no casamento como um problema e não a relatam como sendo um caso de violação. Só o fazem se durante entrevistas isto lhes for questionado. Estes mesmos autores creem que a violação sexual no matrimônio ocorre com muito maior frequência do que violações perpetradas por estranhos (Groth & Gelles; cit. In Frieze, 1983). O que pode parecer estranho é que embora estes ataques sexuais ocorram variadas vezes, as vítimas não o reconhecem como uma violação. Isto ocorre devido à autculpabilização que as vítimas impõe a si próprias, afirmando até que provocam a situação e isto acaba por desculpabilizar facilmente o ato praticado pelos seus maridos. Esta falta de reconhecimento de que está a ocorrer uma violação deve-se em grande parte à ideia de que as violações ocorrem num bosque e são praticadas por desconhecidos. Estas mulheres consideram até que os seus maridos têm o direito a ter estas atitudes (Gelles, 1977; cit. In Barshis, 1983). Na questão da violação é muito importante encontrar-se provas, já que as mulheres tendem a ser tidas como não confiáveis e neuróticas, capazes de inventar ofensas sexuais. Um estudo de Brownmiller revelou que 4 em cada 5 violações não eram denunciadas por mulheres, referindo que se é tão fácil fazer-se uma acusação de violação, então qual o motivo que levou estas mulheres a não fazê-lo. Porque as mulheres não acham que seja fácil provar esta acusação e quem a faz sabe que é difícil de provar (Brownmiller, 1976; cit. In Barshis, 1983). Também existem estudos que revelam que em casos em que a vítima e o ofensor se conheciam entre si e o ofensor nega o ocorrido, as vítimas obtêm menor apoio da polícia e têm grande dificuldade em defender a sua posição em tribunal (McCahill et al. 1979; cit. In Barshis, 1983).

### **7.2.1. Formas de violência denunciadas**

É conhecido que a violência física faz-se acompanhar de violência psicológica, mas é importante realçar que a violência sexual se encontra presente em 50% dos casos de violência física. Estes resultados foram alcançados num estudo populacional com base em 48 pesquisas (Dantas-Bergen; Giffin, 2005).

No Brasil existem as Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulheres e as estatísticas realizadas em 267 destas delegacias revelaram a presença de 326.693 queixas em que, relativamente a violência física, foram feitas 113.727 queixas. Nestas mesmas

delegacias de todo o país verificaram-se 4.697 queixas relativas a violação (Dantas-Bergen; Giffin, 2005).

A maioria dos casos relatados nestas estatísticas é de violência física (326.693) e crimes contra a honra, ou seja, injúria (13.000); difamação (10.049); e calúnia (6.805). Ou seja, os casos de violação não são muito relatados, muito menos aqueles que ocorrem no âmbito de relações de intimidade. Acontece que estes casos são muitas vezes relatados pelas vítimas como violência física e não os destacam especificamente. Pode comprovar-se isto através de um estudo realizado no Brasil em que se entrevistaram 3.193 mulheres, destas 40% relatou a presença de violência sexual associada a violência física e apenas 5% das mulheres relataram a presença exclusiva de violência sexual nas relações de intimidade (Ministério da Justiça, 2002; cit. In Dantas-Bergen; Giffin, 2005).

Realizaram-se entrevistas a 9 mulheres com idades compreendidas entre os 25 e os 51 anos de idade, com diferentes formações académicas e diferentes atividades laborais. Estas 9 entrevistadas indicaram a presença de violência física na sua vida sem fazer referência alguma à violência sexual. De facto uma das maiores queixas é a de violência física com uso de violência psicológica, que é tida como uma das piores violências.

Como relata uma das entrevistadas *“ele só sabe, é agredir, machucar... Não precisa de uma arma pra te atacar: ele desmoraliza (...) não precisa nem usar a mão, (...) te difamando, eu acho que é a coisa pior que existe!”* (Gal). (Dantas-Bergen; Giffin, 2005).

As relações sexuais acabam por acontecer com ou sem a vontade da mulher, porque esta é uma obrigação da mulher no casamento. Para muitas das mulheres a vida sexual também não é favorável e é um dos fatores que permite que exista violência física. Muitas das vezes as mulheres acabam por ceder às relações sexuais porque dependem economicamente dos maridos e por não quererem ser acusadas de lhes ser infiéis. Isto pode verificar-se neste relato de duas das vítimas: *“então, quando ele bebe, ele não deixa eu dormir, ele tenta fazer sexo comigo à força... Se eu não fizer, ele não deixa eu dormir, entendeu? Então – [Entrevistadora questiona: o que você faz?] – eu, o único jeito é fazer, né, que é para eu poder ter sossego,”*

*Poder dormir e poder ter paz, porque senão eu não tenho... Se eu não deixar ele fazer, aí ele começa a querer me bater, me agredir, me esculhambar... Dizer que eu estou com homem na rua... Que eu tenho macho na rua.”* (Geisa).

“ [Quando ela nega o sexo, ele diz] *Você é minha mulher, está aqui pra que? Ele pega, me deita na cama, à força (...). Eu deixo, não tem como!* [Se ela resiste, ele fala] *Ah! É, né? Sua puta, piranha, safada! Você não quer transar comigo porque tu ‘fode’ com os outros...* ” (Elaine). (Dantas-Bergen; Giffin, 2005).

Portanto algumas mulheres permitem que o ato sexual ocorra não por terem vontade mas por não terem outra solução, como demonstra um estudo em que podemos ler o seguinte desabafo de duas mulheres: “*eu me senti imunda, eu me senti imunda, suja, porque juntou a raiva dele me pegar assim, só para satisfazer a vontade dele e não respeitar o que eu estava passando*” (Moema).

“*Teve uma época que eu fazia sem vontade (...) aí, quando ele virava pro canto e dormia, eu dizia: ‘Graças a Deus!’ Eu ia pro banho, me lavava toda...*” (Mary). (Machado, 1999; cit. In Dantas-Bergen; Giffin, 2005).

### **7.2.2. Manter o matrimónio: quais os fundamentos?**

Cabe questionarmo-nos por que se mantêm as mulheres nestas relações violentas? Há quem pense que seja porque gostam de ser agredidas, sendo que esta era uma opinião defendida por psiquiatras nos anos 60 (Saul, 1972; Snell et al., 1964; cit. In Ferraro & Johnson, 1983).

Existem estudos que demonstram que as mulheres se mantêm nestas relações devido às crenças que têm quanto ao seu papel na família (Hilberman, 1980; Martin, 1976; Walker, 1979; cit. In Ferraro & Johnson, 1983).

Saliente-se que muitas mulheres põem em primeiro lugar o seu papel de esposa e de mãe em detrimento da sua vida pessoal. Como a sociedade se formou num modelo de base patriarcal, um homem tem sempre mais poder dentro e fora da esfera familiar e a mulher fica com um papel secundário. É claro que as condições económicas são também um fator que condiciona a posição da mulher na vida matrimonial. Nos Estados Unidos da América em 1978 uma mulher ganhava 58% do que um homem ganhava (U.S. Department of Labor, 1980; cit. In Ferraro & Johnson, 1983). Em Portugal, no ano de 1974 as mulheres constituíam 25% dos trabalhadores, embora apenas 19% das mulheres trabalhasse fora do âmbito doméstico. A diferença salarial entre géneros era visível, já que as mulheres ganhavam menos 40% do que os homens. Por esta altura a lei do contrato individual do trabalho atribuía ao marido o direito de não permitir que a sua esposa trabalhasse fora do

âmbito doméstico. O contrato laboral poderia ser rescindido pelo marido em casos em que a mulher exercesse atividades laborais lucrativas. As mulheres não podiam desenvolver carreiras diplomáticas, nem cargos judiciais, militares ou policiais. Ser enfermeira, por exemplo, restringia as mulheres de usufruir de direitos cívicos como contrair matrimónio (Fazenda,2006). Esta questão condiciona totalmente a possibilidade de uma mulher poder ser independente e abandonar as relações matrimoniais violentas (Dobash and Dobash, 1979; Pagelow, 1981; cit. In Ferraro & Johnson, 1983). A forma das pessoas avaliarem as situações depende do seu historial cultural. As mulheres que dependem economicamente dos seus maridos também dependem deles para manter a sua autoestima e para continuarem a viver (Ferraro &Johnson,1983).

Geralmente as mulheres, quando agredidas por um estranho, tentam escapar da situação. Tal muitas das vezes não se verifica numa relação com um marido. Isto não significa que a mulher aceite a situação facilmente, porque a partir do momento em que começa a sofrer violência por parte do seu marido faz um grande esforço para conseguir continuar a conviver com a situação. É claro que estas questões também dependem de mulher para mulher. Um estudo realizado nos Estados Unidos da América revelou que algumas mulheres mantêm-se numa relação abusiva após os primeiros quatro anos de violência, outras após o primeiro ano e outras ainda após quarenta e dois anos (Pagelow,1981; cit. In Ferraro & Johnson, 1983).

Muitas mulheres equacionam a ideia de deixar os seus maridos, mas os apoios que deveriam ter para que essa situação ocorresse são quase inexistentes. Um estudo com a participação de 150 mulheres agredidas, revelou que 90% das mulheres queria deixar a sua relação abusiva mas não contava ter apoios para isso e desistiram (Roy's,1977; cit. In Ferraro & Johnson, 1983).

Quando surgem problemas num casamento deveria existir alguma forma de remediar esta situação e tornar a relação novamente viável (Scanzoni,1972; cit. In Ferraro & Johnson, 1983). Há a possibilidade dos casamentos terem uma longa duração conseguindo ultrapassar dificuldades sem ter de ocorrer divórcio (Sprey,1971; cit. In Ferraro & Johnson, 1983).

Apesar do grande desenvolvimento político, social e internacional quanto a este tema continua a ser muito complicado para as mulheres abandonarem o matrimónio.

### **7.2.3. Como é que a violação em contexto conjugal ganhou visibilidade?**

Esta questão também foi pouco abordada por sociólogos até 1971, até que começaram a surgir artigos de jornais que abordaram a questão (Gelles, 1974; O'Brien, 1971; Steinmetz & Straus, 1974; cit. In Ferraro & Johnson, 1983).

Devido a ativistas e populares a questão da violência doméstica tornou-se reconhecida e tida como um problema social (Tierny, 1982; cit. In Ferraro & Johnson, 1983).

Desde 1850 que se realizam movimentos contra a violência praticada sobre mulheres pelos seus companheiros ou maridos, mas inicialmente não obtiveram apoio popular (Doobash e Doobash, 1979; cit. In Ferraro & Johnson, 1983).

Em 1975, devido a um inquérito nacional administrado nos Estados Unidos da América, conseguiu perceber-se que 3.8% da população feminina já teria sido vítima de violência física por parte dos seus maridos (Strauss et al., 1980; cit. In Ferraro & Johnson, 1983). Em 1976 um novo inquérito nacional revelou que um quarto das agressões que as mulheres casadas ou divorciadas sofreram foram praticadas pelos seus maridos ou ex-maridos (Gacquin, 1978; cit. In Ferraro & Johnson, 1983).

Dada a amplitude do problema, os serviços de apoio e centros de acolhimento de mulheres que foram agredidas não conseguia responder em tempo útil a todos os pedidos (Colorado Association for Aid to Battered Women, 1978; Ferraro, 1981a; Roberts, 1981; Women's Advocates, 1980; cit. In Ferraro & Johnson, 1983).

Mesmo depois de esta questão ser reconhecida, a violência praticada contra as mulheres ainda carece de ser estudada e compreendida. Ser agredida por um marido ou por alguém que se ama torna-se confuso para as mulheres. Estas conclusões obtiveram-se através de entrevistas feitas com vítimas desta violência (Pagelow, 1981; cit. In Ferraro & Johnson, 1983).

#### **7.2.3.1. Credibilidade na violação em contexto conjugal**

Mesmo assim, e apesar do conhecimento existente acerca destas práticas violentas exercidas na intimidade sobre as mulheres, este problema não tem despertado interesse suficiente em cientistas sociais, órgãos de polícia, instituições e na sociedade em geral (Bergen, 2005; cit. In Bergen; Barnhill, 2006). Mesmo assim ainda hoje em dia esta questão não tem a devida atenção e mesmo a sociedade no seu geral continua a questionar como é possível a existência de violação perpetrada por um marido sobre a sua esposa (Whatley, 2005; Kirkwood & Cecil, 2001; cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

#### **7.2.4. A violação de esposas e o consentimento**

Como já foi referido, com o casamento homem e mulher passavam a ser um só legalmente e a violação não faria sentido porque o homem não poderia violar-se a si próprio. A partir de 1800 (Atos de Propriedade das Mulheres, aplicado pelo Parlamento no Reino Unido) as mulheres viram esta questão revogada, ou seja, homem e mulher tinham identidades separadas. No entanto, existem ainda argumentos que interferem nesta questão. O primeiro é que homem e mulher se casam livremente e assim não podem recusar-se a nada durante o casamento (Journal of Family Law,1980; cit. In Barshis,1983). Em segundo lugar o casamento tem como partícula essencial o direito a relações sexuais o que implica o consentimento de ambas as partes, mas esta questão encontra-se inerente ao casamento. Embora este consentimento afete ambas as partes do casamento, afeta as mulheres de forma mais prolongada (Gelles,1977; cit. In Barshis,1983).

Esta questão do consentimento só serve para tirar a proteção judicial da esposa e retira da esposa o direito à integridade do seu corpo e não lhe dá o direito de ter opção de escolha. E deve dizer-se que mesmo que se queira ter o direito a práticas sexuais no matrimónio, nada justifica o facto de ter de adquiri-las de forma brutal (New York University Law Review, 1977; cit. In Barshis, 1983). O contraditório nesta questão do consentimento é que por vezes a própria lei permite que se retenha o consentimento, por exemplo no caso de a mulher pedir o divórcio por o homem ter cometido o adultério (Scutt,1977; cit. In Barshis, 1983). Existem momentos em que o tribunal admite que o consentimento nas relações sexuais no matrimónio é importante, como houve um caso em que o marido obrigou a sua esposa a praticar sexo oral (Caso de Estado vs Bateman, 1976; cit. In Barshis,1983).

#### **7.3. Estudos acerca da violação em contexto conjugal**

Diana Russell, num estudo realizado em São Francisco com 930 mulheres, descobriu que entre 10 e 14% das mulheres inquiridas já teriam sofrido atos de violência sexual no matrimónio (Finkelhor & Yllo, 1985; Russell, 1990; cit. In Bergen; Barnhill,2006). Entre os diferentes géneros de violação existentes conseguiu perceber-se que a violação em relações de intimidade é a mais relatada, sendo que também um estudo canadiano demonstra que 30% das mulheres que sofreram violação em adultas sofreram-na em relações de intimidade, por parte do seu parceiro (Randall and Haskell, 1995; cit. In Bergen; Barnhill, 2006). Um estudo realizado por Bart, que teve por base a análise de

1000 inquéritos administrados a vítimas de violação, revelou que 8,4% das mulheres eram violadas por homens com quem mantinham relações de intimidade. E 12% eram violadas por companheiros e em encontros (Gelles, 1977; cit. In Barshis, 1983).

O maior estudo realizado nos Estados Unidos da América demonstrou que cerca de 7 milhões de mulheres que vivem neste país já foram vítimas de violação por parte dos seus companheiros (Mahoney, Williams & West, 2001; Tjaden & Thoennes, 1998; cit. In Bergen; Barnhill, 2006). Estes dados não tiveram em consideração as mulheres que se sentiram coagidas emocionalmente a ter relações sexuais com os seus maridos ou companheiros, caso contrário a taxa seria muito maior. Um estudo realizado em 2002 revelou que 34% das mulheres tem relações sexuais com os seus maridos sem vontade, devido às suas crenças de obrigações matrimoniais (Basile, 2002; cit. In Bergen; Barnhill, 2006). É um facto que mulheres que sofram práticas de violência doméstica estão mais expostas a práticas de violação por parte dos seus maridos (Campbell, 1989; Pence & Paymar, 1993; cit. In Bergen; Barnhill, 2006).

Segundo um estudo realizado por Heise et al., que reuniu informação de 35 estudos realizados num total de 24 países, ficou comprovado que a violência praticada por homens sobre as mulheres é evidente e verificável. A violência física e sexual são as mais praticadas em relações de intimidade, tornando-se assim um problema de saúde pública (Heise et al. 1994; cit. In Dantas-Bergen; Giffin 2005).

Geralmente as pessoas olham para a violação como um ato praticado por estranhos, quando na verdade violações cometidas por pessoas conhecidas ocorrem muito mais frequentemente. Acontece que em denúncias feitas à polícia a violação cometida por estranhos é muito mais relatada. Ainda assim um estudo revelou que 10% das mulheres relataram ter sido violadas por maridos, enquanto apenas 3% das mulheres relatou violação cometida por estranhos. Também 10% das mulheres revelou ter sido violada em encontros íntimos. Assim pode concluir-se que a violação por maridos é a mais cometida de entre as agressões sexuais. Esta violação em contexto conjugal é a forma de coerção sexual que a mulher tem mais probabilidade de vir a sofrer durante a sua vida (Finkelhor & Yllo, 1985).

Russell (1978) entrevistou mais de 900 mulheres com mais de 18 anos, em que as mesmas foram questionadas quanto a agressões sexuais cometidas por estranhos, pelos seus maridos, namorados e membros das suas famílias. Nesta amostra 12% das mulheres



declarou sentir-se vítima de violação pelos seus maridos. Tendo em consideração a lei existente na Califórnia, segundo a qual seria violação a “*relação sexual forçada ou relação obtida pela ameaça física ou relação sexual concluída quando a mulher estava drogada, inconsciente, adormecida ou de outra forma totalmente impotente e incapaz de consentir*”. Existiam também 2% de mulheres que de alguma forma foram obrigadas a praticar sexo oral ou anal. Conclui-se assim que 14% das mulheres foram de alguma forma agredidas sexualmente pelos seus maridos. Assim, pode verificar-se que a violação em contexto conjugal está entre as mais comuns formas de agressão sexual (Russell, 1978; cit. In Finkelhor & Yllo, 1985).

Num estudo realizado através de um jornal local 7% das pessoas que responderam ao mesmo referiram já ter sofrido violação no casamento, enquanto só 1% referiu ser vítima de violação no seu sentido mais lato. Num outro inquérito administrado em São Francisco 12% das pessoas referiu também ser vítima de violação no casamento (Frieze, 1983).

#### **7.3.1. Porque existe enviesamento de dados?**

É normal que nestes estudos (Finkelhor & Yllo, 1985; Russell, 1978), por muito rigorosos que tentem ser, se registem dados com frequências mais baixas do que as existentes na realidade, desde logo porque há mulheres que têm pouco à vontade em relatar estes incidentes, e por vezes também não incluem agressões praticadas em outros casamentos. Assim, 10 a 14 % das mulheres inquiridas foram vítimas de violação por parte dos seus maridos, mas a realidade poderá ser mais ampla (Finkelhor & Yllo, 1985).

Mulheres divorciadas relatam muitos mais casos de violação por parte dos seus maridos, o que é justificável já que esta foi a motivação para a separação, e em outros casos o marido viola a sua esposa devido ao facto da vítima tomar a decisão de abandonar o casamento mesmo que o divórcio seja pedido por outros motivos (Finkelhor & Yllo, 1985).

Quando se estudam casos de violação é raro encontrar-se casos de violação em contexto conjugal, sendo que através de um estudo feito num centro de saúde onde existia planeamento familiar descobriu-se que 7% das mulheres já teriam sofrido violação conjugal, e 10% das mulheres divorciadas referiam ter passado pelo mesmo (Frieze, 1983).

#### **7.4. A violação em contexto conjugal em Portugal**

Como já referido anteriormente o estudo da violação em contexto conjugal em Portugal ainda é recente e a intervenção nela ainda é reduzida. Ainda assim começam já a aparecer denúncias feitas relativamente a esta questão. Segundo uma notícia publicada no Espaço do Assistente Social, mais de 60 mulheres serão violadas pelos seus maridos a cada ano. Desde o início do ano de 2016 a Polícia Judiciária de Braga já terá recebido duas denúncias de esposas violadas. A APAV no ano de 2014 recebeu 62 denúncias relativas a esta questão. Para que o crime de violação ocorra é necessário que o consentimento da vítima não seja dado. Segundo uma fonte da Polícia Judiciária, numa explicação ao Jornal Diário de Notícias (Janeiro, 2016), a lei desde o ano de 2015 protege mais as vítimas e isto pode fazer com o número de denúncias quanto a casos de violação aumente. Segundo a lei (Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, disposta no artigo 152º do Código Penal Português) quem faz uso de violência ou ameaça grave pode incorrer numa pena de prisão entre os 3 e os 10 anos. Mas atualmente a Lei passará a abranger outros violadores tais como maridos ou namorados passando os mesmos a incorrer numa pena que pode atingir os 6 anos de prisão, caso haja constrangimento de uma pessoa para a prática de coito ou cópula. Com esta alteração da lei o facto de a vítima ter sido constrangida a praticar certos atos pode levar à detenção do violador sem que tenha de ocorrer flagrante delito. Segundo João Lázaro, presidente da Associação Portuguesa de Apoio às Vítimas: “Há muitas formas de violência sexual entre casais, que ultrapassam largamente a ficção. Como obrigar a mulher a ter relações na presença de terceiros, dos filhos, etc. A violência doméstica também abrange a violência sexual, embora sejam mais notados os maus tratos físicos e psíquicos”. Assim segundo João Lázaro, as vítimas de violação em contexto conjugal que fazem denúncia na Associação são alvo de acompanhamento psicológico, visto segundo o mesmo terem sofrido uma forma de “opressão” (Diário de Notícias, 2016).

## **8. Componente Empírica**

### **Objetivos**

Ao longo deste estudo pretende abordar-se a questão da violência sexual no âmbito conjugal. Em Portugal não existem estudos que tenham como objetivo principal o estudo da violência sexual neste âmbito. Em parte por este mesmo motivo, apoiar-se-á sobretudo em estudos internacionais.

De forma mais específica, pretender-se-ia:

- a) Verificar a existência desta forma de violência, no país;
- b) Perceber como é que as vítimas vivenciam e caracterizam esta violência, e identificar as suas perspetivas e noções quanto a esta questão. Desta forma pretende-se contribuir para informar futuras formas de intervenção no problema.

### **8.1. Metodologia**

Este estudo recorre a uma metodologia qualitativa. A investigação qualitativa tem por base o contato direto entre o investigador e o ambiente a ser estudado, e é o próprio investigador quem recolhe os dados que vão ser analisados. O investigador tem como objetivo interpretar o significado que os participantes atribuem às experiências que vivenciam, bem como observar de perto esta interpretação, tentando assim entender o motivo dos acontecimentos (Bogdan & Biklen, 1994). Neste caso em concreto, como se pretende analisar como as vítimas vivenciam e caracterizam a sua experiência, é importante que o investigador esteja em contato direto com as vítimas para interpretar a situação a partir da perspetiva destas. A via qualitativa é por isso a escolha metodológica adequada, já que permite que o investigador recolha dados que descrevam a realidade de forma mais próxima das vítimas.

Este estudo, de carácter exploratório, apoia-se, entre outros elementos, numa amostra de conveniência constituída por cinco indivíduos do género feminino que pertencem à mesma área de residência (Grande Porto). Os elementos da amostra são variados em termos de faixa etária, com idades compreendidas entre os 28 e os 54 anos de idade, e de habilitações escolares (que variam entre o 3º ano de escolaridade e a Licenciatura). Desenvolvem profissões como: Professora de ioga, auxiliar de geriatria e preparadora em

hospital. É de referir que duas das entrevistadas se encontram atualmente desempregadas, sendo que uma delas trabalharia na área da restauração e a outra seria funcionária fabril.

O instrumento utilizado para a recolha de dados será a entrevista aprofundada. A entrevista é uma técnica que permite ao investigador uma interação direta com as vítimas. O uso deste instrumento abre ao interlocutor espaço para comunicar as suas experiências de maneira ampla, enquanto o investigador encaminha o seu interlocutor para os seus objetivos de investigação através de um guião de entrevista que percorre de modo flexível. Tem por base o uso de perguntas abertas que permite ao entrevistado uma maior profundidade na abordagem da temática e na transmissão de ideias.

Este estudo em concreto terá por base a entrevista semi diretiva. As perguntas abertas não têm de ser formuladas com uma ordem em concreto. É expectável que o entrevistado desenvolva o seu discurso como deseja e o entrevistador guia o entrevistado para as suas questões de forma natural, à semelhança de uma conversa.

O uso deste instrumento é bastante útil e pertinente para que se alcancem os objetivos anteriormente delineados e para se verificar a existência desta forma de violência. Permite-nos estar próximos do entrevistado dando-lhe espaço para partilhar a sua experiência, tendo em conta o guião de entrevista anteriormente delineado.

A entrevista deve abranger questões de carácter sociodemográfico, desde idade e caracterização do grupo social da vítima, até questões pessoais relativas à relação matrimonial. Estas questões são essenciais para que se perceba o que sente a vítima, como vê a situação que vive e a visão que tem do seu casamento. Deve salientar-se que estas seriam as temáticas abordadas ao longo da entrevista e não necessariamente as questões a ser colocadas.

Para que este estudo possa ser desenvolvido seria necessário, em primeiro lugar, procurar uma instituição ou contexto onde se pudesse realizar a entrevista. Neste caso em concreto a instituição de apoio às vítimas escolhida foi a Associação Projeto Criar, que se localiza na cidade do Porto. A escolha desta instituição deveu-se ao reconhecimento de que a mesma beneficia no âmbito da intervenção com as vítimas e também por se localizar no centro da cidade do Porto, onde esta realidade pode encontrar-se mais evidenciada devido a ser um grande centro urbano.

O universo-alvo seriam as vítimas que recorrem à mesma para obter apoio. Este universo deve ser constituído por indivíduos do sexo feminino com faixas etárias distintas. Devem então ser consultados os processos existentes na instituição para se prosseguir para a seleção das vítimas, que possam integrar os critérios previamente estabelecidos na investigação. A próxima fase será o contacto com as vítimas seleccionadas para perceber se podem e pretendem colaborar nesta investigação. Após a identificação das vítimas que se dispõem a colaborar, procede-se à marcação das entrevistas num horário e data favoráveis às mesmas. A aplicação destas entrevistas deve sempre ter por base o cumprimento de um código ético e deontológico, onde a proteção de dados e a confidencialidade devem ser respeitadas. É entregue aos participantes uma declaração de consentimento informado, através da qual os participantes conhecem os seus direitos, podendo os mesmos desistir de participar na entrevista a qualquer momento.

Posteriormente às entrevistas serem administradas, o conhecimento acerca desta realidade já se encontra mais aprofundado e os seus dados já podem ser tratados.

## **8.2. Vozes das vítimas**

### **Resultados alcançados**

#### **Dados sociodemográficos**

Nome	Idade	Habilitações académicas	Estado civil	Situação profissional
Cristina	33	Licenciada	União de facto	Professora de ioga
Maria	47	12º Ano	Casada	Auxiliar de geriatria
Inês	43	4º Ano	Casada	Preparadora em hospital
Helena	28	12º Ano	Divorciada	Desempregada
Francisca	54	3º Ano	Divorciada	Desempregada

A diversidade de idades é visível variando entre os 28 e os 54 anos de idade. Esta diversidade nas habilitações académicas é também verificável variando entre o 3º ano de escolaridade e a licenciatura. O estado civil das vítimas varia entre casada ou união de facto e divorciada. A mulher em união de facto não teria uma relação estável com o companheiro. Quanto à situação profissional também esta é uma componente com variações perceptíveis, desde professora de ioga até vítimas que enfrentam situações de desemprego.

### **Rede de amigos**

Esta questão foi colocada no sentido de caracterizar a rede familiar e social das vítimas para que se pudesse perceber se teriam a quem recorrer numa situação de violência ou se tentassem terminar a relação em que se encontravam envolvidas. A pesquisa indica que em casos de violência doméstica, as vítimas frequentemente procuram ajuda de familiares e amigos para obter apoio (Bowker, 1986; cit. In Bergen, 1996).

No caso da Cristina, embora caracterize a sua vida social como tendo muitos amigos e bastante apoio, escondeu a situação de todas as pessoas por não se sentir segura. *“Eu acho que só... só vi, só falei e disse a verdade hm... depois de me sentir segura... hm eu acho que é muito recente, muito recente. Eu acho que não dizia, eu tentava dizer as coisas, mas não dizia em concreto, não dizia: “olha ele deu-me três estalos ou três murros, ou sei lá... deu-me não sei quantas cabeçadas ”. Quando decidiu recorrer à ajuda de alguém fê-lo com a sua mãe mas sem evidenciar totalmente o que se foi passando, a sua rede de amigos foi percebendo o que se passava. “Fui dando a entender à minha melhor amiga, que é a minha mãe. Fui dando a entender mas não... acho que nem sequer assumia, olha não sei. Fui dizendo e depois os meus amigos foram vendo, a gente já nem sequer consegue camuflar as coisas e as coisas vão-se separando e... e vêm para a rua. E depois aí as pessoas foram vendo, foi mais por aí. E fui assumindo não é?”*

A Maria referia ter muitos amigos mas que a sua relação com a família seria amena. Quando decidiu que deveria pôr um ponto final na violência recorreu a uma amiga para desabafar *“contei a uma amiga minha. Uma amiga muito íntima minha. Conteí-lhe a ela tinha conversa com ela. Era a única pessoa com quem eu desabafava... era com ela”*.

A Helena referia durante a entrevista que tinha poucos mas bons amigos, apesar disso quando a violência começou a intensificar-se não contou nada a ninguém acerca do problema que estaria a enfrentar. *“Não contei nada a ninguém. Sempre me mortifiquei*

*em casa ia trabalhar de... de gola alta que era para ninguém ver os... hm... as pisaduras... ele nunca me acertava na cara era sempre no corpo... hm... pronto... então não se via as marcas e eu ia de... de manga comprida e pronto...”*

Quanto à Francisca a rede social de família e amigos era quase inexistente segundo a mesma porém quando decidiu partilhar com alguém o que se tinha passado fê-lo com família *“Claro contei à minha mãe, aos meus irmãos e assim. Eles sabiam que ele era um bocado violento comigo mas...”* acrescentou ainda *“eu era muito fechada não... não queria expor a minha vida, depois é que comecei a abrir mais os olhos. Há 35 anos eu era... Eu era uma inocente”*.

Por fim a Inês afirmou ter poucos amigos e não recorreu a ninguém para obter ajuda referindo que se apoiou na situação a que estava a expor a filha para terminar com o problema *“não. Eu quando desabafava e depois eu... a decisão correta foi quando a minha filha se sentiu mal, que foi naquele dia 9 de setembro. A minha filha estava, eu pensei que naquele dia ia perder a minha filha.”*

Pode concluir-se que apesar de as relações sociais existentes na vida das vítimas não ser muito visível, a maioria recorreu a amigos e à família para obter apoio. Apenas duas das vítimas não recorreram a apoio familiar ou de amigos, procurando ajuda em órgãos policiais.

### **Relações anteriores ao matrimónio**

As questões: Já teve outros relacionamentos antes do seu atual marido? Pode relatar-me como se caracterizavam essas relações? Houve situações em que ocorressem agressões sexuais nessas relações? Foram colocadas para se perceber o historial de relações das vítimas. Perceber se já teriam sido vítimas de violação em contexto conjugal ou violência sexual no namoro em relações anteriores à que se encontravam.

No caso da Cristina teve outros relacionamentos antes do relacionamento violento relatado na entrevista, caracteriza essas relações como sendo saudáveis, onde não ocorreram agressões sexuais.

A vítima Maria refere ter tido algumas relações de namoro baseadas em comportamentos saudáveis. Mas revela que teve uma relação matrimonial antes de se encontrar com o atual marido, onde foi vítima de violência doméstica. Mas mesmo nessa relação em que a violência doméstica esteve presente, não houve nenhum tipo de agressão sexual.

A Helena teve um outro relacionamento antes de ser casada mas era uma relação sem violência e sem agressões sexuais.

A Francisca não teve outros relacionamentos anteriores ao seu casamento, já que com apenas 17 anos casou com o seu atual marido.

Quanto à Inês teve um namorado antes de conhecer o seu marido mas não sofreu nenhum género de agressões e a sua relação era “normal” segundo a mesma.

### **Relação atual**

#### **Cristina**

A Cristina relata que a sua relação inicialmente desenvolvia-se de forma natural, mas os incidentes violentos começaram logo após a primeira relação sexual que teve com o companheiro. Logo no dia seguinte a esta relação foi agredida, mas o seu agressor mostrou-se arrependido e seguiu-a até à Universidade, atitude que a vítima não viu como controladora ou obsessiva. Esta atitude foi tida pela vítima como um ato romântico e de arrependimento. Após essa situação a relação manteve-se entre inícios e terminos, uma relação tida como “insegura”. O controlo nesta relação era visível. O companheiro ligava-lhe de madrugada e trazia-a para casa dele, e quando a vítima se encontrava em casa da mãe os telefonemas eram constantes, chegando a contabilizar-se 15 telefonemas durante a noite. *“Quando eu tava em casa da minha mãe bastava lá passar uma noite tinha quinze a vinte telefonemas, chamadas não atendidas, tinha o telefone em silêncio, nunca mais fui livre nem sequer para desligar o meu telefone, hm nunca mais fui livre de estar com, com os familiares a almoçar ou jantar, e tinha que tar sempre, constantemente a ser, tava sempre a ser... hm ele estava-me sempre a ligar, tinha que sempre tar a sair da mesa, não estava nem sequer a cem por cento com a minha família.”* A vítima vivia com o companheiro numa relação inconstante, passando alturas em que estavam a partilhar casa e alturas em que isso não acontecia. Esta situação manteve-se durante oito anos. A manipulação seria constante, mesmo em relação a situações de gravidez, o agressor furava os preservativos, a vítima tomava constantemente a pílula do dia seguinte. Ocorreram cinco interrupções de gravidez. Destas interrupções de gravidez nasceu um filho que têm em comum. As agressões físicas também eram uma constante *“é o amassar a cara, não sei quê, o amassar, o puxar o cabelo, o acordar se sonhava se falava alto acordava-me, cabeçadas constantes, empurrar a cabeça dele contra a minha cabeça”*.



### Maria

No caso desta vítima a violência já teria sido uma realidade na sua vida, visto ter contraído um anterior matrimónio onde a violência física e psicológica era uma constante. Desse seu anterior casamento nasceu um filho que foi viver com a mãe e o seu atual marido. Os problemas começaram devido ao filho da vítima, devido a ciúmes que o marido da vítima teria em relação ao filho da mesma. Os problemas e a violência foram surgindo e aumentando. A vítima devido ao seu trabalho ingressou em cursos de formação entre os quais um curso de informática. A vítima foi estabelecendo relações de amizade e isso alargou-se também aos meios informáticos. A vítima conheceu pessoas através da internet e mantinha conversas com essas pessoas acerca da sua vida pessoal. A certa altura o seu marido invadiu o computador da vítima, descobriu as conversas e presumiu que a esposa o traía. Quando se deu esta descoberta os problemas aumentaram bem como a violência física. Por esta altura o seu marido relatou aos filhos, que tinham em comum, o incidente e insultou a mãe em frente aos filhos. Mas ao longo destes dezanove anos de casamento, a violência física foi sendo visível, até que a vítima decidiu pedir ajuda à APAV, não por ela mas pelos seus filhos. Não queria que os seus filhos passassem pelo que passou o seu filho mais velho, fruto da anterior relação. A vítima ao recorrer à APAV, e já que queria proteger os filhos da violência, foi-lhe sugerido que se dirigisse à CPCJ. Ao chegar à CPCJ explicaram-lhe que para que houvesse uma intervenção, a vítima teria primeiramente que efetuar uma denúncia nas forças policiais contra o seu marido. Na polícia teve de relatar toda a situação em que se encontrava envolvida. O seu desinteresse no marido começou a aumentar e foi por esta altura que se deu uma escalada de violência e surge a violência sexual. A vítima relatou também esta forma de violência à polícia e o seu marido foi detido. Após a libertação do marido, a vítima aceitou que o mesmo regressasse a casa e partilham residência continuando a dormir no mesmo quarto.

### Helena

No caso desta vítima a relação de namoro que desenvolveu com o agressor foi bastante pacífica. Logo após o casamento o seu marido revelou ser violento e as agressões começaram. Apesar do início destas agressões, a violência sexual não estaria presente, apesar disto a violência física e psicológica sempre foi visível. A violação ocorreu quando a vítima se separou do marido. Esta questão da existência do divórcio não altera a possibilidade da vítima sofrer violação sexual. Um estudo realizado por DeKeseredy and

Joseph revelou que mulheres divorciadas ou separadas que sofrem violação pelos seus ex-companheiros podem encaixar as suas experiências em quatro categorias: contacto sexual, coerção sexual (práticas sexuais não desejadas por existir pressão verbal), tentativa de violação e violação (Bergen; Barnhill, 2006).

Já teriam ocorrido separações entre o casal e o agressor sempre revelou ter uma postura negativa quanto a este assunto. E a relação prolongou-se no tempo devido a chantagens praticadas por parte do agressor. O casal teria gravado cenas de carácter sexual no início da sua relação e o agressor ameaçava a vítima que, caso a mesma quisesse terminar o casamento, procederia ao envio daquelas imagens para a família desta. Helena, por medo, manteve-se na relação, mas ao final de um período de tempo de agressões praticadas, a vítima revelou ao seu marido que não permaneceria mais tempo naquela relação. O agressor cumpriu as suas promessas e enviou o vídeo e as fotografias para os pais da vítima. Este ato resultou numa atitude menos positiva por parte da família da vítima, que não conseguiu encará-la da mesma forma que faria anteriormente. A vítima abandonou o lar que partilhava com o agressor e foi na casa para onde se mudou que a violação ocorreu. O agressor invadiu a casa onde ela se encontrava e as agressões sexuais começaram. A vítima apresentou queixa junto das forças policiais e o agressor foi presente a julgamento. Apesar disto a vítima não se sente segura e mudou de área de residência. Mas teme pela segurança da sua família.

#### Francisca

Francisca contraiu matrimónio com apenas dezassete anos mas a violência física já teve lugar na relação de namoro. Quando o casamento foi contraído a vítima já estaria grávida. A bebida era um elemento constante na vida do agressor. As agressões mantiveram-se constantes ao longo da vida e o agressor pediu à vítima que não exercesse funções laborais. A vítima voltou a engravidar e a violência manteve-se. Nunca apresentou queixa do seu marido por medo de represálias. Os seus filhos assistiram a muita da violência praticada, embora no caso da de teor sexual a vítima tentasse esconder a realidade. A violência sexual também foi uma constante ao longo de trinta e cinco anos de casamento. A situação alterou-se quando o agressor esperou para ficar sozinho em casa com a vítima e a torturou durante horas, mas sem violência sexual. Foi nesse dia que a vítima decidiu que não permaneceria mais tempo naquela relação. Nesse mesmo dia o seu marido referiu: “quando chegar já sei que não vou ter mulher”. Esta expressão deveu-se ao facto

do seu marido ser emigrante. A vítima apresentou queixa do agressor e, após o julgamento, o mesmo nunca mais a procurou.

### Inês

O casamento inicialmente era bastante pacífico. A vítima residia e trabalhava em Portugal e o seu marido trabalhava em Angola. A violência começou a ser praticada quando o marido da vítima regressou a Portugal. O salário do agressor chegava a Portugal por transferência bancária e quando o agressor regressou a Portugal, o seu carro necessitava de ser visto por um mecânico. O agressor verificou que na sua conta bancária não teria a quantia que o mesmo achava que teria e seguiu para o local de trabalho da vítima. Apresentou-se nesse local em estado de embriaguez e solicitou a presença da sua mulher. Quando se encontraram frente-a-frente a agressão verbal teve início, mas a vítima manteve a calma, solicitou que o marido se dirigisse a casa onde mais tarde fariam. Ao chegar à sua residência a vítima começou a ser agredida fisicamente pelo marido. Esta situação manteve-se ao longo do tempo mas a vítima suportou estes factos. Um dia ao chegar a casa o seu marido encontrava-se novamente alcoolizado e as agressões foram gravíssimas, tendo a vítima abandonado o lar. Esta situação não se manteve por muito tempo. Um pedido de desculpas e um tratamento de desintoxicação levado a cabo pelo agressor resultaram no regresso da vítima ao lar. Desde que o agressor se encontrou em Portugal só a vítima manteria uma rotina laboral. O agressor mantinha-se em casa sem desempenhar qualquer tarefa. Novamente a situação de agressão se verificou e os ataques foram graves, sendo que a rede de vizinhança deu o alerta às forças policiais para que se dirigissem à habitação da vítima. Saliente-se que ao longo da relação também a violência sexual esteve presente. A vítima abandonou o lar de forma permanente e encontra-se com a guarda da filha de ambos. A filha assistiu a todas as agressões e não pretende partilhar residência com o progenitor.

### **Perspetiva quanto às relações sexuais indesejadas no matrimónio**

Esta questão foi colocada para entender as crenças das vítimas quanto à obrigação que o matrimónio traria no que concerne às relações sexuais. A pesquisa indica que por vezes as mulheres têm dificuldade em definir a sua experiência sexual com o seu marido como sendo uma violação. Muitas vezes acreditam que têm essa obrigação como uma decorrência do dever de esposa. Esta falta de definição do que é ou não é uma violação

no casamento, pode gerar uma certa ambiguidade na mente das vítimas e não as permite distinguir o que é uma relação sexual consensual de uma violação (Bergen,1996).

Na amostra deste estudo todas as vítimas referiram com clareza que as esposas não devem manter relações sexuais contra a sua vontade.

**Já ocorreu ter relações sexuais com o seu marido contra a sua vontade? Porque acedeu a essa vontade do seu marido?**

A questão foi colocada no sentido de complementar a questão acima formulada, ou seja, para se entender as crenças das vítimas e perceber se apesar das suas crenças o seu comportamento com o seu marido seria compatível com a ideia defendida pelas vítimas.

Apesar de na amostra todas as vítimas terem afirmado que a esposa não deveria manter relações sexuais com o seu marido contra a vontade, todas as vítimas foram alvo de atos sexuais forçados.

Cristina

Sempre que durante a noite houvesse conflitos, na manhã seguinte a prática de relações sexuais era recorrente para que a situação ficasse calma. Todas as vezes em que, mesmo contra a sua vontade, manteve relações sexuais com o seu companheiro, fê-lo também para não sofrer nenhuma forma de violência física.

Maria

A vítima mantinha relações sexuais com o seu marido para que os seus filhos não estivessem expostos àquela forma de violência.

Helena

A violência sexual ocorreu quando a vítima terminou a relação. No caso em específico, a Helena tentou controlar a situação e defendeu-se, mas a violação acabou por advir.

Francisca

Neste caso a Francisca acabaria por “aceder” à vontade do seu marido para que os filhos não assistissem ou não percebessem o que realmente se estava a passar com os pais.

Inês

As relações sexuais eram mantidas entre a Inês e o agressor contra a sua vontade, mas devido a insultos aplicados pelo seu marido e por acusações de infidelidade a vítima manteve as relações sexuais.

### **Já disse ao seu marido que não tinha vontade de manter com ele relações sexuais?**

#### **Qual foi a reação?**

Por vezes as vítimas equacionam a ideia de revelar aos seus maridos que não pretendem manter relações sexuais, tentando assim evitar a violência sexual. Esta questão foi colocada para que se percebesse de facto como reagem os ofensores a esta recusa sexual por parte da sua esposa. O estudo realizado por Pence & Paymar (1993) indica-nos que, homens que violam as suas esposas veem o “não” das mesmas quanto à prática de relações sexuais como um ato desleal. E revelam ainda que para voltarem a ter o controlo da situação fazem uso de força física. Assim para estes homens a violação é uma forma de justificar a recusa das suas esposas (Pence & Paymar, 1993; cit. In Mahoney & Williams).

#### Cristina

A Cristina afirmou ter partilhado com o seu companheiro, por diversas ocasiões, que não pretendia manter relações sexuais com ele e a sua reação como já podia prever-se foi violenta. *“Reação hm... bater não é? Claro, claro. Força física de vários tipos, de várias maneiras”*.

#### Maria

A Maria por sua vez, ao declarar ao seu marido que não queria manter relações sexuais com ele, foi questionada quanto ao motivo daquela revelação: *“ Mas porquê? Porque é que tu não queres?”* E colocava a mão por cima da perna da vítima. O uso de chantagem emocional também foi visível *“ ai eu tenho tanto frio, eu estou a ficar velhote e tu nem sequer...”*.

#### Inês

A Inês ao dizer ao seu marido que não estava com vontade de manter relações sexuais com ele, recebeu insultos por parte do mesmo. *“Pois tu és uma “puta” já foste dormir com os outros. É natural que já não queiras nada comigo”*.

#### Helena

Neste caso em específico como a violação ocorreu após o divórcio, não houve anteriormente por parte da vítima uma recusa quanto a relações sexuais. No episódio da violação a vítima expressou não ter essa vontade e foi agredida fisicamente. *“Pronto ele forçou a entrada. Aquilo tinha umas escadas... ele levou-me de rastos pelas escadas acima... ele sabia perfeitamente onde é que era o meu quarto. Que era mesmo à beira das escadas. Levou-me para lá atirou-me para a cama, tirou-me as calças, hm... forçou... hm... pronto tentou mesmo forçar o... ao ato sexual.”*

#### Francisca

A Francisca como as outras vítimas expressou também a recusa em manter relações sexuais com o seu marido e as agressões físicas foram a consequência dessa atitude. *“Por causa de eu me negar é que ele me batia percebe?”*

#### **O seu marido manifesta atitudes violentas para além da sexual?**

As vítimas de violação sexual por parte dos seus maridos encontram-se expostas a diversas formas de violência desde a violência física, a ameaças de violência, podendo até ser ameaçadas com armas (Bergen & Barnhill,2006). Podem ainda ser obrigadas à prática de sexo oral e anal (Peacock,1995; cit. In Bergen & Barnhill,2006). Os casos em que existe uma combinação de violência física com a sexual podem gerar sérios danos e levar à morte das esposas (Browne, 1987; Campbell, 1989; cit. In Bergen & Barnhill,2006)

#### Cristina

Para além da violência sexual, a violência física foi visível ao longo dos anos da relação *“é o amassar a cara, não sei quê, o amassar, o puxar o cabelo, o acordar se sonhava se falava alto acordava-me, cabeçadas constantes, empurrar a cabeça dele contra a minha cabeça, enfim, enfim... constante, constante...”*. A violência psicológica foi marcante desde os diversos telefonemas, como forma de controlo da vítima, *“quando eu tava em casa da minha mãe bastava lá passar uma noite tinha quinze a vinte telefonemas, chamadas não atendidas, tinha o telefone em silêncio, nunca mais fui livre nem sequer para desligar o meu telefone, hm nunca mais fui livre de estar com, com os familiares a almoçar ou jantar, e tinha que tar sempre, constantemente a ser, tava sempre a ser... hm ele estava-me sempre a ligar, tinha que sempre tar a sair da mesa, não estava nem sequer a cem por cento com a minha família. Isto foi constante, hm...”* até em relação à

sexualidade em que a pressão psicológica era evidente “*mas eu acho que ele me manipulava, era com constantes gravidezes, portanto ele aqui... é que entra a gravidade da situação ou tanto furava as camisinhas, não é... os preservativos, ou então dizia que fazia o coito interrompido para eu ter calma e... não o fazia. Portanto eu tinha de estar sempre a tomar a pílula do dia seguinte. Eu lembro-me que durante hm... durante muitos anos, em cinco anos ou seis anos eu tomava a pílula do dia seguinte muitas vezes, comecei a ter problemas, tenho agora alguns problemas por causa disso. E às vezes tive que ter... tive que interromper gravidezes, isto conta-se, conta-se foram cinco e é muito grave.*”

### Maria

A Maria foi vítima de agressões físicas ao longo da sua relação matrimonial, “*ele batia-me muitas vezes pronto...*”. Apesar das agressões físicas existentes, a violência psicológica estava presente. A vítima sentiu-se inferiorizada quando o seu marido a tratou como prostituta na frente dos filhos de ambos “*E depois ele falou coisas acerca de mim que não eram verdade e ele falou à frente deles, hm... ao ponto de mesmo me julgar como uma prostituta, hm... e isso em mim abalou-me muito não foi o facto nem de ele me dizer essas coisas sobre mim mas o facto de dizer essas coisas sobre mim à frente dos meus filhos acho que eles não mereciam ouvir essas coisas assim do pai e da mãe.*”

### Inês

A vítima sofreu ataques físicos: “*dá-me um... um soco, foi mesmo um soco de rajada. Ainda tentei defender-me e tal... puxou-me eu tenho um... quer dizer tinha, já não estou lá agora já não me pertence. Eu tinha um móvel assim... o móvel tinha um cantinho, ali tem uma caixa... ele pegou-me na cabeça, andou a bater assim lá... andou a bater na cabeça. Caí, tentei-me defender ainda me defendi bastante e ele aperta-me o pescoço e começa-me, começa a pegar na cabeça e a bater no chão. E ao bater no chão, eu naquele momento perdi os sentidos, eu lembro-me que foi um prazo de segundos*”. A violência psicológica foi usada contra a vítima, tendo por base argumentos onde a família da vítima estaria envolvida “*então tu vais no meu trabalho bêbado?*” E ele: “*bêbado? Não, eu não bebi*”. Eu disse: “*não desculpa estavas bêbado*”. E começou a ser agressivo “*ah, se eu estava bêbado, não foi o “mijo” da tua mãe que eu bebi*” e até membros da sua comunidade religiosa “*Começou a chamar nomes “ Sua filha da...são horas de chegar sua vagabunda?*” Assim bem alto na janela. E eu nem uma nem duas. “*Estou a falar para ti sua filha da pu... São horas de chegar? Uma mulher casada, isso são horas de estar na rua. Andas a fo... com estes irmãos da congregação? Que são*

*todos irmãos da igreja são todos uns filhos da pu... não sei quê”. A ameaça de morte também foi uma possibilidade: “ele pega numa faca, que era para me espetar com a faca.”*

#### Helena

A violência física surgiu logo no início do casamento: *“Nós namorávamos a situação era muito bonita... não vou dizer que não era. Entretanto nós depois casamos e... começou a haver aí o lado agressivo. Pronto... dele. Foi logo... logo no mês a seguir”*. A violência psicológica foi uma vertente que surgiu ao longo do matrimónio, essa violência passava por: *“Humilhação, chamar nomes, hm... inferiorizar.”* A chantagem também foi utilizada com recurso ao uso de fotografias com carácter sexual que o agressor possuía, onde a vítima estaria sexualmente exposta: *“ele também tentou chantagear... para se se eu terminasse tudo com ele, ele ia mandar todo o material que tinha... infelizmente quando nós namorávamos infelizmente eu acedi a fazer fotografias...Durante os atos sexuais. Ele sempre teve isso com ele e quando a gente se divorciou ele também tentou-me chantagear com isso.”* A chantagem concretizou-se: *“Quando eu terminei nessa altura foi mais ou menos em junho ou em maio, quando eu terminei o relacionamento e ele aí começou-me a chantagear que ia mandar para o meu trabalho, para os meus pais, pronto e chegou mesmo a fazê-lo. Nesse dia em que isso aconteceu esse episódio trágico ele fez mesmo isso.”*

#### Francisca

A Francisca contraiu matrimónio muito cedo. Desde os tempos de namoro a violência física era visível *“Mas bater, já me batia eu grávida, batia-me em solteira.”* A violência psicológica também foi uma constante ao longo do matrimónio *“Qualquer coisa servia para me bater, chamava-me nomes, eu era esta, eu era aquela e qualquer coisa prontos”*

#### **O seu marido faz uso da força física para manter relações sexuais?**

Esta questão foi colocada para poder verificar-se a existência de outras formas de violência usadas na violação em contexto conjugal, já que estas formas de violência se encontram expressas em diversos estudos. Estudos realizados no âmbito da violência sexual no matrimónio demonstram que existem relações onde existe a combinação de violência física e sexual chamada *“Battering rapes”* (Finkelhor & Yllo,1985). Esta experiência pode ser experimentada de diversas formas. Algumas vítimas sofrem atos violentos de carácter físico durante a relação sexual, noutras os atos de violência física



podem surgir antes do início da relação sexual forçada (Bergen, 1996; Finkelhor & Yllo, 1985; cit. In Bergen & Barnhill, 2006). Pode ocorrer um outro tipo de experiência: a violação sádica ou obsessiva. A tortura pode ser ocorrer e a vítima pode ser obrigada a assistir a filmes pornográficos (Bergen, 1996; DeKeseredy & Joseph, in press; Finkelhor & Yllo, 1985; cit. In Bergen & Barnhill, 2006). No decorrer da entrevista quando esta questão surgiu, todas as vítimas referiram que o uso de força física foi utilizada para manter a relação sexual sendo esta forçada. Algumas foram seguras pelos pulsos para que as relações sexuais fossem mantidas, outras vítimas apenas quiseram referir que a força física esteve implícita no ato sexual forçado.

### **O seu marido insulta-a sexualmente?**

Esta questão foi colocada para que as anteriormente colocadas pudessem ser complementadas. Como já referido anteriormente, a violência sexual pode abranger outras formas de violência como a física e a psicológica. Numa tentativa de relacionar a violência sexual e a violência psicológica questionaram-se as vítimas quanto à existência de insultos sexuais, para que se percebesse se as mesmas ocorreriam em simultâneo durante uma relação sexual.

#### **Cristina**

Os insultos sexuais, no caso da Cristina, não se referiam à vítima mas sim à sua família. Estes insultos decorriam no desenvolver da relação sexual *“não... isso não... isso não... para mim não. Mas da minha família às vezes. Que é insultuoso “anyway”.*

#### **Maria**

A Maria revelou já ter sido insultada sexualmente, mesmo antes do início das violações *“... já, durante os atos sexuais ele dizia coisas que eu não gostava, já mesmo antes de isso acontecer ele... ele dizia-me coisas durante o ato que eu não gostava de ouvir...”* *“E às vezes entre outros nomes que às vezes me dizia era “vaquinha” ou assim e eu... isso para mim nunca foi, assim muito...”*

#### **Inês**

A Inês menciona que o seu marido a insultava sexualmente e estabelecia comparações de carácter sexual com outras experiências que já teria tido *“Já. Aqueles nomes “pu..., vaca”. Que está habituado a fazer outras posições com outras mulheres são aquelas coisas.”*

### Helena

Também a Helena não foi exceção e os insultos foram atribuídos. *“Era nomes vaca, cenas afins.”*

### Francisca

Os insultos sexuais, no caso da Francisca, para além de expressões verbais ofensivas incluíam a possível infidelidade da esposa. Pelo relato feito pela vítima pôde perceber-se que estes insultos eram aplicados também quando a vítima se recusava a manter relações sexuais com o seu marido. *“Sim ele dizia-me que eu não deixava-a a ele deixava aos outros, sua pu..., sua va... chamava-me nomes, chamava-me tudo.”*

### **O seu marido obriga-a a vestir-se segundo as suas vontades sexuais?**

Quanto a esta questão todas as vítimas referiram claramente que nunca teria existido uma sugestão para o uso de roupas específicas durante os atos sexuais.

### **O seu marido usa a chantagem para manter relações sexuais?**

#### Cristina

A Cristina confirmou ter sido manipulada para manter relações sexuais com o seu marido, sendo esta aplicada pelo mesmo.

#### Maria

Neste caso a chantagem nunca foi usada para obter relações sexuais. Já a força física estaria sempre presente nas relações sexuais e era usada para que as mesmas fossem mantidas. *“Chantagem não. Usava sempre a força era só o que ele usava.”*

#### Inês

No caso da Inês a chantagem foi aplicada para que a prática de relações sexuais fosse bem-sucedida, mas o seu marido revelava uma postura de menosprezo perante a relação que mantinham *“chantagem usou foi de dizer que... pronto... “para isso não valia a pena ter mulher, para ter mulher e não estar disponível quando um “gajo” quer, mais vale ir às prostitutas, que ali ao menos pago, faço o que me apetece”.*

### Helena

A Helena narrou que a chantagem começou por surgir após o divórcio, através do uso das imagens de teor sexual que o agressor dispunha, onde a vítima estaria exposta. A vítima não cedeu à chantagem feita. *“No divórcio sim... mas eu não acedi a isso. Foi...tanto é que as imagens que estão aqui ele já as tinha...já desde essa altura.”*

#### Francisca

Neste caso a chantagem também foi um elemento visível, bem como o uso de força física que seria um fator constante para o seu marido conseguir manter relações sexuais com a Francisca.

#### **As relações sexuais eram uma obrigação mesmo em caso de doença?**

Existem situações onde as vítimas têm uma especial vulnerabilidade para a ocorrência de violência sexual. Uma dessas situações é em caso de doença. Em caso de doença a vítima encontra-se frágil e por isso o risco de abuso sexual é maior (Campbell & Alford, 1989; cit. In Matos et. al, 2006). Um estudo realizado por Campbell & Alford (1989) permitiu verificar que em 50% dos casos as mulheres sofreriam atos de violência sexual quando se encontravam doentes ou logo após receberem alta (Campbell & Alford, 1989; cit. In Matos et. al, 2006).

#### Cristina

Sim. Em caso de doença e mesmo durante o ciclo menstrual a Cristina teve a obrigação de manter relações sexuais com o companheiro. *“Ui sim sim... puf até com... menstruada eu achava horrível. Acho que é uma invasão muito... acho que é uma invasão muito grande para com a mulher... com o ciclo da mulher.”*

#### Maria

Neste caso a Maria refere ter estado doente uma vez, quando o enfarte surgiu. A pedido dos médicos o seu marido compreendeu que não poderia manter relações sexuais naquela situação. *“A única situação em que eu estive doente foi quando tive mesmo o enfarte e ele aí... eu estive um ou dois meses sem fazer e ele aí entendeu nem sei como, mas entendeu vá lá. Talvez porque os médicos tivessem dito que eu não podia fazer grande esforço para já e pelo menos o primeiro e o segundo mês para me deixar calminha e aí ele se calhar talvez...”*

#### Inês

A Inês foi mais um dos casos em que a prática de relações sexuais durante o período de doença ocorreu. *“Já. Doente já.”*

#### Helena

A Helena referiu que não era obrigada a manter relações sexuais em caso de doença, mas o seu marido demonstrava uma atitude de frustração. *“Não... mostrava frustração quando estava casado mas não... mas não”.*

#### Francisca

Não referiu a prática de relações sexuais em caso de doença.

#### **Apresentou queixa da situação?**

Os estudos revelam que uma atitude tida pelas esposas que são violadas é o abandono da relação (Frieze,1983; Russell’s,1990; cit. In Bergen,1996).

#### Cristina

A Cristina apresentou queixa da situação de violência várias vezes, mas retirou sempre a queixa. Exceto a última vez em que apresentou queixa e manteve-a, apesar disso devido à retirada de todas as outras queixas esta ficou sem efeito. *“Várias, várias e... retirei-as todas. Só a ultima é que não é por isso que depois deu em “águas de bacalhau””.*

#### Maria

A Maria apresentou queixa da situação quando percebeu que os próprios filhos se encontravam afetados pela violência praticada contra a mãe. A existência de um filho mais velho, fruto de outro matrimónio, que assistiu à prática de atos violentos contra a mãe permitiu que a Maria quisesse evitar a repetição desta situação com os seus filhos mais novos. *“Entretanto eu fui... houve uma altura que eu, que eu cansei-me mesmo que eu disse: “bem eu já se passou isto com o meu filho mais velho, não quero que volte a acontecer com estes” e... e eu fui à APAV, lembrei-me, deu-me assim um clique, disse assim: “olha vou à APAV tentar saber informações, o que é que eu posso fazer para resguardar os meus filhos desta situação?” Nem é a mim, é os meus filhos, eu já estava farta de apanhar era mais bocado menos bocado, mas, hm...”.*

#### Inês

Neste caso a queixa foi apresentada por vizinhos, que ao ouvir o barulho vindo da casa da vítima, chamaram a polícia. *“E o barulho era tanto, de tanto bater que a minha vizinha de cima apercebeu-se, foi ela que chamou a polícia, apercebeu-se chamou a polícia. E quando a polícia chegou ainda estava a bater-me.”* Embora já anteriormente no decorrer de ofensas físicas graves, a vítima se tivesse recorrido a uma vizinha para obter auxílio. A sua vizinha ao ver que a Inês estava magoada, chamou a ambulância e a polícia apareceu também quase em simultâneo *“Deu-me uma toalha, emprestou-me uns chinelos e ligaram para a ambulância que eu estava a sangrar muito, ligaram para a ambulância e a ambulância... chegou primeiro a polícia, não minto primeiro chegou a ambulância depois é que chegou a polícia e pronto estiveram a fazer os primeiros socorros dentro da ambulância enquanto esperavam pela polícia. Quando chegou a polícia estiveram a conversar comigo.”*

### Helena

A Helena apresentou queixa já quando se encontrava divorciada, já que a violação ocorreu posteriormente ao fim do seu matrimónio. *“Quando houve aquele episódio em Agosto... hm... fui logo à PSP.”*

### Francisca

Nesta questão a Francisca revelou ter sido torturada pelo marido *“sim da última vez, ele torturou-me, foi em 2013” “ele pôs-me toda nua, obrigou-me a tirar a roupa toda, fechou-me no quarto e torturou-me... e eu cá para mim: ”vai-me violar sexualmente outra vez, não é” “enfio-te o ferro pela coisa acima, sua esta, sua aquela”, botou-me as mãos ao pescoço, fez-me tudo o que tinha a fazer ali, hora e meia ali ou duas horas fechada no quarto”*. *“E eu sabia que ele que ia para fora, ele tava sempre fora. Quando tava cá é que fazia essas coisas. Ainda aguentei aquele mês que ele... quinze dias parece. Ele foi em novembro, foi quando eu fui... ele mal foi, eu fui logo. Aí já não aguentei mais.” “Fui à PSP”*.

### Posteriormente às agressões a quem contou?

Segundo Frieze (1983), as mulheres que sofrem violência sexual recorrem muito mais facilmente a ajuda para resolver estes problemas matrimoniais. Por vezes as vítimas não recorrem à família e amigos para partilhar as experiências, umas por sentirem medo dos seus companheiros, outras por sentirem vergonha em partilhar estas experiências

(Bergen,1996). Existem ainda vítimas que não relatam os episódios de violência às autoridades por não acreditarem na eficácia da sua intervenção (Bergen,1996). Esta questão foi aplicada para se compreender com que apoio as vítimas contaram e a quem recorreram no momento em que decidiram partilhar o seu sofrimento.

#### Cristina

A Cristina contou à sua mãe que considera ser a sua melhor amiga. Os amigos também foram percebendo o que tinha acontecido. *“Fui dando a entender à minha melhor amiga, que é a minha mãe”.*

#### Maria

A Maria relatou a uma amiga a violência de que teria sido vítima, embora neste caso também já se tivesse dirigido a uma autoridade policial. *“Contei a uma amiga minha. Uma amiga muito intima minha. Contei-lhe a ela tinha conversa com ela. Era a única pessoa com quem eu desabafava... era com ela.”*

#### Inês

A Inês não relatou a ninguém o sofrimento que tinha suportado. Apenas devido àquele episódio de violência em que a sua vizinha interveio, as forças policiais foram chamadas ao local para a assistirem e para efetuarem o auto da ocorrência.

#### Helena

A vítima não contou a ninguém o que aconteceu consigo, apenas se dirigiu ao hospital no último incidente que teve por pensar ter sofrido ferimentos graves. *“Não contei nada a ninguém. Sempre me mantifiquei em casa ia trabalhar de... de gola alta que era para ninguém ver os... hm... as pisaduras... ele nunca me acertava na cara era sempre no corpo... hm... pronto... então não se via as marcas e eu ia de... de manga comprida e pronto... A coisa mais grave aí sim fui ao hospital. Porque podia estar com duas costelas partidas, tava com muitas dores nas costas.”*

#### Francisca

A Francisca recorreu ao apoio familiar e relatou-lhes o que se teria passado com ela. *“Claro contei à minha mãe, aos meus irmãos e assim. Eles sabiam que ele era um bocado violento comigo mas...”*

### **Quais os motivos que a levaram a não abandonar a relação?**

Estudos indicam que existem mulheres que não abandonam as relações devido às crenças que têm quanto ao seu papel na família (Hilberman, 1980; Martin, 1976; Walker, 1979; cit. In Ferraro & Johnson, 1983). As questões económicas condicionam um pouco a decisão de abandonar as relações, é difícil para uma mulher nesta situação alcançar a independência e abandonar o matrimónio (Dobash and Dobash, 1979; Pagelow, 1981; cit. In Ferraro & Johnson, 1983).

No caso da Cristina esta situação verificou-se um pouco, não pelas suas crenças pessoais quanto ao seu papel na família, mas sim para não sofrer julgamentos sociais, pois na sua perspetiva as pessoas têm ainda este ideal de família. A personalidade manipulativa do seu companheiro também foi um fator relevante nessa decisão. *“Acho que era extremamente, acho que era extremamente manipulativo e mais uma vez eu acho que faz parte um bocadinho da nossa educação, infelizmente. E... e acho que nós estamos tão embrulhadas... hm não queremos hm... chatear a nossa família, eu acho que não queremos desiludir a família, do género: “olha eu meti-me numa relação completamente doentia, patológica e preciso de ajuda ” e a gente não quer ouvir: “olha eu disse-te” ou... que na realidade a gente nem sequer vai ouvir, eu acho que é mais o medo e acho que é mais o constrangimento social, porque quer queiremos quer não, século vinte e um o social está aqui e é muito, muito vincado e nós não queremos ser aquele... o patinho feio ou ser diferente e vamos aguentando, aguentando na esperança que as coisas vão passando, as promessas também vêm e... e.... e quando vemos passaram oito anos (risos)”*.

### **Maria**

No caso da Maria o não abandono do casamento deveu-se a diversos fatores: uma primeira relação onde a violência era uma prática comum o que a fez pensar: *“ hm não é muito difícil talvez porque eu já tinha sofrido um primeiro casamento assim e... e ao longo do tempo que eu vivi com ele, eu estava a tentar ver se as coisas... fui passando o tempo como que eu sempre “ isto vai melhorar, agora foi passageiro mas agora vai melhorar” depois tornava a acontecer e eu assim “ bem eu acho que vai melhorar” aquela situação da gente estar a pensar “não, isto tem solução e tal vamos indo devagar e vamos vendo”*. Um segundo fator foi a questão financeira, pois embora o marido tenha de contribuir monetariamente para sustentar os filhos, o rendimento da vítima não é

suficiente para suportar outras despesas e o seu marido usa este fator como chantagem *“Ele já me ameaçou, ou melhor não é bem ameaça, mas pronto dizendo que o meu dinheiro mal chega para pagar o carro e para comer quanto mais... e tu queres a separação sim senhora eu dou-te o dinheiro para os miúdos e eu quero ver como é que tu vais viver.”*

### Inês

No caso da Inês, a religião foi o motivo que não permitiu que terminasse com a violência que sofria em casa. A religião a que pertence não aceita a separação do casal sem que existam provas que confirmem o que a vítima relata. *“O motivo de não abandonar é o seguinte. Eu como Testemunha de Jeová, nós não podemos separar-nos sem motivo. Eu tinha motivo mas também tinha que ter prova. Esse tipo de agressão geralmente nunca temos prova. Porque é numa casa com quatro paredes, só estão os dois. Mesmo que a casa tem mais gente, aquilo que se passa dentro do quarto ninguém vê. É a razão de eu não... não me separar e a esperança sempre de as coisas...”*

### Helena

O amor que sentia pelo seu companheiro não lhe permitiu abandonar a relação violenta. *“É assim... eu... amava-o mesmo foi... foi a primeira pessoa que eu posso dizer que amei mesmo de verdade e... Pronto gostei mesmo muito dele, fiz tudo por ele... hm... daí ter... não foi que não acreditasse que iria encontrar alguém ou mais alguém, porque há muita gente não é?... Mas pronto... mas gostei mesmo daquela pessoa.”* A vítima sentia-se culpada pela situação que estava a viver, esse foi também um impedimento para o culminar da relação. *“Sim eu sempre acreditei que também a culpa tivesse sido minha de eu não ter lutado o suficiente pelo meu casamento... pronto daí também ter... pronto um sentimento de culpa de ter... de ter voltado... de ter- me levado a voltar.”*

### Francisca

A Francisca não abandonou de imediato a situação em grande parte pela dependência económica que tinha em relação ao seu marido. *“Estava cansada de sofrer. Vivi sempre... a gente às vezes... depois eu fui para o desemprego. Eu trabalhei 27 anos numa empresa que fechou e depois eu estava pelo desemprego. A gente vive sempre com aquela coisa de não ter dinheiro para sobreviver, que é o meu caso agora não é? Não é com 125 euros que eu vou manter um filho, que ele só dá 125 euros. Questões financeiras é isso.”*



Com a análise das entrevistas verificou-se que nenhuma das vítimas manifestou a ideia de que uma esposa tem a obrigação de manter relações sexuais com o seu cônjuge sem que tenha essa vontade. Apesar disto todas elas mantiveram relações sexuais que a seu ver foram forçadas e a violação foi um facto reconhecido. As motivações para que esta violação fosse suportada foram diversas: o medo de sofrer agressões físicas, o desejo de proteger os filhos e a humilhação de serem acusadas de infidelidade.

A chantagem emocional, as agressões físicas e a vingança foram elementos constantes quando as vítimas partilharam com os cônjuges a falta de desejo na prática de relações sexuais com os mesmos.

A violência sexual não seria a única forma de violência praticada, a física e a psicológica foram constantes ao longo do percurso matrimonial das vítimas. Os insultos sexuais dirigidos às vítimas e aos seus familiares no decorrer das relações sexuais estiveram sempre presentes. Na realidade verificam-se os fatores avançados a partir da investigação bibliográfica realizada.

## **9. Conclusão**

Ao longo do estudo abordou-se a temática da violência sexual na conjugalidade, tentou-se desenvolver este tema tendo por base a pesquisa bibliográfica e também a perspetiva pessoal das vítimas, ou seja, através das reflexões obtidas nas entrevistas realizadas às cinco vítimas que participaram no estudo.

Este estudo incluiu outras temáticas como é o caso da violação, da violência doméstica e da violência no namoro, visto que todas estas se encontram relacionadas com o tema abordado. Como a violência sexual no matrimónio ainda se encontra pouco explorada em termos científicos e no campo social e cívico, esta temática é ainda pouco reconhecida. Por este motivo é importante que se aborde um pouco os temas adjacentes para que o estudo da violência sexual na conjugalidade possa ser devidamente enquadrado.

Quanto à componente empírica, ao iniciar a leitura dos processos das vítimas que se encontravam na Associação Projeto Criar, foi possível identificar um conjunto de vítimas que se encaixavam no perfil a estudar. Mas deve referir-se que esta identificação não foi clara já que as vítimas se dirigiram à Associação por meio dos órgãos policiais e através de amigos, não por se identificarem como vítimas de violação em contexto conjugal mas sim, na generalidade dos casos, como vítimas de violência doméstica. A Associação administra um inquérito às vítimas que lá se deslocam, com o intuito de caracterizar a situação da vítima para que a intervenção seja mais facilitada posteriormente. Ao longo dessas questões surge uma pergunta direcionada para a violência sexual. Esta questão surge pois na sequência de práticas onde a violência física e psicológica estão presentes, geralmente a violência física é mais facilmente descrita pelas vítimas. A questão da violência sexual não é muito aprofundada ao longo das entrevistas desenvolvidas pela Associação, já que este não será um dos objetivos principais na intervenção com as vítimas que a ela recorrem. As vítimas encontram na Associação apoios diversos como é o caso do apoio psicológico e jurídico. Assim os temas desenvolvidos direcionam-se para a área do direito e da psicologia.

Após esta identificação, começaram a ser efetuados contactos telefónicos com as vítimas para se perceber se pretendiam colaborar na investigação. Ao longo dos contactos foram muitas as vítimas que desde logo se recusaram a participar no estudo, pois não queriam partilhar o seu sofrimento com o investigador e outras não atenderam as chamadas efetuadas. Assim o número de participantes ficou reduzido a cinco indivíduos.

As questões colocadas possibilitaram a recolha de dados sociodemográficos e de dados pessoais das vítimas. Estas questões abordaram desde a caracterização da rede de amigos até aos sentimentos e pensamentos das vítimas relativamente à sua experiência de vitimização.

Concluiu-se através das entrevistas que existem questões abordadas na literatura científica que se verificam na realidade pessoal das vítimas, mas existem também factos abordados na literatura que não são tão visíveis.

Como referido na literatura, ser violada pelo marido não conduz necessariamente a vítima a ver-se como vítima de violação. Alguém que amam, aos seus olhos, não será capaz de o fazer. É por isso para as mesmas muito difícil abandonar as relações violentas por diversos motivos: dependência económica, dependência emocional, baixa autoestima e também a existência de filhos para criar. Mas acima de tudo o amor que nutriam pelos companheiros leva-as a suportar por longos períodos de tempo a violência por eles exercida.

As vítimas na entrevista, mas algumas delas apenas quando o gravador se encontrava desligado, revelaram não denunciar a situação de violência por medo: medo de represálias para elas e para as suas famílias e medo pela reduzida intervenção no sentido de preservar a sua segurança.

Os casos em que as vítimas denunciaram a violência permitiram uma intervenção judicial. A medida de segurança, em que a distância entre o agressor e a vítima deve ser mantida por dado um número de metros, foi aplicada mas em alguns casos as vítimas referiram que a falta de segurança perto delas possibilitaria facilmente a proximidade entre vítima e agressor. Uma das vítimas teve em sua posse um aparelho que lhe permitia ter assistência por parte da polícia caso o agressor se aproximasse, mas a vítima referiu que caso isso acontecesse a polícia não teria tempo de chegar até ela. Por isso as medidas aplicadas são um dos fatores que por vezes também fazem com que a vítima pondere bem a ideia de denunciar o seu marido. Uma das vítimas que foi entrevistada após ter denunciado o seu marido viu-o ser recluso pela prática de maus-tratos, mas após o seu marido ter saído do posto dos órgãos policiais, voltaram a partilhar casa e cama. A vítima tem de continuar a partilhar com o seu agressor o local onde as suas marcas mais profundas foram infligidas. Isto acontece devido à dependência económica que tem em relação ao seu marido.

Num outro caso a vítima saiu de casa e através da denúncia feita pôde ficar numa casa abrigo. Foi constantemente pressionada para abandonar a instituição, pois o período de tempo que podia manter-se na mesma seria de setenta e duas horas. A vítima com a sua filha teve de rapidamente procurar uma habitação definitiva. O apoio económico que teve foi inexistente.

Na verdade não há forma de pagamento possível e os danos causados são impossíveis de ressarcir, mas a falta de apoio social, ou a pouca existência do mesmo, e o sentimento de segurança podem e devem ser repensados e a intervenção nestes casos deve ser estudada e melhorada. O próprio incentivo para a denúncia destas formas de violência deveria ser mais divulgado. Esta forma de violência deveria, tal como no caso da violência doméstica, ser reconhecida facilmente pelas vítimas para que o processo de identificação fosse facilitado e promovido. Para além da dor incalculável causada pelas agressões físicas, a vítima vê o seu corpo ser usado como um objeto por alguém a quem prometeu amar e cuidar em todos os momentos da sua vida. A violência sexual, tal como as vozes das vítimas deste trabalho o testemunham, é uma das formas de violência mais dura, que mais danos e sofrimento causa naquelas que dela são objeto.

## **10. Referências Bibliográficas**

- 1- Amar, Angela; Burgess, Ann, 2009, "Practical Aspects of Rape Investigation: a multidisciplinary approach", Francis & Taylor: Boca Raton.
- 2- Azeiteiro, Ana, 2007, "Violência na conjugalidade : narrativas de vítimas e de agressores : das redundâncias às singularidades". Braga, Universidade do Minho, Dissertação de Mestrado.
- 3- Barshis, Victoria, 1983, "The question of marital rape", *Women's Studies Int. Forum*, (6): 383-393.
- 4- Beleza, Teresa, 2004, "Anjos e Monstros- A construção das relações de gênero no direito penal", *ex aequo*, (10): 29-40.
- 5- Bennice, Jennifer; Patricia, Resick, 2003, "Marital Rape: History, Research, and Practice", *Trauma, Violence, & Abuse* (4):228-246.
- 6- Bergen, Rachel, 1996, *Wife rape : understanding the response of survivors and service providers*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- 7- Bogdan, Robert & Biklen, Sari, 1994, *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*, Porto, Porto Editora.
- 8- Brownmiller, Susan, 1975, *Against our will: men, women, and rape*, Bantam Books.
- 9- Burgess, Ann; Marchetti, Carol, 2009, *Practical Aspects of Rape Investigation: a multidisciplinary approach*, Francis & Taylor: Boca Raton.
- 10- Burt, Martha, 1980, "Cultural Myths and Supports for Rape", *Journal of Personality and Social Psychology* (38): 217-230.
- 11- Campbell, Jacquelyn, 1989, "Women's responses to sexual abuse in intimate relationships", *Health Care for Women International*, (10): 335-346.
- 12- Dantas-Berger, Sônia; Giffin, Karen, 2005, "A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? ", *Caderno de Saúde Pública* (21): 417-425.
- 13- Dobash, R. E.; Dobash, R. P. ,1979, *Violence Against Wives*, New York: The Free Press.
- 14- Ferraro, Kathleen; Johnson; John, 1983, "How Women Experience Battering: The Process of Victimization", *Social Problems* (30): 325-339.
- 15- Finkelhor, David; Yllo, Kersti, 1985, *License to Rape sexual abuse of wives*, Estados Unidos da América.

- 16- Frieze, Irene, 1983, "Investigating the causes and the consequences of marital rape", *Chicago Journals* (8):532-553.
- 17- Garzon, Francisco; Berlinck, Manoel. "Acting out e passagem ao ato: a história do ato no corpo". In: V Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, 2012, Fortaleza - CE. Anais do V Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental. São Paulo: AUPPF (1): p. 1-11.
- 18- González-Ortega, Itxaso; Echeburúa, Enrique; Paz de Corral, 2008, "Variables significativas en las relaciones violentas en parejas jóvenes: una revisión", *Behavioral Psychology / Psicología Conductual* (2): 207-225.
- 19- Maria, Susana, 2001, "Mulheres Sobreviventes Violação". Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Dissertação de Mestrado.
- 20- Matos, Marlene; Machado, Carla; Pereira, Ândrea, 2006, "Violência na conjugalidade: Um estudo exploratório sobre as narrativas da vítima", *Psychologica* (41): 119-150.
- 21- Neves, Sofia, Cunha, Carla, Grangeia, Helena, & Correia, Ariana, 2015, "Grupos de reflexão e ação: uma intervenção psicoterapêutica feminista com mulheres vítimas de violência na intimidade". *Ex aequo*, (31):13-28.
- 22- Paiva, Carla; Figueiredo, Bárbara, 2003 "Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: definição, causas e efeitos". *Psicologia, Saúde & Doenças* (2):165-184.
- 23- Peixoto, Judite; Matos, Marlene; Machado, Carla, 2013, "Violência sexual no namoro: os atletas universitários como grupo de risco?", *Psicologia* (27):133-156
- 24- Quivy, R., Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa, Gradiva.
- 25- Redondo, Santiago, 2002, *Delincuencia sexual y sociedad*, Barcelona: Ariel.
- 26- Russell, Diana, 1990, *Rape In Marriage*, Sociology Women's Studies, Indiana University Press.
- 27- Sani, Ana, 2011, "Temas de Vitimologia", Lisboa: Edições Almedina
- 28- Shorey, Ryan; Cornelius, Tara; Bell, Kathryn, 2008, "A critical review of theoretical frameworks for dating violence: Comparing the dating and marital fields", *Aggression and Violent Behavior* (13): 185-194.
- 29- Ventura, Isabel, 2015, "Um corpo que seja seu- podem as mulheres [não] consentir?", *ex aequo*, (31): 75-89.
- 30- Wolfe, David; Wekerle, Christine, 1999, "Dating violence in mid-adolescence:

theory, significance, and emerging prevention” *Clinical Psychology Review* (9): 435 – 456.

### **10.1. Webgrafia**

1. Alcipe, 1998, Manual Alcipe – Para o atendimento de mulheres vítimas de violência. Acedido em 12 de março de 2016 na [http://www.apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/ManualAlcipe.pdf](http://www.apav.pt/apav_v2/images/pdf/ManualAlcipe.pdf).
2. APAV. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Acedido a 14 de maio de 2016 na <http://www.apav.pt>.
3. Bergen, R., & Barnhill, E. (2006). *Marital Rape: New Research and Directions. National Online Resource Center on Violence Against Women*. Acedido a 27 de março de 2016 na World Wide Web em [http://vawnet.org/assoc\\_files\\_vawnet/ar\\_maritalraperevised.pdf](http://vawnet.org/assoc_files_vawnet/ar_maritalraperevised.pdf).
4. CITE, 2012, “Relatório sobre o progresso da igualdade entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional- 2012”. Acedido a 15 de fevereiro de 2016 na [file:///C:/Users/Utilizador/Desktop/Relat\\_iguald\\_homens\\_mulheres\\_12.pdf](file:///C:/Users/Utilizador/Desktop/Relat_iguald_homens_mulheres_12.pdf).
5. CITE, 2013, “Relatório sobre o progresso da igualdade entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional- 2013”. Acedido a 15 de fevereiro de 2016 na [http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/Relat\\_Lei10\\_2013.pdf](http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/Relat_Lei10_2013.pdf).
6. Diário de Notícias, 2016, “Mais de 60 mulheres por ano são violadas pelos próprios maridos” Acedido em 29 de abril de 2016 na <http://www.dn.pt/sociedade/interior/mais-de-60-mulheres-por-ano-sao-violadas-pelos-proprios-maridos-4986304.html>
7. Jornal Expresso, 2016, “Quase um terço dos rapazes acha legítima a violência sexual no namoro” Acedido a 15 de março de 2016 na <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-02-12-Quase-um-terco-dos-rapazes-acha-legitima-a-violencia-sexual-no-namoro>.
8. Fazenda, Luís, 2006 “ A mulher no fascismo: total ausência de direitos”, Terra e Tempo. Acedido em 16 de junho de 2016 na [http://www.terraetempo.gal/media/documentos/TT\\_137\\_140\\_Internacional\\_Luis\\_Fazenda.pdf](http://www.terraetempo.gal/media/documentos/TT_137_140_Internacional_Luis_Fazenda.pdf)
9. Guerreiro, Ana et al., 2015, “Intimidade e violência no namoro: refletir a

- problemática nos/as jovens”, Atas do colóquio internacional quot;@s jovens e o crime: transgressões e justiça tutelarquot; <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/78885/2/115603.pdf>
10. Hausman, Ricardo; Tyson, Laura; Zahidi, Saadia, 2012. Acedido a 22 de março de 2016 na [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GenderGap\\_Report\\_2012.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2012.pdf)
  11. Mahoney, Patricia; William, Linda, “ Sexual Assault in Marriage:Prevalence, Consequences, and Treatment of Wife Rape”, *Partner Violence: A 20-Year Literature Review and Synthesis*, pp. 1-41. Acedido a 20 de março de 2016 na [http://www.ncdsv.org/images/nfr\\_partnerviolence\\_a20yearliteraturereviewandsynthesis.pdf](http://www.ncdsv.org/images/nfr_partnerviolence_a20yearliteraturereviewandsynthesis.pdf)
  12. Ministério da Administração, 2015 “Violência Doméstica - 2014. Relatório anual de monitorização” Acedido em 30 de março de 2016 na [http://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Documents/Rel%20VD%202014\\_vfinal\\_14agosto2015.pdf](http://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Documents/Rel%20VD%202014_vfinal_14agosto2015.pdf)
  13. Pereira, Filipa. Acedido a 19 de abril de 2016 na <https://www.mais-psi.com/articles/viol%C3%A2ncia-na-rela%C3%A7%C3%B5es-de-intimidade-revisitando-literatura>

### **10.1.2. Relatórios**

1. Relatório Anual de Segurança Interna, 2014. Acedido em 29 de abril de 2016 na [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%202014](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%202014).
2. Relatório Anual de Segurança Interna, 2015. Acedido em 29 de abril de 2016 na <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/documentos/20160331-pm-rasi.aspx>
3. V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014/2017, p. 7018). Acedido a 13 de março de 2016 na [file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/V%20PNPCVDG\\_e%20Ret%2012.pdf](file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/V%20PNPCVDG_e%20Ret%2012.pdf)



## **11. Anexos**

### **Guião da Entrevista**

Boa Tarde. O meu nome é Sara Cardoso e encontro-me a frequentar o Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade na Universidade do Minho. O meu estudo aborda a temática da violência sexual em contexto conjugal e intitula-se “ Violação em contexto conjugal. Vozes e perspetivas das vítimas”. Agradeço desde já a sua participação no estudo. A sua participação é voluntária, pelo que pode desistir a qualquer momento de participar no estudo, se assim o desejar.

1- Qual a sua idade?

2- Qual o seu estado civil?

3- Qual a sua situação profissional?

4- Qual a sua habilitação académica?

5- Como se caracteriza a sua rede de amigos.

6- Já teve outros namorados antes deste seu atual companheiro?

7- Pode relatar-me como se caracterizavam essas relações?

8- Houve situações onde ocorressem agressões sexuais nessas relações?

9- Fale-me da sua relação com o seu atual companheiro.

10- Antes desta situação de abuso, já tinha acontecido algum ato sexual forçado? Se não, quando a situação se alterou?

11- Acredita que uma esposa tem a obrigação de manter relações sexuais com o marido, mesmo sem vontade?

12- Já aconteceu ter relações sexuais com o seu marido sem a sua vontade? Porque acedeu a essa vontade do seu marido?

13- Já disse ao seu marido que não tinha vontade de manter com ele relações sexuais? Qual foi a reação?

14- O seu marido manifesta atitudes violentas para além da sexual?

15- O seu marido faz uso da força física para manter relações sexuais?

17- O seu marido insulta-a sexualmente?

- 18-O seu marido obriga-a a vestir-se segundo as suas vontades sexuais?
- 19- O seu marido usa a chantagem para manter relações sexuais?
- 20-As relações sexuais eram uma obrigação mesmo em caso de doença?
- 21- Apresentou queixa da situação?
- 22- Posteriormente às agressões a quem contou?
- 23- Quais os motivos que a levaram a não abandonar a relação?
- 24-Surgiram ferimentos durante as relações sexuais, devido a uso de objectos perigosos?
- 25-Sugeriu alguma vez que existissem mais pessoas a participar nas relações sexuais?
- 26-Como chegou até á Associação Projeto Criar?
- 27-Como caracteriza o apoio prestado na Instituição?

Obrigada pela sua participação!